

**DIREITOS E
PROTEÇÃO SOCIAL NA
AMÉRICA
LATINA**

EM TEMPOS DE COVID-19

uma perspectiva comparada

João Irineu de Resende Miranda
Lislei Terezinha Preuss
Adriano Smolarek
(Orgs.)

**DERECHOS Y
PROTECCIÓN SOCIAL EN
AMÉRICA
LATINA**

EN TIEMPOS DE COVID-19

una perspectiva comparada

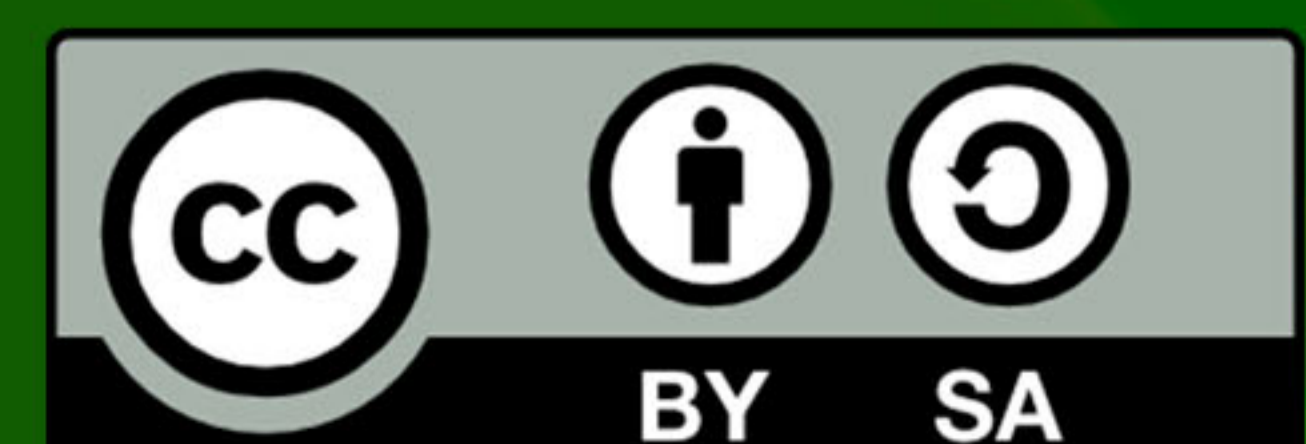


Geograficamente, o termo “América Latina” designa o espaço territorial de influência colonial europeia realizada por países latinos – Espanha, Portugal e França. Com exceção de alguns poucos países que foram colonizadas por outras potências, são mais de duas dezenas de Estados abrangidos por essa designação. A história comum demonstra que, embora o impacto colonizador possa ser reduzido a uma origem, entre outras tantas possíveis, no emaranhado populacional gerado por caminhos múltiplos, a riqueza da natureza diversa latino-americana torna-se patrimônio civilizacional que transcende a demarcação geográfica. A diversidade - eixo constante de comparação - demonstra, justamente, um manancial de aspectos históricos, culturais e populacionais, que nos unem. A diversidade traveste-se na maior riqueza latino-americana. É o nosso lugar-comum. No entanto, ainda que diversamente unidos por signos históricos, somos também distantes em muitos aspectos. Nossas dinâmicas históricas revelam particularidades inerentes que desabrocham na atualidade política; nossa realidade social cobra a desigualdade do contexto socioeconômico dos últimos séculos; nossa inserção no mundo assume papéis distintos e crava caminhos futuros pedregosos; nossos estados-nacionais são porosos e frequentemente incapazes de corresponder ao anseio de destino desejado pelas populações que os habitam. Como se a realidade não fosse bastante, uma pandemia, de âmbito global, causada por um vírus, chagou nossa existência. É verdade que, neste contexto, nenhum Estado ou região do planeta foi poupado. Entretanto, nas dinâmicas do impacto interno e internacional causado pela pandemia do Covid-19, os países distanciados dos centros de tomadas de decisões acabaram tendo que suportar dinâmicas distintas daqueles.

Adriano Smolarek 



editora *fi*.org



**DIREITOS E PROTEÇÃO SOCIAL NA
AMÉRICA LATINA EM TEMPOS DE COVID-19**

**DIREITOS E
PROTEÇÃO SOCIAL
NA**

**DERECHOS Y
PROTECCIÓN SOCIAL
EN**

**AMÉRICA AMÉRICA
LATINA LATINA**

**EM TEMPOS DE
COVID-19**

**EN TIEMPOS DE
COVID-19**

UMA PERSPECTIVA
COMPARADA

UNA PERSPECTIVA
COMPARADA

Organizadores

João Irineu de Resende Miranda

Lislei Terezinha Preuss

Adriano Smolarek



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhável 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MIRANDA, João Irineu de Resende; PREUSS, Lislei Terezinha; SMOLAREK, Adriano (Orgs.)

Direitos e proteção social na América Latina em tempos de COVID-19: uma Perspectiva Comparada [recurso eletrônico] / João Irineu de Resende Miranda; Lislei Terezinha Preuss; Adriano Smolarek (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

210 p.

ISBN: 978-65-5917-620-5

DOI: 10.22350/9786559176205

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. proteção social; 2. América Latina; 3. COVID-19; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 340

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito 340

Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos

Meu sangue latino

Minh'alma cativa

*João Ricardo/Paulo Mendonça – Sangue Latino,
Canção dos Secos & Molhados (1973)*

AGRADECIMENTOS

A presente obra nasceu como resultado de uma disciplina que, em plena pandemia de COVID-19, congregou acadêmicos de diferentes partes da América do Sul. Isto não teria sido possível sem o trabalho e a visão da Professora Doutora Marisel Arrueta que a tornou possível, bem como do esforço de Maria José Ahumada, que a concretizou. Agradecemos, igualmente, a toda a equipe da Universidad Nacional de Jujuy pela competência e boa vontade em superar os naturais obstáculos da empreitada. Nosso muito obrigado ao Professor Márcio Fernandes, da Universidade Estadual do Centro-Oeste Paranaense, pelos bons ofícios e pela generosidade que fizeram possível o intercâmbio de ideias em tempos de pandemia, construindo pontes entre nossas instituições. Na Universidade Estadual de Ponta Grossa, nosso muito especial agradecimento ao Reitor, Professor Doutor Miguel Sanches Neto, pelo apoio constante e incondicional ao projeto, em todos os momentos. Pela existência dessa obra, o nosso muito obrigado a todos!

Os autores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
<i>Adriano Smolarek</i>	
INTRODUÇÃO	18
<i>João Irineu de Resende Miranda</i>	
1	20
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E INTERNET: UMA ANÁLISE LATINO-AMERICANA	
<i>João Irineu de Resende Miranda</i>	
2	61
PROTEÇÃO SOCIAL E O DIREITO À SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID – 19	
<i>Lislei Terezinha Preuss</i>	
3	72
DERECHOS Y PROTECCIÓN SOCIAL EN ARGENTINA DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19: UNA PERSPECTIVA DESDE LA CRISIS POLITICA	
<i>Stephanie Simpson</i>	
<i>Florencia Nieva</i>	
<i>Guadalupe Alcaraz Serrat</i>	
<i>Johana Godoy Díaz</i>	
<i>Alejandro Safarov</i>	
4	97
A CRISE POLÍTICA DESENCADEADA NO BRASIL A PARTIR DA MEDIDA DE LOCKDOWN	
<i>Ana Cristiane de Mello Moreles</i>	
<i>Andreia Gaspar Soltoski</i>	
<i>Alencar Frederico Margraf</i>	
<i>Rhenan Roger Menon</i>	

5

111

PANDEMIA Y DERECHOS SOCIALES EN ARGENTINA

Celia Draganchuk

Ingrid Rosas Villarrubia

Florencia Todres

Virginia Antonia Aramayo

Gabriela Fanucchi Avila

Fabio Ochoa

Walter Gonzalez

6

141

PANDEMIA Y DERECHOS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA

Daniela Pérez Rangeon

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Eliana Rodríguez

Griselda Cardozo

Mariano Rojas

Mónica Perassi

Silvia Robles

Wilson Torres Gómez

7

156

RECONSTRUCCIÓN SOCIAL ARGENTINA EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Fiorela Marta Ivana Carrizo

Mariana Eugenia Gilardoni

Pastora Mamaní

8

168

O ACESSO À SAÚDE E A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Jessica Paloma Chagas dos Santos

Terezinha Pelinski da Silveira

9

179

COVID 19: DISOLUCIÓN DE FRONTERAS, AUMENTO DE INEQUIDAD

Sabina Arditti

10

189

O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ANTE O COVID-19: ANÁLISE CONJUNTURAL

Carlos Lopatiuk

Daiana Rodrigues

Daiani Martins Machado

Marcio Pinheiro Dantas Motta

Rafael de Freitas Ribas

Raquel Rybandt

Reynaldo Zorzi

APRESENTAÇÃO

Adriano Smolarek

Geograficamente, o termo “América Latina” designa o espaço territorial de influência colonial europeia realizada por países latinos – Espanha, Portugal e França. Com exceção de alguns poucos países que foram colonizadas por outras potências, são mais de duas dezenas de Estados abrangidos por essa designação. A história comum demonstra que, embora o impacto colonizador possa ser reduzido a uma origem, entre outras tantas possíveis, no emaranhado populacional gerado por caminhos múltiplos, a riqueza da natureza diversa latino-americana torna-se patrimônio civilizacional que transcende a demarcação geográfica.

A diversidade - eixo constante de comparação - demonstra, justamente, um manancial de aspectos históricos, culturais e populacionais, que nos unem. A diversidade traveste-se na maior riqueza latino-americana. É o nosso lugar-comum.

No entanto, ainda que diversamente unidos por signos históricos, somos também distantes em muitos aspectos. Nossas dinâmicas históricas revelam particularidades inerentes que desabrocham na atualidade política; nossa realidade social cobra a desigualdade do contexto socioeconômico dos últimos séculos; nossa inserção no mundo assume papéis distintos e crava caminhos futuros pedregosos; nossos estados-nacionais são porosos e frequentemente incapazes de corresponder ao anseio de destino desejado pelas populações que os habitam.

Como se a realidade não fosse bastante, uma pandemia, de âmbito global, causada por um vírus, chagou nossa existência. É verdade que, neste contexto, nenhum Estado ou região do planeta foi poupado. Entretanto, nas dinâmicas do impacto interno e internacional causado pela pandemia do Covid-19, os países distanciados dos centros de tomadas de decisões acabaram tendo que suportar dinâmicas distintas daqueles.

Os Estados nacionais latino-americanos e o modelo de proteção social neles vigente, foi colocado à prova de diversas formas. A relação capital-trabalho foi frontalmente limitada, gerando desequilíbrio nas cadeias produtivas e asseverando dilemas sociais já presentes mesmo antes do contexto pandêmico. As liberdades também se viram reduzidas. No enfrentamento do mal maior, surgiram diversos entraves, tanto no que tange ao acesso aos insumos essenciais ao enfrentamento, quanto no alcance da vacina, que viria a reduzir amplamente o número de falecimentos. Assim o tema, antes epidemiológico, se politiza, criando um contexto de crise institucional permanente que incapacita, em certa medida a coordenação para o enfrentamento do tema. Com isso, o impacto populacional direto sobreveio, sendo sentido em relação aos direitos sociais que sofreram contundente erosão. O acesso à saúde, ou sua falta, tornou-se pano de fundo para números, verdadeiramente, catastróficos, com os quais até hoje somos obrigados a atualizar.

As dinâmicas dos Direitos e da Proteção Social no contexto pandêmico servem para demonstrar que nossa circunstância é um eterno resultado provisório das consequências do processo político e da conjuntura que nos encampa. As similaridades conjunturais, político e institucionais mostram que até mesmo os fatos abordados nos unem.

Dessa forma, enquanto observadores atentos, transformamos a América Latina, antes espaço geográfico-histórico, em objeto de análise sociopolítica, como realidade empírica, material, indicativa de circunstâncias e contextos caros a todos os que são circundantes. Assim, tornamos a evidenciar a necessidade do esforço integrativo regional e internacional. As realidades comparadas fornecem sentido ao modo de ser regional e a verificação da realidade do outro, do vizinho, do contíguo, acaba por contribuir para construção de mecanismos úteis para a nossa própria circunstância. O âmbito acadêmico, cada vez mais, evidencia isso.

No marco da cooperação educacional entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidade Nacional de Jujuy, a materialização deste trabalho é motivo de orgulho. Transpondo distâncias, culturas, línguas e origens, sem menosprezar a pandemia que - ainda - nos assola, tornamos a América Latina objeto de análise. Embora por razões claras, a maioria das contribuições versa sobre o contexto argentino e brasileiro, mas abrange também outras realidades continentais. Evidenciamos crises institucionais, mecanismos de enfrentamento, cooperação internacional, dinâmicas de proteção social, articulações teóricas dos mais diversos matizes. Aproximando a todos, em tantos contextos, como uma grande análise de conjuntura!

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

João Irineu de Resende Miranda

A presente geração terá sua história marcada pela Pandemia da COVID 19. Durante, pelo menos, dois anos a constante ameaça do contágio e as incontáveis notícias de tragédias privadas que enlutavam as famílias obrigaram as comunidades a estabelecerem inúmeras restrições ao convívio social. Neste difícil momento histórico a América Latina encontrou-se às voltas com uma crise sanitária em meio a um período de dificuldades econômicas crônicas. A crise institucional das democracias representativas que se abateu em diversas partes do globo, por sua vez, fez-se sentir igualmente em nossa região, sob diversos matices. Deste modo, diante da doença, da fome, do desemprego e da convulsão social, como ficaram os direitos sociais e econômicos na América Latina em tempos de COVID-19? De que forma os Estados atuaram para conseguir as vacinas e os insumos necessários para o enfrentamento da Pandemia? Como a crise econômica, o desemprego e a calamidade que se abateu encontrou nossas instituições políticas? Como nossas redes de proteção social em processo de desmonte atuaram durante a crise mais séria deste século? E, por fim, como os cidadãos latino-americanos tiveram acesso à saúde diante de uma doença para a qual não havia tratamento nem vacina? São estas as questões sobre as quais se detém a presente obra.

Fruto de um trabalho coletivo dos acadêmicos do Curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Nacional de Jujuy (Argentina)

e dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Brasil), este livro emprega a Análise de Conjuntura como método para apresentar os cenários, atores e fatos que marcaram a trajetória de Argentina e Brasil, no que concerne às relações internacionais, ao acesso à saúde e ao desempenho das instituições políticas, bem como de outros Estados da América Latina, no que pertine aos direitos sociais, durante os anos de 2020 e 2021. O livro divide-se em três partes, na primeira têm-se a apresentação de seu marco teórico e dos elementos balizadores da atual conjuntura latino-americana; a segunda parte trata dos diferentes modelos e das políticas de proteção social presentes na América Latina; na terceira parte, mais extensa, temos os trabalhos de análise de conjuntura comparada entre os países do subcontinente, considerando quatro temas de vital importância durante a pandemia, as relações internacionais dos países, suas crises políticas, a promoção de direitos sociais e o acesso à saúde durante o período.

Longe de se buscar uma análise definitiva, o propósito deste trabalho é gravar um testemunho ao vivo do período, registrando fatos, dados e interpretações para que os acadêmicos do futuro tenham subsídios para a correta avaliação do momento histórico. E que estes relatos possam servir de advertência para que o luto de centenas de milhares de famílias latino-americanas não se repita em nossas futuras gerações.

Ponta Grossa, Paraná (Brasil), julho de 2022

1

NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E INTERNET: UMA ANÁLISE LATINO-AMERICANA

João Irineu de Resende Miranda

MARCO TEÓRICO DA ANÁLISE

Para realizar uma análise sociológica e histórica dos efeitos da globalização e do neoliberalismo sobre a América Latina é necessário antes que se estabeleçam os modelos teóricos, as classificações e os conceitos que serão utilizados, porque os temas tratados são muito amplos, e para que não haja interpretações diversas é necessário que se estabeleça um marco teórico de análise claro sobre o assunto. Iniciaremos falando do surgimento do Estado do ponto de vista sociológico para depois entrarmos na ideia do paradigma dos direitos humanos, entendido aqui como um dos pilares da modernidade ocidental e, conseqüentemente, da relação entre Estado e sociedade civil.

Para Gianfranco Poggi em “As origens do estado moderno: uma introdução sociológica” (POGGI, 1981), o Estado sob o ponto de vista político e social tem sua origem na união do monarca territorial, geralmente o rei, com os grandes comerciantes e banqueiros originários do extrato da plebe do qual o soberano recebeu recursos para confrontar a igreja e a nobreza, os outros dois estamentos da sociedade feudal, e tornar-se dominante em relação a eles.

Assim, com o apoio da nascente classe da burguesia no final da Idade Média, os soberanos territoriais que antes eram entendidos como um par entre seus pares pela nobreza passam a apresentar-se como

soberanos diferenciados em seu poder e separados da sua classe originária. Tal se deu, principalmente, com o apoio da burguesia que lhe financiava os projetos a partir de empréstimos e de concessões de ordem financeira e tributária. Em troca, os comerciantes e os banqueiros ganhavam a liberdade econômica para realizar suas atividades sem a necessidade de dividir seus lucros com os nobres dos territórios por onde passavam ou com a igreja católica. Em contrapartida também, o rei dividiu com eles o poder político através de uma figura chamada de Estado estamental, que vigorou na Europa entre finais do século XVI até início do século XIX em alguns locais com a figura dos chamados estados gerais.

A partir do fortalecimento do estado nacional moderno como instituição política o aperfeiçoamento do sistema tributário, a centralização da produção de leis e a formação de exércitos profissionais obedientes aos reis subjogam a nobreza retirando os nobres de suas propriedades rurais e trazendo-lhes para o fenômeno das cortes, aonde os nobres passam a possuir funções públicas, geralmente através de cargos comissionados e, desta maneira, aparelhando o estado nascente. O aparelhamento do Estado através das cortes e a ocupação de cargos públicos, notadamente no exército e na administração pelo extrato da nobreza, retirou da burguesia a sua proeminência nos negócios administrativos. Por sua vez, a concentração do poder tributário e legislativo nas mãos do rei significou uma diminuição da autonomia dos burgueses em realizar suas atividades econômicas. Sob a perspectiva de uma dinastia e amparado pela teoria do direito divino dos reis, o rei era responsável pelo bem-estar da nação e, por isso, por meio da nobreza controlava a agricultura, a infraestrutura, o comércio exterior, além do próprio mercado interno (BOBBIO, 1987). É neste ambiente econômico

vivenciado no modelo absolutista de Estado e no período histórico imediatamente antecedente às chamadas revoluções liberais do século XVIII, é que temos o surgimento do chamado Iluminismo no qual a burguesia deixa de se entender enquanto uma classe associada ao rei, ao governante territorial e passa a entender-se como uma classe social específica.

No entanto, como os burgueses não possuíam uma origem racial, religiosa ou operacional própria, do ponto de vista social ou econômico, os filósofos, pensadores e economistas patrocinados por ela passam a entender a posição social e jurídica de uma pessoa a partir de conceitos abstratos e não de conceitos ligados a uma determinada posição social, nascimento ou qualquer outra forma de discriminação. Nasce assim, o fundamento da teoria dos direitos do homem dentro do chamado Iluminismo (POGGI, 1981).

Neste sentido, Norberto Bobbio em “A Era dos Direitos” (1992) explica que o indivíduo passa a ser titular de direitos e não objeto da proteção do soberano, ocorrendo assim o que ele chama de revolução copernicana na teoria política, ou seja, uma revolução teórica na qual a teoria política passa a ser vista sob o ponto de vista dos súditos e não mais sob o ponto de vista do governante. A partir desta inversão do ponto de vista político no pensamento ocidental, as relações entre indivíduo e governante passam a ser entendidas como relações de poder e não mais como obrigações morais do governante para com o seu governado.

Benjamin Constant em seu famoso artigo “Da Liberdade dos antigos comparada à Liberdade dos modernos” passa a afirmar que enquanto para os antigos a liberdade consistia na participação na esfera pública, para os modernos a liberdade passa a ser entendida como uma

esfera de não intervenção do Estado nos negócios de cada indivíduo (CONSTANT, 1980). Hannah Arendt em sua obra “A Condição Humana” (ARENDR, 2007) observa que Benjamin Constant faz uma ressignificação do termo privado. Originalmente proveniente do latim *privos*, o termo privado era entendido como “privado de”, “alguém que não possui” e o sentido de “estar privado de” significava que o indivíduo estava fora da sociedade, nela não participando, vivendo apenas em seu próprio mundo, o que em grego significa *ídios* da onde surge a palavra idiota.

A partir do pensamento de Benjamin Constant e dos autores clássicos do século XVIII, a esfera privada passa a ser entendida como uma esfera de não intervenção do Estado em seus assuntos particulares, nascendo assim o que nós entendemos como os chamados direitos humanos de primeira geração (BOBBIO, 1992).

Bertrand de Jouvenel em sua obra “As Origens do Estado Moderno: uma história das ideias políticas do século XIX” ensina que no Estado Liberal o privado passa a contrapor-se ao público e tornar-se assim uma esfera de não intervenção do Estado sobre os assuntos relativos à propriedade e à intimidade do indivíduo. Jouvenel apresenta assim os chamados direitos políticos, como votar e ser votado, compor comissões junto à administração pública, ser jurado, exercer funções públicas e principalmente a igualdade perante a lei junto aos chamados direitos civis, como direito ao próprio nome individual, direito à proteção da intimidade, escolha da própria religião, realização de atividade econômica, realização de comércio exterior, exercer a profissão que escolher e o direito de propriedade (JOUVENEL, 1978).

A partir desta proposta, a função do Estado passa a ser a garantia da propriedade privada no chamado estado gendarme formado pelo tripé polícia (“ordem interna”), exército (“segurança externa”) e

tribunais (para fazer valer os contratos). O Direito nesse momento tem um caráter repressivo, baseando-se em acordos gerados com a autonomia da vontade e dando origem aos movimentos das primeiras Constituições e ao chamado movimento da codificação. Do ponto de vista da atividade financeira do Estado, o orçamento público passa a reger-se pelo princípio do equilíbrio orçamentário, no qual a receita deveria ser igual à despesa, e o crédito público passa a ser visto como um mal, na medida que, quando o Estado faz empréstimos públicos, ele retira dinheiro da sociedade. O Estado liberal caracteriza-se, ainda, pela ausência de prestação de serviços públicos pelo Estado e por uma infraestrutura baseada em concessões a empresas particulares.

Analisando a sociedade liberal do século XIX já no momento de suas primeiras crises, vivenciadas a partir da segunda metade da década de 1850, Karl Marx em sua “Contribuição à Crítica da Economia Política” (MARX, 2008) apresenta a tese da estrutura e da superestrutura como instrumento de análise da sociedade. Para Marx, a organização de uma sociedade tem como fundamento suas relações materiais de produção, a partir destas relações, a sociedade se organiza política e juridicamente. Deste modo, temos a chamada estrutura baseada nas relações materiais de produção e uma superestrutura formada pelo poder político e pelo poder jurídico. Apenas como exemplo, podemos citar a obra de David Abulafia “O Grande Mar: uma história humana do Mediterrâneo” (ABULAFIA, 2014). Em sua obra, o autor descreve a possibilidade do divórcio por contrato - e bastante simplificado - que existia na ilha da Sicília por ocasião dos séculos XI e XII. Esse divórcio era praticado principalmente pela comunidade judaica, sendo comum que o mercador, ao iniciar uma viagem longa de navio, se divorciasse da esposa com a condição de que o casamento seria restituído, a partir de seu retorno. Isto

possibilitava, pela lei islâmica vigente naquele local, que a esposa pudesse realizar as atividades relativas à sua capacidade civil, comprando, vendendo, administrando os negócios da casa, até o momento do retorno do mercador em que a união matrimonial era restabelecida. Nota-se que, naquela época não existia, ainda, contratos como o de seguro nem nenhuma forma de assistência do Estado às viúvas.

Em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Max Weber (2004) trabalha com a proposta de Marx e realiza diversas observações sobre a preponderância das relações materiais da vida sobre as relações de natureza jurídica e ideológica. Afirmando, por exemplo, que nas colônias inglesas do século XVIII não existia uma base material para a prosperidade, mas que existia uma determinada ética protestante que conduzia a chamada acumulação capitalista a qual resultaria, na opinião de Weber, num dos fundamentos do crescimento e da prosperidade dos Estados Unidos da América, no momento em que ele escrevia aquela obra, no início do século XX.

Ainda sobre a ideia de estrutura e superestrutura de Karl Marx, Antônio Gramsci em sua obra “Cadernos do Cárcere” (GRAMSCI, 2022) analisa a proposta marxiana, a partir da eclosão dos movimentos totalitários na Europa, na primeira metade do século XX. Mais especificamente, analisando a sociedade italiana e a eclosão do movimento nazista, Gramsci percebe que o poder ideológico passa a ser exercido por meio de instrumentos relativos à sociedade de massas com vestimentas próprias, dísticos, músicas e outros elementos que, na opinião de Gramsci, remetem à substituição da ideologia no lugar do direito dentro da superestrutura social prevista por Marx. Deste modo, para Gramsci, uma análise sociológica da sociedade deveria levar em consideração as relações materiais de produção como estrutura, mas como

superestrutura o chamado poder político. Por fim, o chamado poder ideológico e não mais o direito.

Ressalta-se, ainda, que o próprio Karl Marx previa, segundo Edmund Wilson em sua obra “Rumo à Estação Finlândia” (WILSON, 2006), uma nova obra para aprofundar seus estudos acerca da análise sociológica com a teoria da estrutura e da superestrutura, e que seu próprio colega Karl Friedrich Engels escreveu algumas cartas sobre o assunto, nos anos de 1890, tentando explicar melhor as relações existentes entre estrutura e superestrutura.

Para fins deste trabalho, adotaremos a sistematização realizada por Norberto Bobbio em suas obras “Teoria geral da política” e “Estado, governo e sociedade”. Em “Teoria geral da política”, Bobbio nos apresenta uma leitura da teoria da estrutura e da superestrutura de Karl Marx a partir do conceito de poder em Max Weber – principalmente na obra “Ciência e política: duas vocações”. Segundo Bobbio, Weber inova na ciência política ao estudar o fenômeno do poder não como algo, como uma coisa, como algo que se tem, como por exemplo, na acepção que Jean Bodin o utiliza em sua obra “Os seis livros da República”. Pelo contrário, Bobbio afirma que Weber inova na ciência política ao trabalhar a ideia de poder como uma relação entre dois indivíduos, basicamente ao adotar sua diferença entre potência e dominação (BOBBIO, 2002).

A partir da proposta de Max Weber, Norberto Bobbio traz um outro elemento para realizar uma classificação dos tipos do Estado e dos direitos humanos a ele inerentes. Para Norberto Bobbio é possível entender a existência do Estado e sua configuração a partir do conceito marxiano de sociedade civil. Trabalhando a partir do conceito de sociedade civil, em Hegel, Marx ressignifica um instituto apontando que a sociedade civil seria a esfera das relações de poder que ocorrem fora do

aparato estatal. Então, trabalhando com a lição de Marx sob a perspectiva weberiana do poder enquanto relação, Norberto Bobbio propõe uma classificação do Estado a partir das esferas de poder ocupadas dentro de uma sociedade, determinando o nível dessa classificação de acordo com as esferas ocupadas pelo Estado ou ocupadas pela sociedade civil.

Assim, a partir da teoria da estrutura e da superestrutura, pode-se identificar três grandes esferas de poder dentro da sociedade. A primeira esfera seria a esfera do poder econômico, a qual pode ser entendida como uma relação na qual um indivíduo realiza uma prestação a outro indivíduo em troca de dinheiro ou de um determinado bem de valor econômico. Uma segunda esfera de poder é a esfera do poder político, nascido principalmente do monopólio dos meios de coerção por parte do Estado, no qual um indivíduo presta determinada atitude ou realiza determinada prestação ao Estado em troca de sua incolumidade física ou de seu direito de ir e vir. Por fim, retomando a lição de Antônio Gramsci, existe uma relação de poder ideológica quando um indivíduo adota uma postura, uma atitude, ou realiza uma atividade entendendo que esta atividade é a correta a ser realizada ou que esta postura é a correta a ser adotada a partir de uma determinada visão de mundo (GRAMSCI, 2022).

Deste modo, Norberto Bobbio explica que quando o Estado domina perante a sociedade civil as esferas do poder econômico, político e ideológico temos a figura do Estado totalitário, do qual pode-se ter como exemplo o nazismo na Alemanha ou o comunismo na União Soviética. Quando o Estado controla as relações econômicas e as relações políticas temos o que se chama de Estado social, na qual o Estado intervém nas relações econômicas e mantém o poder político, mas não interfere nas relações de poder de natureza ideológica. Por fim, quando o Estado se

limita ao exercício das relações de poder de natureza política não interferindo nas relações de poder de natureza econômica, ou nas relações de poder de natureza ideológica, temos o chamado Estado liberal. Pode-se pensar ainda num modelo de Estado no qual o Estado mantém o poder político e o poder ideológico abstendo-se do controle sobre as relações econômicas, este pode ser entendido como o fenômeno do Estado teocrático, que se inicia na modernidade a partir da revolução iraniana de 1979 (BOBBIO, 2002).

Dentro desta perspectiva, os chamados direitos sociais e econômicos dos indivíduos estão diretamente atrelados a um determinado tipo de Estado, o Estado social, no qual a intervenção no domínio econômico pelo ente estatal, seja pela posse das empresas que controlam a infraestrutura nacional, seja pela posse das empresas que prestam o serviço público, seja pela manutenção de bancos públicos e sistemas previdenciários próprios, permitem que o Estado desenvolva sistemas de financiamento para direitos que se concretizam por meio de prestações ao indivíduo, tais como aposentadorias, auxílios, pensões, saúde, educação e universalização de serviços públicos.

A estes direitos, chamam-se direitos humanos de segunda geração ao se contraporem aos chamados direitos humanos de primeira geração, principalmente em dois aspectos. Primeiro aspecto, enquanto os Direitos Humanos de primeira geração diziam respeito a uma abstenção do Estado em relação ao indivíduo, os direitos humanos de segunda geração exigem uma prestação do Estado em favor do indivíduo. No segundo aspecto, enquanto os direitos humanos de primeira geração têm como fundamentação, filosófica e política, o vetor liberdade; os direitos humanos de segunda geração têm como fundamentação, filosófica e política, o vetor igualdade, sob a perspectiva de uma

igualdade material dos indivíduos, e não de uma igualdade formal perante a lei conforme a crítica apresentada por Karl Marx (BOBBIO, 1992).

Por fim, para completar o presente item, é importante salientar que, na América Latina o Estado Social se apresentou sob a perspectiva do chamado Estado desenvolvimentista. O Estado desenvolvimentista teve suas primeiras proposições no governo de Lázaro Cárdenas, no México nos anos 30, sendo desenvolvido notadamente na Argentina, de Perón, e no Brasil, de Getúlio Vargas. No entanto, suas políticas foram presentes em praticamente todos os países do continente. No Estado desenvolvimentista ocorre a intervenção do ente estatal no domínio econômico, no entanto, a maior parte dos investimentos são canalizados para a formação de uma infraestrutura e de um parque industrial que possibilitasse o acesso ao pleno emprego industrial e o desenvolvimento econômico das populações empobrecidas pelo êxodo rural.

Embora o desenvolvimentismo tenha sido uma teoria aplicada em praticamente todos os quadrantes do mundo, pode-se diferenciar o desenvolvimentismo praticado na Ásia, de viés nacionalizante em relação aos grupos detentores do poder econômico, do desenvolvimentismo praticado na América Latina, o qual é chamado de desenvolvimentismo associado, no qual a industrialização realiza-se principalmente a partir de uma aliança com grupos privados da Europa e dos Estados Unidos na implantação das indústrias de bens de consumo. O desenvolvimentismo associado já foi denunciado, ainda nos anos 60 do século passado, por ocasião da chamada teoria da dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (CARDOSO & FALETTO, 1977).

O PROCESSO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Para conceituarmos o processo do Neoliberalismo, em primeiro lugar, é necessário dizer que ao contrário do que parece, o Processo do Neoliberalismo não se trata unicamente da reedição dos valores liberais do final século XVIII que culminaram em um modelo de sociedade que se tornou impraticável no início do século XX. Quando se fala em Neoliberalismo se fala, em verdade, de um contexto histórico no qual a crise econômica do estado social e o fim do socialismo real como modelo econômico alternativo propiciaram a imposição pelo mercado de uma série de restrições econômicas aos estados, as quais repercutiram diretamente na prestação dos direitos humanos de segunda geração, ou seja, nos direitos sociais e econômicos.

Para entendermos o surgimento do Neoliberalismo é necessário entendermos a trajetória da economia capitalista através das décadas do século XX. Com o desenvolvimento de uma economia industrial e dependendo do ponto de vista político dos movimentos de uma sociedade de massa, os estados passaram a fazer empréstimos cada vez mais vultosos para financiar o planejamento econômico e a instalação dos parques industriais e da infraestrutura necessária à universalização dos serviços públicos.

Sob o ponto de vista econômico, tais empréstimos eram realizados sob a ideia preconizada por John Maynard Keynes, em sua obra “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, de que existiria um efeito multiplicador na despesa pública realizada pelo Estado quando esta despesa fosse aplicada em obras públicas ou subvenções econômicas à atividade produtiva. Neste sentido, a ideia de que os orçamentos deveriam primar pelo equilíbrio entre receitas e despesas é substituída pela ideia de que

seria possível existir deficit orçamentários nos estados, desde que esses deficits orçamentários fossem justificados por um planejamento econômico que incluísse um programa de obras públicas, ou ainda, a concessão de créditos ou subvenções econômicas à burguesia (KEYNES, 1996).

Após a Segunda Guerra Mundial e sob o pálio das conferências de Bretton Woods, no qual foi criado o Fundo Monetário Internacional, os estados passam a realizar empréstimos em quantias tão altas que acabam por deslocar o eixo da economia capitalista (RATTI, 1999). A partir dos anos 50 do século XX, começa-se a falar em um sistema de produção capitalista pós-industrial ou um sistema do chamado capitalismo financeiro. Neste sistema, o eixo econômico deixa de ser a produção industrial ou a produção de quaisquer bens materiais tangíveis para tornar-se o financiamento da produção e do consumo destes bens.

Tal modelo esgotou-se rapidamente no final dos anos 60, quando os Estados Unidos da América acumularam um deficit público tão grande que obrigaram o seu tesouro nacional a retirar o lastro do dólar baseado no ouro. Pelo acordo de fundação do FMI, de 1949, toda a economia financeira internacional estava baseada na conversibilidade das moedas em relação ao dólar e o dólar estava lastreado por a base ouro, mantida pelos Estados Unidos. Com os crescentes gastos do estado norte-americano e os crescentes deficits públicos do Estado, o estado norte-americano passa a utilizar suas reservas de ouro para gerar divisas, e assim passa a usar o próprio lastro da moeda para financiar suas atividades (RATTI, 1999).

Segundo Bruno Ratti, em sua obra “Comércio internacional e câmbio” (1999), ao perceberem esta manobra os bancos franceses e suíços começam a exigir o resgate de seus dólares em ouro, levando a uma

progressiva descapitalização do lastro do tesouro norte-americano. Em vez de promover um programa de responsabilidade fiscal ou ajustar sua economia às realidades financeiras vigentes, o governo norte-americano descumpre unilateralmente o acordo do FMI e declara que imprimiria dólares sem o lastro do ouro, ocasionando o fenômeno que ficou conhecido como “a desregulamentação do sistema financeiro internacional”.

A desregulamentação do sistema financeiro internacional, decretada a partir do pronunciamento do presidente Richard Nixon em 1971, significou o descolamento da atividade financeira das instituições da economia real. Possibilitando que a especulação financeira tornasse a quantia de dinheiro a ser negociada por um determinado bem, muitas vezes, superior a qualquer perspectiva de valor real (HOBSBAWM, 1995).

Com a desregulamentação do sistema financeiro internacional nos anos 70, este torna-se presa ou ainda, sócio de atividades especulativas por parte das instituições financeiras norte-americanas e europeias, criadas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Com a crise do petróleo em seus dois momentos, em 1973 e 1979, o sistema passa a emprestar dinheiro de uma forma diferente do que havia sido feita anteriormente (RATTI, 1999)

Enquanto o acordo do FMI era vigente, os empréstimos internacionais eram realizados em juros pré-fixados, ou seja, a taxa de juros a ser cobrada já estava previamente determinada durante todo o período do empréstimo. Nesse momento, as taxas de juros internacionais variavam em torno de quatro por cento ao ano para os empréstimos internacionais, com o qual os estados financiavam seus programas de planejamento econômico (RATTI, 1999).

A partir dos anos 70, após a primeira crise do petróleo de 1973, os empréstimos financeiros internacionais passam a ter juros flutuantes, deste modo, sujeitos à especulação financeira. Tal situação, por exemplo, se abateu sobre o Reino Unido, o qual nos anos 70 recebeu um amplo aporte de capital do fundo monetário internacional para readequar sua economia (BAREA, 2016).

Assim, após a primeira crise do petróleo de 1973, as medidas de enfrentamento da recessão econômica na Europa, Japão e Estados Unidos passa a ser financiada pelo sistema financeiro internacional, cujos ganhos especulativos são transferidos para o serviço da dívida referente aos projetos de desenvolvimento dos Estados latino-americanos, os quais, inclusive precisaram contrair novos empréstimos para garantir o pagamento dos empréstimos realizados anteriormente a desregulamentação financeira, conforme narra Elio Gaspari no quinto volume de sua obra histórica sobre o período “A Ditadura Acabada” (GASPARI, 2016).

Em 1979, no entanto, por ocasião da segunda grande crise do petróleo, o choque especulativo no mercado financeiro internacional elevou os juros, antes mantidos na faixa de seis por cento ao ano, para vinte por cento ao ano, tornando assim as parcelas do pagamento das dívidas impossíveis de serem pagas para muitos estados latino-americanos (RATTI, 1999).

Ao contrário do ocorrido no Reino Unido, por exemplo, e em outros países europeus que, em outros momentos do século XX encontraram-se em situação de endividamento semelhante (BAREA, 2016), não houve nenhuma tentativa de perdão ou auxílio aos estados latino-americanos na virada dos anos 70 para os anos 80 no tocante ao pagamento do serviço de sua dívida externa, cujo valor aumentou em escala geométrica

por força da especulação financeira do período (GASPARI, 2016). Tal decisão da chama banca internacional, levou à famosa crise da dívida de 1982 e à chamada década perdida para a América Latina, na qual uma parte significativa dos parques industriais erguidos e financiados pelos estados latino-americanos por meio de empréstimos internacionais vão à falência e as obras de infraestrutura por eles dirigidas permanecem estagnadas.

Note-se aqui que, ao contrário do que boa parte da doutrina informa, tal situação não era um resultado óbvio nem uma aplicação direta de uma teoria matemática, mas sim uma decisão política dos países detentores do poder político e das instituições detentoras do poder econômico nessa fase do capitalismo. Saliente-se, por exemplo, que a Europa havia recebido durante 15 anos empréstimos realizados a fundo perdido pelos Estados Unidos para a reconstrução de sua economia e que mesmo a Alemanha, derrotada na Segunda Guerra Mundial, não havia pago as próprias reparações de guerra relativas aos prejuízos que seu exército havia causado aos demais países europeus, tendo sido perdoadas dessas dívidas em sua moratória (BAREA, 2016)

Por fim, o próprio detentor da liderança do sistema financeiro internacional, os Estados Unidos da América, quando deparado com uma situação de deficit fiscal e de dificuldade no pagamento das próprias dívidas, utiliza o ouro o qual havia assumido internacionalmente manter como lastro para pagamento de suas dívidas e quando percebe que não as poderá pagar mais, descumpra o tratado que havia assinado perante os demais países e ocasiona a desregulamentação do sistema financeiro internacional. Desregulamentação esta que por meio de uma crise especulativa tornou impossível o pagamento da dívida externa dos países

latino-americanos às instituições financeiras europeias e norte-americanas.

Devido ao fato de terem adotado um modelo de desenvolvimento industrial associado, as elites políticas latino-americanas dobram-se às exigências das instituições financeiras e dos governos europeus e norte-americanos, e aceitam uma série de reformas estruturais de seus estados e reformas de seu ambiente econômico em troca da renegociação das dívidas e da possibilidade de continuar tomando capitais externos.

Este receituário econômico, originalmente formulado pelo economista norte-americano John Williamson, em 1989, ficou conhecido como o consenso de Washington e incluía a dolarização das economias latino-americanas com base em políticas que aproximassem suas moedas locais ao dólar, a privatização de suas estruturas de prestação de serviços públicos ou de sua infraestrutura em benefício de grupos empresariais internacionais e a diminuição do tamanho do Estado e de seu poder de intervenção na economia como forma de diminuir o déficit público de seus Estados (HOBSBAWM, 2016).

Assim, o Neoliberalismo aproxima-se do liberalismo na medida em que as receitas originárias do Estado, provenientes das empresas públicas, as quais muitas vezes atuavam em monopólio e possuíam já um longo período de investimento no tocante à universalização dos serviços e das estruturas públicas, fossem repassadas para entes privados, geralmente grupos de investidores internacionais, os quais poderiam assim obter lucros a partir dos serviços públicos e da infraestrutura pública local. Buscava ainda tintas liberais em suas reformas no chamado estado mínimo, no qual instituiu ideia para qual o Estado deveria retirar-se de todas as outras áreas de atuação social que não fossem a saúde

e a educação, diminuindo assim sua folha de pagamento, diminuindo suas competências regulatórias dentro da sociedade e, concomitantemente, as despesas que realiza.

No entanto, existem diferenças entre o estado liberal e neoliberal no que diz respeito à administração das contas do Estado. Na medida em que enquanto para o liberalismo deveria existir o equilíbrio orçamentário entre receita e despesa, para o Neoliberalismo o desejável é o chamado superavit primário, que seria o superavit da receita perante as despesas, descontando-se o serviço da dívida externa, ou seja, o pagamento aos banqueiros internacionais. O superavit primário possibilitaria assim a garantia da capacidade de pagamento do Estado em detrimento de sua capacidade de atuação na sociedade.

Outra diferença entre o estado neoliberal e o estado liberal diz respeito à livre iniciativa. Com a retirada do Estado da prestação dos serviços públicos, estabelece-se a chamada teoria da regulação econômica com as agências reguladoras que buscam operar, geralmente, em ambientes aonde a livre concorrência está grandemente diminuída por regras que impossibilitam a entrada de atores no sistema. Favorecendo assim, normas que incentivam o monopólio de determinadas atividades econômicas nas mãos de um grupo privado ou ainda, um oligopólio ou um cartel estabelecido a partir dessas regras.

As reformas e as modificações que o Neoliberalismo trouxe para o Estado e a sociedade civil latino-americanas foram aprofundadas pela eclosão do processo de globalização econômica a partir dos anos 90, como será visto no próximo item.

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA

O processo de globalização econômica é altamente complexo e pode ser conceituado sob diferentes vieses e perspectivas. Para fins deste trabalho, parte-se da proposta de Alberto do Amaral Júnior para quem o processo de globalização é a integração gradativa entre atores de diferentes nacionalidades, onde os fatos e os atos causados por um ator passam a importar e a gerar consequências para atores em diferentes partes do mundo, ampliando a interdependência entre os Estados e relativizando as limitações de espaço e tempo (AMARAL JR., 2008).

Ancelmo César Lins de Góis e Ana Flávia Barros-Platiau (2000) descrevem ainda alguns elementos que compõem o processo de globalização, a saber: a criação de um mercado financeiro global; a possibilidade de conexão pela telemática, em especial após a internet comercial em 1995, permitiu que os mercados financeiros dos diferentes países fossem amplamente integrados em um único mercado financeiro mundial, no qual as transações ocorrem 24 horas por dia e para o qual os estados estão à mercê das chamadas crises especulativas. São exemplos dessas crises, a crise do México de 1995, a crise da Tailândia de 1997, a crise relacionada à falência do banco Barings em 1998, a crise relacionada à Rússia em 1999 e ao Brasil em 1999, o estouro da bolha das empresas ponto com no ano 2000 e a grande crise financeira de 2008.

O segundo elemento apontado por Góis e Barros-Platiau (2000) é a transnacionalização da produção industrial. As empresas industriais deixam de operar como multinacionais, ou seja, com empresas que possuem a linha completa de produção de uma mercadoria em diferentes países para transnacionais, ou seja, indústrias que fabricam uma mercadoria com uma linha de produção dividida entre diferentes países.

Esse aprofundamento das empresas transnacionais com o chamado comércio internacional intraempresa aprofundou durante os primeiros anos da globalização o processo do chamado dumping social, aonde as empresas transnacionais instalam-se nos países nos quais conseguem maiores vantagens na relação capital-trabalho, aumentando assim os padrões de exploração econômica de seus operários (AMARAL JR., 2006)

Dentro da perspectiva do desmonte dos direitos de segunda geração, o processo de globalização favorece também a mudança no modelo de organização da produção do chamado modelo Fordista-Taylorista de linha de produção, no qual você tem uma perspectiva verticalizada e organização abrangente que possui em seus quadros todos os profissionais necessários para o desenvolvimento de sua atividade econômica, para o modelo centro-periferia, no qual apenas mantém-se dentro da organização um núcleo duro de funcionários responsáveis pela tomada das decisões gerenciais, terceirizando-se as outras fases da produção ou da prestação de serviços para outras empresas que podem estar situadas em outros países ou que vão ganhar o direito de participar da relação econômica por meio da oferta da melhor contraprestação, ou seja, com o maior prejuízo aos direitos trabalhistas de seus funcionários (GÓIS & BARROS-PLATIAU, 2000).

Finalmente, o último elemento apontado por Ancelmo César Lins de Góis e Ana Flávia Barros-Platiau (2000) foi a erosão do poder do Estado na esfera econômica e na esfera da regulação dos direitos sociais, premido por circunstâncias de endividamento e renegociação de sua dívida e colocado sob a competição entre mercados de trabalho internacionais, na qual ganha o Estado que mais desfavorecer seus próprios cidadãos. O ente estatal torna-se refém de um mercado financeiro globalizado do qual depende para manter seu funcionamento e de

conglomerados industriais internacionais os quais impõem seus padrões de atuação econômica como pré-requisito para sua instalação no território.

Deste modo, ocorre o que Milton Santos, na obra “Por uma outra globalização”, chama de duas faces do processo de globalização, a saber: a globalização como fábula, ou seja, como uma variante do fim da história de Francis Fukuyama na qual o entendimento entre as nações e a união dos diferentes povos levaria a um processo de desenvolvimento econômico para a outra face, a da globalização, na realidade a chamada globalização perversa na qual o processo de integração entre os países se dá com a naturalização de divisões internacionais do trabalho desfavoráveis para a imensa maioria dos países e da negação aos direitos sociais e econômicos de seus cidadãos (SANTOS, 2003).

Assim, para a América Latina o processo de globalização significou uma menor capacidade do Estado para fazer frente às demandas econômicas globais, levando muitos países à desindustrialização e à reprimarização de sua economia, como é o caso do Brasil. O processo de globalização também levou a discussão em torno da manutenção dos direitos trabalhistas com um corte gradativo nos direitos e por fim, na reforma dos sistemas previdenciários dentro de uma perspectiva de diminuição dos déficits públicos para garantia dos pagamentos às instituições financeiras internacionais.

Assim, mesmo considerando-se a complexidade das economias e sociedades latino-americanas e os diferentes nuances dos processos históricos por elas vivenciados nos últimos 30 anos, pode-se afirmar que o processo de globalização e o Neoliberalismo na América Latina teve como efeito a fragilização das estruturas de proteção social do Estado e das estruturas de garantia de acesso à saúde dos cidadãos no

momento da decretação da pandemia de Covid-19, levando assim a uma situação de dificuldade no enfrentamento da mesma.

O TERCEIRO NÍVEL DA SUPERESTRUTURA EM MARX

Conforme já referido anteriormente, em seu livro “Crítica à Economia Política”, Karl Marx afirma que a sociedade se organiza com base nas relações materiais da vida, ou seja, na base econômica e possui uma superestrutura que corresponde ao poder político e um “terceiro andar” desta superestrutura, que corresponderia ao poder jurídico. Assim, na visão de Marx, a sociedade se organizaria a partir de uma base determinada pelas relações de poder econômico, secundada por uma base de relações de poder político e de relações jurídicas (MARX, 2008).

Muito bem, por que Marx atribui ao direito esta importância naquele momento histórico? Em primeiro lugar, é necessário perceber que existe uma identificação entre o surgimento do estado moderno e a organização do direito, e que no século XIX a doutrina jurídica vivia uma importante fase de seu desenvolvimento com o surgimento do chamado constitucionalismo, da chamada codificação e principalmente da doutrina do Positivismo.

O Positivismo que se propunha como uma aplicação técnica do direito colocava-se diretamente a serviço do poder econômico, principalmente na época em que Marx escrevia, ou seja, na década de 1850 e, neste sentido, o direito era visto como uma forma de exercício opressor do poder naquele período. Também deve-se ressaltar a origem de Karl Marx. Karl Marx estudou o direito, possuía seu pai juiz e era proveniente de uma família judia que havia rompido com o judaísmo tradicional. Karl Marx não consegue se fixar na Alemanha enquanto

professor de jurisprudência, porque sendo um filósofo baseado no pensamento ou nas ideias de Hegel, fazia parte de uma corrente do pensamento Hegeliano ateia, ou seja, Karl Marx não acreditava na religião, a qual referia-se como ópio do povo e isto dificultou sua permanência na Alemanha e sua ascensão profissional naquele país. De toda forma, Marx percebe naquele período uma proeminência do direito dentro da estrutura organizacional da sociedade, não atribuindo à religião um outro papel se não o de ópio do povo, como ocorre em seus escritos (WILSON, 2006).

Debatendo com as ideias de Marx, Max Weber em “A ética protestante e o espírito do capitalismo” faz nesta obra uma análise das relações existentes entre a doutrina religiosa e a forma como se organizam as relações materiais de produção dentro de uma sociedade. Weber ainda traz o entendimento do poder enquanto potência, ou seja, o poder derivado do seu uso e dominação, ou seja, o poder implícito nas relações sociais, o qual é simbolizado por elementos culturais, como ritos, valores fundantes ou imagens. Para Weber, a religião, então, era um importante elemento de organização social, sendo assim um vetor de relações de poder dentro da sociedade ao apresentar para os indivíduos um mundo com valores claros e relações de certo ou errado nas quais estes indivíduos podem ser punidos em uma outra dimensão metafísica, caso atuem em desconformidade com esses valores (WEBER, 2004). A religião, assim, seria uma forma de exercício do chamado poder ideológico.

Edmund Wilson em sua obra “Rumo à estação Finlândia” conta que Friedrich Engels, o companheiro de escritas e lutas de Karl Marx, discutia com vários autores marxistas, já na década de 1890, sobre a inclusão do poder ideológico na matriz de análise da sociedade

enquanto parte da superestrutura e que entendia que esse poder ideológico era veiculado por padres ou pastores nas relações sociais (WILSON, 2006). O fato é que a dessacralização do poder de origem religiosa enquanto exercício de uma ideologia, descrito e analisado por Weber, pelos marxistas e pelos sociólogos de então, possibilitou que esse poder fosse pensado como algo que pudesse ser exercido por outros indivíduos que ocupassem idêntica posição de supremacia em outros sistemas de crenças e valores, mas de origem laica (WEBER, 2004). Yuval Noah Harari em sua obra “Sapiens” chega a afirmar que determinadas manifestações culturais ou políticas da atualidade se configuram em verdadeiras religiões laicas das quais as pessoas retiram seus sistemas ideológicos de vida (HARARI, 2015).

Deste modo, a tese da estrutura nas relações materiais da vida passa a aceitar que a superestrutura tenha seu patamar jurídico consumido, subsumido, incluído pelo poder político, na medida em que o direito passa a ser entendido como um instrumento de decisão e a decisão cabe ao poder político. E a superestrutura passa a ser constituída em seu lugar dentro da matriz de análise social pelo chamado poder ideológico ocupado por padres, pastores ou pessoas que, por sua proeminência cultural, agem como ideólogos, ou ainda, como cientistas ou líderes de movimentos sociais frequentemente atuando em consonância com o exercício do poder político.

PODER IDEOLÓGICO E SOCIEDADE DE MASSAS

Tendo em vista o avanço nos direitos civis e políticos na maioria das sociedades ocidentais, principalmente na segunda metade do século XX, e a predominância da população urbana e da atividade industrial

nessas economias, ocorre a gradativa substituição da forma de organização social de classes sociais para as sociedades de massas.

Antes de seguirmos é necessário observar que durante a imensa maioria da história da humanidade os indivíduos não foram considerados iguais, mas sim diferentes de acordo com sua origem ou com a função que seu grupo familiar ou clã desempenhava na sociedade. Temos, por exemplo, o feudalismo que se dividia em três classes sociais: a nobreza, o clero e a plebe. Com a revolução francesa, as declarações de direitos e o movimento constitucionalista do século XIX estas classes sociais são juridicamente derrubadas pelo princípio da igualdade perante a lei. Com o progressivo avanço do direito ao voto, em especial na segunda metade do século XIX, e ainda com o surgimento dos primeiros direitos sociais e econômicos no fim do século XIX e início do século XX, a sociedade de classes vai sendo de fato substituída por um novo tipo de sociedade derivada da produção e consumo de bens em massa, essa a chamada sociedade de massas.

Além da inclusão da maioria da população em processos de produção e consumo de bens e serviços em larga escala, a sociedade de massas caracteriza-se pela generalização de modelos de comportamento a serem adotados pelos cidadãos. Estes modelos de comportamento gerais foram potencializados em sua divulgação pela homogeneização da língua, dos costumes e pela padronização das relações sociais, principalmente a partir do século XIX, devido ao imperativo da racionalidade formal e do exercício da burocracia pelo Estado.

É neste contexto que os filósofos alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer, ainda durante a década de 40, apresentam o conceito de indústria cultural em sua obra “Dialética do Esclarecimento”. A partir da proposta de Adorno e Horkheimer a cultura popular é semelhante a

uma fábrica de bens culturais padronizados e controlados pela indústria da mídia, com o objetivo de estabelecer uma relação de poder ideológico com os cidadãos cujos comportamentos estão padronizados na sociedade de massa (ADORNO & HORKHEIMER, 1985). É importante notar, contudo, que os produtos da indústria cultural, ao contrário do afirmado pelos expoentes da escola de Frankfurt, nem sempre serviram como uma forma de manter os cidadãos dóceis à maneira como a sociedade se organizava. Os produtos audiovisuais, a música, a mídia impressa, o cinema e a literatura de massa desenvolveram diferentes formas de potencializar a crítica social e econômica, gerando debates em uma escala nunca antes presenciada. É correto afirmar, aliás, que muitos movimentos progressistas encontram nos produtos da chamada indústria cultural a sua tradução estética e por ela foram beneficiados.

Em nossa opinião, isso se deu pelo fato de que os atores da indústria cultural operavam em um regime de livre concorrência para conquistar um mercado consumidor que se tornava a cada dia mais abrangente. Considerando a teoria das cinco forças competitivas dentro do mercado, defendida por Michael Porter (PORTER, 2005), os regimes de competição entre os atores da indústria cultural na segunda metade do século XX (estúdios de cinema, gravadoras, redes de televisão, cadeias de jornais) precisaram, quando da criação de seus produtos, levar em conta as demandas de setores da sociedade de massas tradicionalmente invisibilizados ou desprezados pela sociedade de classes, tais como as mulheres, as minorias raciais, a juventude e os então chamados gays. Isto se deu porque o mercado consumidor tornou-se cada vez mais abrangente, especialmente durante o *boom* de crescimento econômico, chamado de “a era de ouro” (1949-1973) pelo historiador britânico Eric

Hobsbawn em seu livro “A Era dos Extremos: o breve século XX” (HOBSBAWM, 2002).

Deste modo, estes setores da sociedade promovidos a consumidores pelo crescimento econômico dos estados dentro da sociedade de massas, mais do que cidadãos passivos passam a escolher ícones da indústria cultural os quais se tornam, às vezes de forma inconsciente, detentores de grande poder ideológico. Assim, a chamada cultura pop gradativamente contribuiu para a inclusão nos meios de comunicação de massa e assim nas próprias relações de poder ideológicas dentro da sociedade, de saberes e valores estéticos, de setores marginalizados da sociedade de massas, influenciando assim as relações do poder político e econômico.

Restavam, entretanto, os conglomerados de mídia, que controlavam a produção e a distribuição do material cultural servindo, em alguns casos, como filtro e em outros como barreira de acesso de determinados produtos culturais ao grande público, tornando esses produtos conhecidos assim como “underground”, “alternativos” ou “malditos”. Isso derivava do fato de que os meios de produção cultural, no que diz respeito à produção dos produtos culturais que eram veiculados por meio de mídia impressa ou fabricada, ou ainda controlada por infraestrutura específica, era a produção desses meios, era detida por poucos conglomerados de mídia que, embora concorressem entre si, mantinham o controle sobre o fluxo de informações e valores distribuídos e vivenciados nessa indústria.

O ADVENTO DA INTERNET E SEUS PRIMEIROS EFEITOS SOBRE A FORMA DE SE EXERCER O PODER IDEOLÓGICO

Em 1995 a internet torna-se comercial, sendo acessível assim aos cidadãos, este processo conclui uma etapa de um processo maior de integração que já existia nos setores financeiros, militar e em certas áreas industriais. Ocorrido paralelamente com o otimismo predominante nas análises da política internacional no período imediatamente posterior ao fim da Guerra Fria, o advento da internet tornou possível que os cidadãos tomassem conhecimento do que ocorria do outro lado do mundo de uma forma quase instantânea, tornando assim o exercício do poder político muito mais transparente e difícil de ser escondido do que nos tempos nos quais era possível ao Estado controlar toda a produção da mídia. A primeira tradução deste fenômeno foi o chamado “direito de olhar”, no qual afirmava-se que dentro do paradigma dos direitos humanos os cidadãos de uma parte do mundo tinham o direito de saber como eram tratados os cidadãos de outra parte do mundo e solicitar, quando assim o entendessem, a intervenção internacional em casos de graves violações aos direitos humanos (AMARAL JR., 2008).

O direito de olhar foi amplamente defendido durante os anos 90, em especial na repressão aos curdos durante a guerra do golfo e na criação dos tribunais internacionais da ex-Iugoslávia e de Ruanda, e ainda na consolidação do chamado Tribunal Penal Internacional. Do direito de olhar veio a doutrina da “responsabilidade de proteger”, no qual o cometimento de graves violações em direitos humanos pelo Estado tinha como consequência a responsabilidade de proteger os seres humanos daquele estado pela comunidade internacional a partir de uma intervenção humanitária. Desta maneira, estabeleceu-se, em meados da

virada do milênio, o conceito da chamada “sociedade civil internacional”, que viria a ser um contraponto ao poder exercido de forma globalizada nas esferas política e econômica (AMARAL JR., 2008).

Do ponto de vista do poder ideológico, a internet comercial e a popularização dos computadores pessoais no início do presente milênio resultou em um cenário de crise para os conglomerados de mídia, tais como jornais, gravadoras e estúdios que não conseguiram se adaptar às novas tecnologias de fluxo da informação, independentemente do controle da mídia. Esses conglomerados entram em crise justamente porque seus negócios provinham do armazenamento e da transmissão de informações, e este armazenamento e transmissão foi gradativamente sendo assumido pela maior capacidade de processamento dos computadores pessoais e pela maior velocidade da transmissão de dados pela internet.

Tal cenário levou à reorganização da sociedade civil em redes internacionais com atuação direta na formação de uma opinião pública internacional, a qual interferia no exercício do poder político em escala global. Imaginava-se que “a sociedade em rede”, conforme descrita pelo sociólogo Manuel Castells (2002), poderia suplantar a reafirmação do poder político em bases militares ocorrida após o 11 de setembro e mesmo ser um contraponto eficaz aos processos de perda de direitos e precarização das condições de vida que a globalização e o Neoliberalismo impuseram em praticamente todos os quadrantes do globo. Surgiram movimentos como o “Occupy” nos países centrais do capitalismo, a criação de partidos políticos online, como o “Podemos”, na Espanha, e por fim, a eclosão da primavera árabe no ano de 2010.

A REVOLUÇÃO QUE NÃO ACONTECEU

Durante quase duas décadas, a internet foi saudada como uma ferramenta de comunicação niveladora que permite que todos se manifestem e se expressem de forma igualitária, o que favoreceria o ativismo dos movimentos progressistas e a sociedade civil como um todo. Nos últimos dez anos, contudo, especialmente após a utilização das redes sociais como ferramentas de distribuição de mídia e da popularização dos smartphones enquanto computadores portáteis, o tráfego de dados e os softwares da internet tornaram possíveis práticas abusivas relacionadas à desinformação, à manipulação de fatos e à propagação de discursos de ódio.

Embora tais práticas existam praticamente desde a invenção da prensa de Gutemberg, o alcance e a capilaridade das novas tecnologias permitiram que os danos fossem em escala muito superior aos danos causados pelas práticas existentes na mídia tradicional antes do advento da internet. O aumento exponencial da capacidade de processamento de dados nas últimas duas décadas, acompanhado pelo crescimento em escala semelhante do tráfego de dados, permitiu a análise das tendências sociais por meio de técnicas chamadas de *Big Data*, elevando as técnicas e procedimentos de análises de dados digitais à categoria de uma nova ciência, a ciência de dados.

Para Seth Stephens-Davidowitz, em sua obra “Todo mundo mente: o que a internet e os dados dizem sobre quem realmente somos”, a principal vantagem da pesquisa social utilizando *Big Data* é obter dados a respeito dos medos, desejos e comportamentos das pessoas, os quais elas nunca admitiriam revelar em um questionário ou uma entrevista estruturada com um pesquisador. Utilizando como dados tudo o que as

pessoas digitam nos buscadores, manifestam nas redes sociais, compram na internet, entre outros dados mediatizados, a pesquisa em *Big Data* permitiu às grandes empresas de tecnologia tornarem-se as novas detentoras do poder ideológico ao captar dados e informações dos indivíduos, processá-los e utilizá-los em suas relações com estes mesmos indivíduos (STEPHENS-DAVIDOWITZ, 2018).

O romancista e filólogo italiano Umberto Eco já afirmava no ano 2000 que o maior desafio após a internet não era mais o acesso ao conhecimento, mas sim a seleção das informações úteis dentro da própria rede. Até os últimos anos de sua vida, Eco denunciava a falta de controle sobre o que era postado na internet como um risco. Em um discurso no ano de 2015, declarou que “as redes sociais dão direito à palavra a uma legião de imbecis” que antes falavam apenas “em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade” e que agora “têm o mesmo direito à palavra de um prêmio Nobel” (PORTAL TERRA, 2015).

Para Eco, “o idiota da aldeia” que antes era “imediatamente calado” tornou-se o portador da verdade. Para Seth Stephens-Davidowitz, os dados revelados pela pesquisa social em *Big Data*, nos Estados Unidos, revelaram que os cidadãos americanos possuíam mais preconceitos de raça, cor e orientação sexual do que as pesquisas de opinião tradicionais historicamente apontavam (STEPHENS-DAVIDOWITZ, 2018). Neste mesmo período, torna-se conhecida as atividades de empresas como a Cambridge Analytica, que assessorou Donald Trump em sua campanha vitoriosa para a presidência dos Estados Unidos.

Com base em dados obtidos do Facebook, a Cambridge Analytica identificou as crenças, medos e anseios de milhões de eleitores norte-americanos e utilizou-os para criar conteúdos falsos ou adulterados sobre a concorrente de Trump, enviando este conteúdo para estes mesmos

eleitores, por meio dos algoritmos da rede social, que viam essas notícias falsas como fatos que confirmavam suas visões de mundo e os incentivavam à adoção de posturas políticas extremistas.

Muitos desses indivíduos (os “idiotas da aldeia”, de Umberto Eco) passaram a analisar e replicar estes conteúdos por meio de seus próprios canais nas redes sociais, em um fenômeno que Jen Schradie em seu livro “A revolução que não aconteceu: como o ativismo digital favorece os conservadores” chama de evangelismo digital. Ou seja, um único indivíduo ou um pequeno grupo sem nenhuma formação profissional, checagem de dados ou qualquer forma de filtragem ou controle de informações, produz, publica e analisa conteúdos de caráter ideológico, voltados à ação política com a desculpa de que está exercendo sua liberdade de expressão, nos termos do individualismo da teoria liberal clássica (SCHRADIE, 2019).

Esta sofisticada técnica de engenharia social esconde a realidade de que o aparente exercício da liberdade de expressão de forma amadora por um cidadão, é cuidadosamente distribuído aos perfis pessoais que podem ser afetados por essas mensagens, por meio de algoritmos e financiado por complexas práticas de monetização e patrocínio de conteúdos, as quais vinculam diretamente o exercício desta forma de poder ideológico com a estrutura econômica da sociedade capitalista globalizada.

CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL

Nos itens anteriores vimos que a conjuntura atual tem como fatores determinantes o processo do Neoliberalismo, a globalização e o advento de novas relações de poder ideológico surgidas com a internet.

O Neoliberalismo e a globalização atuaram diretamente sobre as relações de poder econômico e ainda atuam de maneira indireta sobre as relações de poder ideológico, atualmente exercidas principalmente por meio da internet e de suas ferramentas.

Fazendo uma retomada das lições anteriores, vimos que quando se fala em Neoliberalismo, na verdade, não se fala de uma doutrina econômica que faça algum sentido ou tenha uma fundamentação epistemológica coerente, e sim de ferramentas e teorias específicas para servirem a um contexto histórico no qual a crise econômica do estado social e o fim do socialismo real como modelo econômico alternativo propiciou ao mercado a imposição de uma série de restrições aos estados nacionais. Restrições essas que repercutiram diretamente na prestação dos direitos humanos de segunda geração, ou seja, nos direitos sociais e econômicos.

Por outro lado, a globalização, o processo de globalização a partir dos anos noventa, entendido como a integração gradativa entre atores de diferentes estados no qual os fatos e os atos causados por um autor passam a importar e gerar consequências para atores em diferentes partes do mundo, tem como elementos formadores primeiramente a criação de um mercado financeiro global em uma perspectiva de desregulamentação de seus fluxos internacionais, no qual essa desregulamentação retira a garantia dos estados do acesso ao crédito, bem como o controle de suas próprias políticas monetárias. Tem ainda como segundo elemento a transnacionalização das empresas, as quais desequilibram as relações de poder econômico sob a perspectiva do equilíbrio entre capital e trabalho e possibilita que empresas implantem padrões de exploração econômica de seus funcionários em cadeias de produção internacionais. E finalmente, a erosão do poder do Estado em

sua capacidade de regulamentar a atividade econômica interna, ou seja, a erosão do poder do Estado significa, nas palavras de José Eduardo Faria, em sua obra “Direito e globalização econômica”, na mudança do ambiente institucional das atividades econômicas do Estado-nação para a economia mundo (FARIA, 2010).

Essa mudança de ambiente institucional regulatório leva a redução da competência das instituições jurídicas locais a uma globalização paradoxal, onde as assimetrias econômicas passam a ser legitimadas por relações jurídicas internacionais. E, finalmente, pela adoção, por parte do Estado, de um direito descentralizado e procedimental, ou seja, o direito como uma tecnologia jurídica, cujo objetivo passa a ser simplesmente integrar procedimentos entre as diferentes economias, não regulando o processo socioeconômico nem impondo finalidades aos particulares (FARIA, 2010).

No tocante às relações de poder na internet, vimos que a popularização das redes sociais em uma grande teia sem nenhum efetivo controle social culminou no estabelecimento de relações ideológicas de poder financiadas diretamente pelo poder econômico nas quais, por meio de algoritmos e engenharia social, cidadãos sem nenhuma expressão técnica, profissional ou acadêmica sobre assuntos tornam-se ideólogos com milhões de servidores a serviço da desinformação e da disseminação de pautas relacionadas ao discurso de ódio ou à desestabilização das relações de poder político, filtradas pelos mecanismos de freios e contrapesos do estado democrático de direito.

Tais elementos levam àquilo que José Eduardo Faria, já citado, chama de ingovernabilidade sistêmica do Estado no qual a crise fiscal, cujo fundamento é o desequilíbrio nas relações econômicas trazido pelo Neoliberalismo e pela globalização, fundamenta uma crise de

governabilidade, a qual se apresenta como a proliferação das demandas sociais, tendo em vista as diferentes demandas das minorias do mercado e dos cidadãos comuns. E levam a fenômenos como a inflação legislativa, derivado da multiplicação das instâncias de competência devido ao aparecimento de instituições regulatórias, como agências reguladoras de origem neoliberal. Também a juridificação, correspondente à inflação legislativa, no qual as normas passam a ser abertamente ignoradas pelos seus destinatários e a dilemas regulatórios provenientes principalmente da privatização dos serviços e de atividades de interesse público no qual as finalidades da própria atividade se subvertem em relação a seus meios.

Deste modo, o Estado torna-se gradativamente ingovernável e a existência desses problemas justificam, na visão da mídia e dos governantes, a adoção do projeto neoliberal como alternativa para a racionalização da vida social e econômica. Neste contexto, instala-se a atmosfera de permanente crise política e institucional na América Latina, na qual as relações de poder político na região são afetadas pelo seu caráter periférico no sistema capitalista global e pelo fato da região encontrar-se em transição entre duas etapas econômicas referentes à migração do estado social para o estado neoliberal ou regulador.

A crise econômica latino-americana parte da reinserção da região a uma nova divisão internacional do trabalho que leva a uma globalização paradoxal e assimétrica. A globalização torna-se paradoxal porque no ponto de vista das relações comerciais o comércio entre os estados passa a ser regulado a partir de blocos econômicos, como a União Europeia e o Mercosul, que são replicados na América Latina através do Mercosul e da comunidade andina e também de instituições econômicas internacionais. A existência de blocos econômicos possibilitou que os

países centrais do sistema capitalista mantivessem seus privilégios de acesso a mercados e garantiu que a globalização fosse referente à circulação de capitais e produtos, mas não referente à circulação de pessoas. Tanto o NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) quanto a União Europeia permitiram a existência de relações assimétricas, nas quais os países periféricos do capitalismo possuem menos direitos e mais deveres e obrigações que os países centrais em suas relações econômicas.

Tal realidade dos blocos econômicos foi seguida à criação da Organização Mundial do Comércio, em 1995, a qual legitimou essa disparidade levando, por exemplo, a um processo de desindustrialização da América Latina e de desmonte de setores econômicos mais frágeis do subcontinente, enquanto os setores econômicos mais frágeis dos países da União Europeia e da América do Norte, falando-se em Canadá e Estados Unidos, permaneceram protegidos por meio de normas específicas da Organização Mundial do Comércio, que garantiam os privilégios a esses atores econômicos.

Deste modo, os estados da América Latina passam a não mais planejar ou controlar o desenvolvimento de suas economias. A perda de poder das instituições estatais que regulavam a economia na América Latina tem como resultado que, os estados da região passam a não mais controlar suas economias e nem apresentar as finalidades de suas relações econômicas. Os estados passam a atuar apenas no sentido de diminuir as crises monetárias advindas das relações econômicas internacionais e garantir a padronização de suas economias aos processos de globalização assimétricos impostos pelos blocos econômicos e pela Organização Mundial do Comércio. Por outro lado, uma sociedade civil pós-moderna fragmentada em muitos grupos e movimentos de pressão

social com diferentes demandas, com diferentes graus de complexidade e, muitas vezes, com demandas contrárias entre si fazem com que o Estado perca sua capacidade de mediar e regular os conflitos sociais, tendo em vista as medidas restritivas de direito que precisava tomar no combate às persistentes crises fiscais.

Nas palavras de Jan-Werner Müller, tal situação levou ao surgimento de um grande contingente de eleitores prejudicados pelas reformas neoliberais ou que perderam seus trabalhos devido à globalização econômica. Esses votantes acabam sendo capitaneados por ideólogos por meio das redes sociais e apresentam uma tendência a votar em políticos que se declaram antiestablishment ou contra as elites globalizadas, sejam de direita ou de esquerda, de acordo com o contexto de cada estado.

Nesse sentido, estudando o surgimento de um novo movimento, como o populismo do século XXI, Jan-Werner Müller, em sua obra “O que é o populismo?”, apresenta algumas características dessa nova corrente política na atualidade. A primeira característica seria o antipluralismo, no sentido de que os exercentes do poder político sob uma perspectiva populista se apresentam como representantes de todos, ignorando as pautas das minorias. A segunda característica do populismo, para Jan-Werner Müller, seria o pseudomoralismo, ou seja, a tendência destes atores de taxar seus oponentes políticos como imorais ou corruptos. A terceira característica do populismo, para Müller, seria o clientelismo em massa, no qual as estruturas de prestação de direitos sociais desarticuladas, por ocasião do Neoliberalismo, passam a ser retomadas como formas de captação de votantes e do clientelismo em massa. A outra característica seria a repressão à sociedade civil e a seus representantes, notadamente aqueles que possuem projetos

políticos ou demandas que não se encaixam no projeto de poder do líder populista. E, finalmente, a última característica do populismo, para Jan-Werner Müller, é uma tendência a querer mudar a Constituição estabelecida ou lhe dar outro significado (MÜLLER, 2016).

Neste sentido, a crise política derivada da ingovernabilidade dos países da América Latina, no período atual, leva, segundo a tese de Levitsky e Ziblatt, em seu livro chamado “Como as democracias morrem”, os eleitores a rechaçarem as forças políticas tradicionais, fazendo com que setores da elite econômica e política apostem em *outsiders*, ou seja, líderes provenientes de outras camadas que não a dos políticos (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018). Para que esses façam o trabalho de conter as forças políticas antagônicas e dar satisfação ao eleitorado. Assim, estes líderes buscam destruir os mecanismos do estado democrático do direito assim que instalados no poder, aprofundando as reformas de interesse liberal, ou melhor, neoliberal de perda de direitos sociais.

Ainda para Levitsky e Ziblatt, são características do autocrata: 1) o rechaço às regras da democracia; 2) a negação de legitimidade a opositores políticos; 3) a tolerância, ou mesmo o estímulo à violência e, finalmente, a propensão a restringir as liberdades civis dos opositores e a atacar os meios de comunicação (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do modelo de análise social proposto, focado nas relações de poder, no qual uma estrutura de relações de poder econômicas interage com uma superestrutura de relações de poder ideológicas e políticas, pode-se apontar alguns processos históricos que

representaram uma mudança na atuação do Estado e no modelo de desenvolvimento econômico na América Latina.

Os constantes deficits públicos nos Estados Unidos e na Europa, somada a desregulamentação do sistema financeiro internacional impuseram uma lógica de submissão do poder político à especulação financeira cujos resultados incluíram a redução da estrutura do Estado e a diminuição dos investimentos em políticas públicas que promovem os direitos sociais e econômicos.

A globalização, especialmente em seu aspecto econômico, reforçou a erosão do poder do Estado sobre a economia. A transnacionalização da atividade econômica teve como resultado uma tendência persistente a buscar a menor remuneração possível para cada tipo de ocupação, gerando uma nova divisão internacional do trabalho. Essa nova divisão, patrocinada pela criação da Organização Internacional do Comércio, significou uma consistente redução nos direitos sociais e econômicos de trabalhadores em todo o mundo.

A América Latina foi especialmente atingida pelos resultados nocivos do Neoliberalismo e da Globalização Econômica. A partir dos anos 90 do século passado os Estados da região debateram-se entre a realização de reformas claramente nocivas aos direitos sociais e econômicos de seus cidadãos e a manutenção de políticas públicas persistentemente sabotadas pelo mercado financeiro internacional.

Esta situação de ingovernabilidade sistêmica foi reconhecida por muitos cidadãos, em uma onda de insatisfação com as instituições políticas tradicionais que foi potencializada pela onipresença das redes sociais. Mais do que um mero instrumento de comunicação, a manipulação dos dados e a capilaridade da nova mídia permitiram que estas se consolidassem como uma nova forma de se estabelecer relações de

poder de caráter ideológico, em desfavor das instituições políticas tradicionais.

É nesta conjuntura que a Pandemia de COVID-19 encontrou os países da América Latina. Nos próximos capítulos serão analisadas as políticas de proteção social da região bem como a forma como os Estados latino-americanos atuaram internacionalmente, suas políticas de proteção social, de acesso à saúde e o desempenho de suas instituições políticas durante o período.

REFERÊNCIAS

- ABULAFIA, David. **O Grande Mar**: uma história humana do Mediterrâneo. São Paulo : Objetiva, 2014.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.
- AMARAL JR., Alberto do. **Manual do Candidato**: Noções de Direito e Direito Internacional. Brasília : FUNAG, 2008.
- AMARAL JR., Alberto do. Padrões trabalhistas e comércio internacional: renasce o protecionismo? In: BASSO, Maristela; PADRO, Maurício; ZAITZ, Daniela (ORG.). **Direito do comércio internacional**: pragmática, diversidade e inovação: estudos em homenagem ao Professor Luiz Olavo Baptista. Curitiba : Juruá, 2006.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2007.
- BAREA, Maria Elvira Roca. **Imperiofobia e Leyenda Negra**: Roma, Rusia, Estados Unidos y el Imperio español. Madrid : Siruela, 2016.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro : Elsevier, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos. São Paulo : Atlas, 2002.

- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1977.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo : Paz e Terra. 2002.
- CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de Loura Silveira. Disponível em www.fafich.ufmg.br Acesso em 08.07.2021.
- FARIA, José Eduardo. **Direito e Globalização Econômica**. São Paulo : Malheiros, 2010.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro : Intrínseca, 2016.
- GÓIS, Ancelmo César Lins de; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Direito Internacional e Globalização em face das questões dos Direitos Humanos. **Revista CEJ**, Vol.4, n.11, mai/ago 2000, p. 88-96.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. São Paulo : Civilização Brasileira, 2022.
- HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. São Paulo : L&PM, 2015.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo : Cia das Letras, 1995.
- JOUVENEL, Bertrand de. **As Origens do Estado Moderno: uma história das ideias políticas do século XIX**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Os Economistas. São Paulo : Nova Cultural, 1996.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro : Zahar, 2018.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo : Expressão Popular, 2008.
- MÜLLER, Jan-Werner. **What's Populism?** Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2016.

POGGI, Gianfranco. **A evolução do Estado Moderno** – Uma Introdução Sociológica. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

PORTAL TERRA. **Redes sociais deram voz a legião de imbecis, diz Umberto Eco.** Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto-eco.html> Acesso em 12.06.2020.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva**. São Paulo : Atlas, 2005.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. São Paulo : Aduaneiras, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SCHRADIE, Jen. **The Revolution That Wasn't: How Digital Activism Favors Conservatives**. Cambridge : Harvard University Press, 2019.

STEPHENS-DAVIDOWITZ, Seth. **Todo mundo mente**. São Paulo : Alta Books, 2018.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Rio de Janeiro : Companhia das Letras, 2004.

WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia**. São Paulo : Companhia de Bolso, 2006.

2

PROTEÇÃO SOCIAL E O DIREITO À SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID – 19

Lislei Terezinha Preuss

Este ensaio teórico é fruto das temáticas abordadas e discutidas na disciplina Direitos e Proteção Social na Pandemia de COVID – 19: uma perspectiva comparada nos países Argentina e Brasil, dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Nacional de Jujuy.

Como ponta pé inicial desta construção, contextualizam-se e conceituam-se as principais categorias temáticas – Proteção Social e Estado de Bem-Estar Social, abordadas na disciplina, a partir de autores(as) de referência, para na sequência destacar os modelos de proteção social e seus impactos na América Latina. Destacam-se as tipologias mais conhecidas do modelo de Estado Social enquanto referência para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a proteção social e a as contradições inerentes à adoção desses modelos na América Latina, refletindo, por fim, sobre as tendências referentes a efetivação de direitos com vistas a proteção social no contexto da pandemia do COVID-19 nesse continente.

De acordo com Jaccoud (2009), a ideia da instituição de um sistema de proteção social público surge no século XIX com a industrialização e a constatação de que a vulnerabilidade e a insegurança social se ampliaram à medida que se expandiram as relações de trabalho assalariadas. Anterior a esse período, as sociedades garantiram a proteção social de

seus membros por meio de redes de solidariedades tradicionais e de base familiar ou comunitária. Com a industrialização e a urbanização das sociedades modernas, ampliou-se o risco social das famílias de trabalhadores, em decorrência da impossibilidade de obter um salário no mercado de trabalho, por questões relacionadas a doença, velhice, desemprego, morte. Frente as situações de risco social, impôs-se ao Estado, a tarefa de atuar na oferta de proteção social, instituindo mecanismos que possibilitassem a garantia de renda quando da impossibilidade de acessá-la pela via do trabalho e garantindo uma oferta de serviços e benefícios associados ao patamar de bem-estar.

Ainda de acordo com Jaccoud (2009), a proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais. A proteção social instituiu não apenas benefícios e serviços públicos, mas um sistema de obrigações jurídicas que deram origem a novos direitos na esfera pública: os direitos sociais. Os direitos sociais se organizaram pela via do seguro social, um sistema de cotizações de caráter obrigatório garantido pelo Estado, que permite o acesso a uma renda nos casos em que o risco de doença, invalidez, velhice e desemprego impeçam o trabalhador de suprir, pela via do trabalho, a sua subsistência (JACCOUD, 2009)

Para Pereira (2013, p. 16), proteção social “é um conceito amplo que, desde meados do século XX, engloba a seguridade social (ou segurança social), o asseguramento ou garantias a seguridade e políticas sociais”. Seguridade social diz respeito a um arcabouço institucional, programado, de segurança contra os riscos da sociedade contemporânea e o asseguramento diz respeito às garantias e regulamentações legais que afirmam a seguridade como um direito.

Segundo Sposati (2009, p. 20), proteção social – o sentido de proteção (*protectione*, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais.

Di Giovanni (1998), ao conceituar sistemas de proteção social, afirma que são formas, mais ou menos institucionalizadas, que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Também inclui as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais culturais, que permitirão a sobrevivência e a integração na vida social bem como as normas e princípios reguladores que com o intuito de proteção fazem parte da vida das coletividades.

É consenso, entre autores, o entendimento de que proteção social se refere ao arcabouço institucional de segurança contra os riscos da sociedade contemporânea. Entende-se como uma forma de asseguração às garantias e regulamentações legais que afirmam a seguridade como um direito, constituindo-se em um pilar de justiça e inclusão social (ESPING-ANDERSEN, 1991; FLEURY, 1994; KERTENETZKY, 2012).

O sistema de proteção social, construído nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, atribuiu ao Estado uma função interventiva e regulatória na área do bem-estar social. É importante destacar que diferenças culturais, históricas, políticas e econômicas imprimem distintos padrões aos mecanismos de atenção social em cada país bem como existem distintas formas de articulação dos mecanismos de proteção social, em especial com destaque ao Estado, Mercado e a Família.

Os estudos históricos sobre as origens e desenvolvimento dos sistemas de proteção social em diferentes países tiveram como objetivo demonstrar que a emergência da pobreza como uma questão social nos marcos de um processo de transformação econômica e social de constituição do Estado-nação, industrialização e urbanização, é capaz de justificar o fenômeno geral de constituição dos sistemas públicos de proteção social, mas não é capaz de identificar as diferenciações existentes no seu interior (FLEURY, 1994, p.100).

Na garantia da proteção social, existem diferentes modelos de estado. Aqui, especificamente, destaca-se o estado de bem-estar social, o Welfare State. Os esforços de teorização e abstração de elementos comuns ou diferenciadores dos modelos de Welfare State levou ao desenvolvimento de alguns esquemas classificatórios (modelos, tipos) através dos quais se organizou a diversidade de experiências, tornando-as passíveis de comparação. Neste sentido, foram desenvolvidas tipologias, entendidas como clássicas. Salienta-se que as tipologias foram construídas a partir de estudos e modelos de padrão europeus (SPING-ANDERSEN, 1991; FLEURY, 1994; KERTENETZKY, 2012).

A tipologia mais conhecida é de Titmus (1958, apud FLEURY, 1994), na qual o autor identifica três modelos de política social, a partir da conjugação de critérios tais como mercado versus sistema público e grau de redistribuição dos sistemas de proteção social:

Quadro 01 – Modelos de política social baseado em Titmus (1958, apud FLEURY, 1994)

MODELOS	CARACTERÍSTICAS
Modelo Residual de Política Social	A solução das necessidades sociais se dá a partir das possibilidades de mercado, individual ou em pequenos grupos associativos, sendo a família o grupo fundamental. Neste modelo, a política social tem caráter compensatório, a ação governamental é residual e voltada para aqueles que fracassaram na tentativa de solucionar

	suas demandas no próprio mercado. A política social é de caráter emergencial e transitório, fragmentado e particularista;
Modelo Meritocrático-Particularista de Política Social	Relação entre desempenho do trabalhador no mercado X benefícios que faz jus a receber como forma de suplementar seus ganhos em situações como, por exemplo, que envolvem a perda de sua capacidade laboral. Nestas situações, o sistema de políticas sociais deve atuar como um mecanismo de preservação do status perdido, garantindo um ganho proporcional ao anteriormente existente;
Modelo Institucional Redistributivo de Política Social	este modelo rompe com a perspectiva do mercado (presente nos dois anteriores) e busca a ação institucional, de caráter público, visando a garantia de bens, serviços e renda mínima a todos os cidadãos.

Fonte: organização da autora

Esping-Andersen, inspirado na abordagem de Titmus (1958) reescreve as mesmas tipologias levando em consideração a democratização social do capitalismo:

Quadro 02 – Tipologias baseadas em Esping-Andersen (FLEURY, 1994; KERTENETZKY, 2012; ARRETICHE, 1995).

MODELOS	CARACTERÍSTICAS
Modelo Conservador	Identificado com a política bismarckiana, na qual um Estado intervencionista promove a subordinação individual e a lealdade a suas ações. Com característica paternalista e caráter corporativista como central na definição deste modelo: "Em suma, os regimes de Welfare State "conservador" diferem da variedade social-democrata não tanto por sua vontade de garantir direitos sociais, quanto por sua estrutura corporativa. Isto é, a estrutura na qual direitos e deveres são vinculados ao status ocupacional, não à cidadania" (Esping-Andersen, 1985:232 apud FLEURY, 1994, p. 107);
Modelo Liberal	Modelo voltado à maximização do status mercantil do trabalho assalariado, salienta o residualismo da política social e conecta contribuições prévias com benefícios;
Modelo Social-Democrata	Neste modelo a política social envolve a desmercantilização dos salários e do consumo; a reestratificação da sociedade em princípios solidários; correções redistributivas das iniquidades induzidas pelo mercado; e, acima de tudo, a institucionalização de pleno emprego sustentado (Esping-Andersen 1985:228 apud FLEURY, 1994, p. 107).

Fonte: organização da autora

Diferentemente dos países europeus, na América Latina tivemos uma expansão tardia dos estados de bem-estar social. Lobato (2016) destaca de três períodos distintos. O primeiro relaciona-se à emergência e constituição dos regimes, a especificidade do capitalismo na região e seu modelo de industrialização por substituição de importações, resultando em um padrão centrado em modelos corporativos, com característica mais comum a estratificação de clientelas e benefícios e amplas camadas da população excluídas (FILGUEIRA, 2011, apud LOBATO, 2016).

O segundo período é caracterizado por reformas neoliberais, ‘onde os sistemas sofreram mudanças significativas em diversos países durante as décadas de 1980 e 1990, tendendo ou à quebra dos regimes, mas com alternativas diversas como a ampliação da universalização, caso do Brasil, ou à mercantilização mais radical, caso do Colômbia (LOBATO, 2016, p. 88).

O terceiro é identificado com a introdução de modelos econômicos chamados neo desenvolvimentistas, com foco na intervenção estatal e ampliação de políticas sociais. Uma tendência à introdução do tema da pobreza na agenda pública dos governos, com a criação ou ampliação de programas de transferência de renda e ampliação da cobertura para sistemas de educação, saúde e previdência social. Como resultado, a redução significativa da desigualdade, se considerado o padrão histórico da região, além de um crescimento econômico não registrado em outras regiões (DRAIBE; RIESCO, 2011; LOBATO, 2016).

Bueno e Preuss (2020; 2021), no que se refere as classificações dos sistemas de proteção social da América Latina, destacam que há uma diversidade de análises na literatura como, “o caráter histórico-

temporal dos sistemas de seguridade social (Mesa-Lago), o gasto social (CEPAL), índices compostos (Filgueira), análises estatísticas (Franzoni), análises de capacidades (Cecchini) e grau de proteção via Estado (Cantu).

Ainda de acordo com as autoras, pode-se destacar três principais características da proteção social em nosso continente: a centralidade no sistema contributivo; políticas não contributivas, focalizadas e seletividade nos grupos considerados mais pobres, com destaque aos programas de transferência condicionada de renda; e alto grau de privatização da proteção social devido à transferência das responsabilidades de bem-estar social para a família, o mercado e a comunidade.

As análises sobre os sistemas de proteção social latino-americana apontam para uma visão eurocêntrica sobre a proteção social latino-americana, pautada no homem branco, assalariado e na responsabilização de família e comunidade, sem considerar a informalidade e precarização do trabalho; o baixo investimento estatal em políticas sociais; a heterogeneidade da região; e, também, a forte presença da família e da comunidade na provisão de bem-estar (KERSTENETZKY, 2012).

A região possui uma história marcada pelo colonialismo e a dependência dos países centrais, além de desigualdades estruturais de classe, etnia e gênero. Agrega um conjunto heterogêneo de realidades. Neste sentido, os estudos sobre a proteção social que partem da comparação com os modelos de estado de bem-estar Europeu têm limites frente às particularidades históricas, econômicas, sociais, política e culturais da região. (BUENO; PREUSS 2021).

De acordo com Kertenetzky (2012, p.154), a América Latina caracteriza-se por ser uma das regiões mais desiguais do planeta. “Dois

fatores se combinam para compor esse quadro: a elevada desigualdade na distribuição de renda e o efeito compensatório exercido pela redistribuição fiscal sobre a desigualdade econômica é pequeno em comparação com os países desenvolvidos”. Corroborando para esta afirmação, “La región de América Latina y el Caribe es la más desigual del mundo y también la más urbanizada entre las regiones en desarrollo; contexto de bajo crecimiento y elevados niveles de informalidad laboral” (CEPAL, 2020).

Este cenário, de desigualdade social e econômica, foi agravado no contexto pandêmico, revelando as fragilidades e lacunas dos sistemas de proteção social em especial o direito à saúde. O contexto pandêmico trouxe o debate acerca da determinação econômica, incluindo a qualidade de vida, expressa em ambientes saudáveis com a fruição do direito à saúde, a garantia de uma renda básica e a retomada e relevância da ação pública (NOGUEIRA; CUNHA, 2020).

Revelou e acentuou ainda mais questões de gênero, especialmente relacionadas aos cuidados, violência, a separação entre o público e privado, a divisão sexual de trabalho, étnicas e raciais.

La pandemia tiene un impacto discriminado en diversos grupos de población y su capacidad de respuesta. La imposibilidad de trabajar desde el domicilio, las condiciones de hacinamiento y la falta de acceso a agua y saneamiento aumentan el riesgo de infección de la población en situación de pobreza y vulnerabilidad. Asimismo, su riesgo de muerte es mayor por la mayor incidencia de condiciones preexistentes de salud como enfermedades pulmonares, cardiovasculares y diabetes y por carecer de acceso adecuado a la atención médica (CEPAL, 2020).

Desigualdades no acesso à água, saneamento, sistemas de saúde e acesso à habitação, bem como a desigualdade nas próprias condições

saúde, pode-se traduzir em maiores taxas de infecção e mortalidade de COVID-19 entre populações rurais, populações urbanas marginais, povos indígenas e Afrodescendentes (CEPAL, 2020).

De acordo com a CEPAL (2020), os diferentes impactos socioeconômicos refletem a matriz da desigualdade social na região, cujos eixos estruturantes referem-se aos distintos extratos socioeconômicos das classes sociais, de gênero, ciclos de vida, questões étnicas-raciais e do território. A estes fatores, somam-se outros, como: condição de deficiências, migração, habitação. Estas desigualdades se acumulam, se potencializam e interagem entre si, causando múltiplas exclusões (discriminações) e, neste sentido, diferenças no exercício dos direitos sociais.

O trabalho desprotegido expôs ainda mais trabalhadores (as) ao contágio do COVID-19, pois o sustento está diretamente relacionado à venda da força de trabalho no mercado. Moradias precárias, sem serviços básicos de saneamento, além de 30% da população da região não ter acesso a saúde devido à questão econômica (conforme a Organização Pan-Americana de Saúde), têm contribuído para o avanço da pandemia na região (BUENO; PREUSS, 2020).

Os grupos de riscos na pandemia constituem-se em sujeitos com doenças crônicas, população em situação de rua, carcerária, pessoas que vivem com HIV, imunossuprimidos, povos originários e afrodescendentes. Para além destas populações, a desigualdade no acesso à água, saneamento, sistemas de saúde e acesso à habitação, bem como a desigualdade nas próprias condições saúde, traduziram-se em maiores taxas de infecção e mortalidade de COVID-19.

Além destas questões aqui destacadas, no Brasil, contribuíram como entraves para o enfrentamento da pandemia, a crise sanitária (com riscos de colapso do sistema de saúde) e social, e

consequentemente aprofundando as desigualdades no acesso à saúde e a omissão por parte do governo federal de seu papel de coordenação. Para além da omissão, Fake News, falta de testagem em massa, defesa do tratamento precoce (kit COVID), dificuldade em notificação, negacionismo, não adesão ao isolamento (questões de sobrevivência) contribuíram para a disseminação do vírus em escala alarmante.

Dentre as lições que podemos ter no contexto pandêmico, destacam-se os limites do neoliberalismo, pois a crise de saúde pública é também uma crise do modelo neoliberal e a importância do fortalecimento do Sistema Único de Saúde, na defesa de seus princípios - a universalidade, a integralidade e a equidade.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta T. S. (1995) Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. In: Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB). Rio de Janeiro, n° 39, 10. semestre. pp. 3-40.
- BUENO, N. C.; PREUSS, L. T. P. Estado e proteção social no Cone Sul da América Latina: um panorama do século XXI. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 56, N. 2, p. 155-163, mai/ago 2020. <https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.2.04>
- BUENO, N. C.; PREUSS, L. T. P. O giro decolonial e suas contribuições para a análise da proteção social na América Latina. SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. , v.24, p.232 - 251, 2021.
- CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Panorama Social da América Latina, ano 2019. Resumo executivo. Chile: Santiago, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf.
- DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? Dossiê Sociologias, Porto Alegre, a. 13, n. 27, p. 220-254, maio/ago. 2011

- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991.
- FLEURY, S. Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252 p. ISBN 85-85676-06-X. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>
- GIOVANNI, G. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (org.). *Reforma do Estado: políticas de emprego no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998. p. 9-29.
- JACCOUD, Luciana Pobres. Pobreza e Cidadania: os desafios recentes da proteção social. Texto para discussão, Ipea, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1372.pdf
- KERTENETZKY, Célia Lessa. *O Estado de bem-Estar na Idade da Razão*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. *Saúde em Debate* [online]. 2016, v. 40, n. spe [Acessado 29 Abril 2022], pp. 87-97. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042016S08>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042016S08>.
- NOGUEIRA, V. M. R., & Cunha, F. R. (2020). A pandemia da Covid-19 em regiões transfronteiriças: primeiras aproximações. *Revista MERCOSUR de políticas sociales*, 4, 14-28. <https://doi.org/10.28917/ism.2020-v4-14>
- PEREIRA, C. P. *Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes*. 2013. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- SPOSATI, Aldaiza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. - Brasília, UNESCO, 2009.424 p. Disponível em: www.mds.gov.br

3

DERECHOS Y PROTECCIÓN SOCIAL EN ARGENTINA DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19: UNA PERSPECTIVA DESDE LA CRISIS POLITICA

Stephanie Simpson

Florencia Nieva

Guadalupe Alcaraz Serrat

Johana Godoy Díaz

Alejandro Safarov

INTRODUCCIÓN

Entender el tiempo actual de coyuntura requiere de una lectura desde la complejidad y la incertidumbre. Es por esto que se hace necesario en primer lugar explicitar lo que podemos entender como una crisis política, para desde este punto ir ahondando específicamente en la crisis política desencadenada por la pandemia del COVID-19, centrándonos en el impacto de esta situación en Argentina.

Se entiende la crisis política como un proceso de naturaleza conflictiva caracterizado por su carácter súbito y dinámico, por su condición coyuntural, que determina su resolución a corto plazo, por propiciar el enfrentamiento abierto entre actores políticos y por su alto grado de complejidad. Por lo tanto, se trata de un evento que se encuentra conectado a la noción de atipicidad, en tanto que rompe con lo dado por supuesto (Schütz y Luckmann, 1973). En este sentido empezaremos por hacer una contextualización documentada sobre los efectos de la pandemia, teniendo en cuenta los actores políticos que toman

protagonismo y entran en tensión a lo largo de esta crisis, así como las respuestas de la estructura estatal ante dicha crisis.

A modo de introducción citaremos algunos de los factores contextuales de mayor relevancia en el panorama político, en el cual se han reconfigurado las relaciones de fuerza entre los diversos actores sociales. La pandemia COVID-19 ha generado una agudización de la situación de vulnerabilidad social y económica en el país, un incremento en el porcentaje de la población en condiciones de pobreza multidimensional, altos índices de desempleo, incremento de la inseguridad alimentaria, violencia de género y una sobreexigencia del sistema de salud y sanitario, entre otros. Ante este panorama, la respuesta estatal es pieza fundamental para la definición del rumbo que toma el contexto social y la tendencia de las reacciones de los diferentes actores. El gobierno, que encabeza a nivel ejecutivo el presidente Alberto Fernández, ha tomado medidas económicas como la implementación de diferentes formas de transferencia monetaria a las poblaciones con mayor impacto ante la crisis como el Ingreso Familiar de Emergencia (IFE), el Programa de Asistencia al Trabajo y la Producción (ATP), la generación de diferentes protocolos sanitarios y la formulación de medidas como respuesta a problemáticas sociales como la violencia de género. Como corolario, en febrero del 2021 comenzaron a aplicarse las vacunas a los trabajadores de salud y la población de riesgo y luego continuaron con el resto de la población. Todas estas medidas se dieron a partir de disputas entre distintos sectores y tuvieron repercusiones y consecuencias sociales, políticas y económicas de mayor o menor envergadura.

Ante este panorama se identifican nuevos actores con alta presencia en la agenda política desde el movimiento de mujeres y el colectivo LGTBIQ+, las organizaciones sociales que nuclea a la economía

popular, las juventudes y el desdibujamiento de actores clásicos, así como una recomposición de las dinámicas de trabajo cada vez más ligadas a la informalidad. También se avizora en este contexto un gran avance de actores con discursos de derechas neoliberales avalados por una buena parte de los medios masivos de comunicación, señalando todas las medidas tomadas a partir del Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO), como un atropello a la propiedad privada y la libertad individual (Dollecha, 2021; Ospina Valencia, 2021).

En este documento buscamos resaltar el papel esencial del sistema de seguridad social como parte intrínseca y fundamental de las transformaciones del propio Estado, a través de las profundas modificaciones de la relación Estado/sociedad, en dirección a la constitución de un Estado ampliado, pero que sin embargo en la actualidad no logra responder a las lógicas de organización social que día a día deja por fuera del sistema productivo formal un mayor porcentaje de población según lo planteado por Sonia Fleury (2021).

EVENTOS Y CRISIS POLÍTICA EN ARGENTINA: COMIENZOS DE LA CRISIS

Para comprender y describir los eventos que se suscitaron a partir de la irrupción de la pandemia COVID-19 en la Argentina, se hace necesario tener en cuenta tanto el contexto de origen local, como el avance y consecuencias a nivel mundial.

El COVID-19 es una infección viral altamente contagiosa causada por el virus SARS-CoV-2, que produjo un brote en la ciudad de Wuhan en diciembre de 2019 y que en poco tiempo se propagó a casi la totalidad del globo afectando a gran parte de la población (Bernasconi et. al, 2020; Torres y López, 2020).

En Argentina, en el mes de enero, el Ministerio de Salud de la Nación, comandado en ese entonces por Ginés Gonzáles García hizo referencia al virus publicando recomendaciones para quienes visiten o lleguen de China y desestimando el riesgo y la llegada a la Argentina del COVID-19, casi al mismo tiempo que la Organización Mundial de la Salud (OMS) declaró la emergencia mundial a raíz del brote.

En el mes de febrero comenzaron a aplicarse en los aeropuertos los protocolos de control para quienes hayan visitado Europa y China y finalmente, el 3 de marzo se identificó el primer caso de infección por COVID-19 en el país, una persona proveniente de Italia, uno de los países más afectados de Europa hasta ese momento. El gobierno tomó medidas de emergencia como la obligatoriedad de la cuarentena para quienes llegaban de otros países, el cierre de fronteras en todo el país, la suspensión de clases, tanto para el nivel escolar como el nivel superior, la licencia laboral para mayores de 60 años y la cancelación de eventos no esenciales (Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2020). El 19 de marzo, Alberto Fernández decretó el ASPO¹ hasta (según lo que se planificaba por entonces) el 31 de marzo del 2020, prohibiendo la circulación de personas que no tengan actividades consideradas esenciales. Al unísono se cerraron por completo las fronteras aéreas, portuarias y terrestres.

En este marco, la crisis económica ya existente en el país se volvió aún peor para quienes contaban con un trabajo que depende del espacio público o de la concurrencia de personas: las actividades desde la venta

1 Mediante el Decreto N° 297/20, se dispuso el “aislamiento social, preventivo y obligatorio”, durante el 20 y el 31 de marzo del corriente año para los y las habitantes del país y para las personas que se encontraran transitoriamente en él. Este plazo, fue sucesivamente prorrogado a través de los Decretos Nros. 325/20, 355/20, 408/20, 459/20 y 493/20 y, con ciertas modificaciones según el territorio, por los Decretos Nros. 520/20, 576/20 y 605/20 hasta el 2 de agosto del corriente año, inclusive.

ambulante hasta los eventos culturales entraron en una profunda crisis. A la vez, según Azzati, et al. (2020), otras actividades como las industrias farmacéuticas, alimentarias (comedores, hospitales), y textil (para la elaboración de barbijos, guantes, alcohol, jabón, entre otros), dan un salto en su crecimiento. Valdés et al. (2020) señalaron que aunque lxs trabajadores de salud, de las líneas de violencia de género, y de las demás actividades esenciales fueron consideradxs héroes por parte de la población, algunas personas discriminaron a lxs trabajadores esenciales por "contagiar" ya que trabajan en ámbitos de alto riesgo de contagio ; evidentemente la discriminación contra lxs trabajadores de salud dió por sentado su sacrificio, especialmente tomando en cuenta que muchxs incluso perdieron su propia vida por contagiarse atendiendo a los demás. Por otro lado, lxs trabajadores de salud denunciaron los horarios extendidos y hubo reclamos salariales, retraso en pagos, afectación de personal a otros sitios, teletrabajo sin capacitación y con horarios a veces constantes o sin horas determinadas y sin aumentos de sueldo, bajo la presunción del "heroísmo" del trabajador de salud (Valdés et al., 2020).

Hubo acontecimientos no previstos que pusieron en riesgo a una población ya vulnerable, como el aglomeramiento de jubilados en los bancos para cobrar sus sueldos o pensiones². Esto, sumado a la crisis laboral de lxs trabajadores de salud y la fuerte crisis económica para quienes no podían seguir trabajar, como por ejemplo lxs trabajadores de servicios no esenciales, decantó en protestas como los cacerolazos en balcones de la Ciudad de Buenos Aires, impulsados también por un

2 González Enric. 3 de abril de 2020. Miles de jubilados se agolpan ante los bancos argentinos y se exponen a un contagio masivo. *El país*. Recuperado de: <https://elpais.com/sociedad/2020-04-03/miles-de-jubilados-se-agolpan-ante-los-bancos-argentinos-y-se-exponen-a-un-contagio-masivo.html>

sector de la derecha neoliberal argentina que había sido derrotada en las últimas elecciones.

Otros eventos que generaron crisis interna en el gabinete del presidente pueden relacionarse con la ya tradicional inflación existente en el país y con medidas que, a vista de la oposición y de gran parte de la opinión pública fueron contraproducentes, como la liberación de presos en el marco de la pandemia³.

RECRUDECIAMIENTO DE LA CRISIS

A nivel macroeconómico se ha producido una recesión, con pérdida de puestos de trabajo, aumento de la desocupación, estancamiento de la economía de exportación (Dudda, 2020). A partir de esta situación general comenzaron a salir a la luz profundas desigualdades económicas y sociales a nivel nacional: las organizaciones sociales nucleadas en la Unión de trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular (UTEPE) denunciaron la falta de acceso durante semanas a servicios básicos como el agua y elementos de higiene, el aumento de problemas como el hacinamiento, o la falta de ingresos en sectores populares generada por la prohibición de la venta en la vía pública. Esta situación culminó con la muerte de una de las principales referentes políticas del Barrio Padre Carlos Mugica (también conocido como la “Villa 31”) en Buenos Aires, Ramona Medina⁴, suceso que luego daría lugar a la aprobación de la Ley

3 Tarricone, Manuel. 4 de mayo del 2020. Cuántos presos salieron de las cárceles argentinas por la pandemia y qué pasa en el mundo. *Chequeado*. Recuperado de: <https://chequeado.com/el-explicador/cuantos-presos-salieron-de-las-carceles-en-la-argentina-y-que-pasa-en-el-mundo/>

4 Litvinoff, L. (2021, abril 26). El caso de Ramona Medina, referente de La Poderosa en la Villa 31, que murió de coronavirus. *Página 12*. Recuperado de: <https://www.pagina12.com.ar/266273-el-caso-de-ramona-medina-referente-de-la-poderosa-en-la-vill>

Ramona⁵, que logró conseguir subsidios para trabajadorxs de comedores y merenderos, entre otrxs esenciales de las organizaciones sociales, en su mayoría mujeres. Este beneficio pertenece al programa Potenciar Trabajo, se integra a través del Salario Social Complementario y consiste en un pago extra de cinco mil pesos argentinos.

Durante ese periodo, se discutió fuertemente el impuesto a las grandes fortunas, que luego de una puja con los sectores más enriquecidos del país, se aprobó. Esto permitió sostener y garantizar una serie de medidas de protección económica que incluía el IFE, la ATP, AlimentAR, PotenciAR, bonos para jubiladxs y pensionadxs, medicamentos esenciales PAMI⁶, refuerzo y prórroga de prestaciones por desempleo, pagos extra para AUH/AUE, refuerzos para comedores y merenderos, y políticas para el acceso a la educación escolar remoto. El ingreso Familiar de Emergencia (IFE) estableció una prestación monetaria no contributiva de carácter excepcional dirigida a personas que se encuentran desocupadas, trabajadores informales y a las trabajadoras y trabajadores de casas particulares, registradas o no. El programa de Asistencia al Trabajo y la Producción (ATP) se ha establecido en el mes de junio el pago de un salario complementario para trabajadores y trabajadoras en relación de dependencia del sector privado equivalente al 50% del salario neto del trabajador (que no puede ser menor a un salario mínimo, vital y móvil ni mayor a dos salarios mínimos). Hubo medidas cuyos criterios de focalización incluyen de manera explícita a las mujeres que perciben las asignaciones universales por hijo o por embarazo.

5 Piscetta, J. (2020, diciembre 17). "Ley Ramona": El Gobierno le pagará \$5000 durante un año a los esenciales de las organizaciones sociales. Infobae. Recuperado de: <https://www.infobae.com/politica/2020/12/17/ley-ramona-el-gobierno-pagara-un-bono-de-5000-a-los-esenciales-de-las-organizaciones-sociales/>

6 Programa de Atención Médica Integral

Además de aumentar el monto de la transferencia y de la Tarjeta AlimentAR, se estipula que las empresas prestadoras de los servicios de energía, agua, telefonía e internet no podrán disponer de la suspensión o el corte de los respectivos servicios en caso de mora o falta de pago desde marzo hasta diciembre de 2020 (Cetrángolo y Curcio, 2020).

	Niños/as y adolescentes 0-17 años	Personas adultas 18-64 años	Personas mayores >65 años
Desafío	Nueva organización y necesidades de cuidado	Reducción de ingresos laborales	Nueva organización y necesidades de cuidado
	Educación escolar a distancia	Cargas adicionales por cuidado y educación	
	Carencias alimentarias		
	Déficit habitacional, aislamiento social y prevención sanitaria		
Políticas post-COVID-19	Pago extra AUH/AUE	Ingreso Familiar de Emergencia	Bono jubilados/as y pensionados/as
	Pago extra Tarjeta Alimentar	Pago extra Potenciar Trabajo	
	Políticas para el acceso a la educación escolar remota	Asistencia de Emergencia al Trabajo y la Producción	Medicamentos esenciales (PAMI)
		Refuerzo y prórroga a prestaciones por desempleo	
	Refuerzo a comedores y merenderos		
	Políticas de infraestructura y de prevención sanitaria en barrios populares		

Cuadro 1 detalla los problemas de la crisis política social y las respuestas del Estado en forma de políticas públicas⁷.

Casi en el mismo periodo, colapsaron hospitales a lo largo y ancho del país. Comenzaron a escasear los insumos médicos no sólo para el tratamiento del COVID-19 sino también para el tratamiento de otras enfermedades, causando en los meses de septiembre y octubre los picos más altos de muertes a nivel nacional.

Las consecuencias sociales del ASPO aislamiento también se notaron: la incertidumbre y el estrés que provocaron la pandemia y el aislamiento parecen haber exacerbado el abuso y además obligaron que

⁷ Políticas de emergencia ante la crisis de COVID-19. Fuente: CIPPEC, 2020

las parejas e hijxs compartan el espacio doméstico continuamente durante meses, reduciendo o eliminando las oportunidades de escapar una situación violenta, amenazante o abusiva. La violencia de género de modalidad doméstica y la violencia hacia los niños aumentaron considerablemente, dificultando a quienes atraviesan esas situaciones el contactarse con las instituciones responsables de su prevención y sanción. Azzati, et al (2020) confirmaron que las líneas de emergencia de violencia género estaban entre las actividades esenciales más exigidas. Según Perez-Vincent et al. (2020), las llamadas a la línea directa 137 de víctimas en Capital Federal aumentaron en un 32%. Asimismo, aumentaron en un 76% las llamadas denunciando la violencia psicológica. Hay que considerar también que mucha violencia de género, especialmente la de modalidad doméstica no se denuncia a la policía, entonces estos casos son excluidos de los datos oficiales, invisibilizando la frecuencia real (Perez-Vincent et al., 2020). Si bien en el año 2019, con la asunción de Alberto Fernández en la presidencia se creó el Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidad de la Nación, que decantó en un avance en materia de adquisición de derechos, gran parte del movimiento de mujeres denunció la falta de actuación ante estos hechos y el aumento exponencial de la tasa de femicidios en el país, especialmente después del comienzo de la pandemia de Covid-19 (Puhl y Oteyza, 2020).

A todo ello también se suma el incremento del control policial y otros mecanismos de control social que detonó en múltiples situaciones de violencia institucional que se daban en nombre del bienestar de la población. Según un artículo por José Miguel Vivanco (2020), publicado en el diario *Washington Post*, en Argentina de marzo a agosto de 2020 hubo decenas de denuncias de violencia policial, algunas reportadas en los medios de comunicación: las fuerzas de seguridad nacional y

provincial, encargadas de controlar el incumplimiento del ASPO, violaron los derechos humanos violentando hasta la muerte de 25 personas. Además, hubo más de 531 denuncias de abuso policial, solo en los primeros cinco meses del ASPO; para comparar, hubo solo 71 denuncias de abuso entre diciembre de 2019 y marzo de 2020. La violencia institucional afectó desproporcionadamente a los barrios marginalizados, pero también a las personas LGBTQ+, que fueron golpeadxs y disparadxs con el pretexto de exigir el cumplimiento del ASPO; incluso hay una denuncia contra unos policías que presuntamente agredieron sexualmente y golpearon a una mujer transgénero en la provincia de Jujuy, supuestamente por violar la cuarentena, y la mujer fue víctima de crueles insultos, amenazas y discriminación por su identidad de género. (Vivanco, 2020).

PROGRAMAS Y POLÍTICAS DE DERECHOS Y PROTECCIÓN SOCIAL

A partir de la pandemia y los protocolos globales de prevención sanitaria, empezó un movimiento social, generalmente de la población afiliada con la política extrema derecha, llamado “antimascarilla” o “antitibarbijo”, sobre todo en Estados Unidos y en gran parte de Europa, que se difundieron en Argentina, teniendo un gran impacto en la transmisión y mutación del virus; además, crecieron los movimientos ya existentes “antivacunas” o anti-obligatoriedad de aplicación de vacunas (Dollecha, 2021; Ospina Valencia, 2021). Según Ullah et al. (2021) las vacunas y el uso de la mascarilla entraron en el espacio de los derechos y protecciones sociales justamente porque estas medidas evitaron la transmisión del virus y las consecuencias de la mutación y falta de inmunidad de grupo: el debate se centra en el atropello de libertad

individual, es decir la voluntad propia de no llevar mascarilla en público, versus el derecho de protegerse del virus a través del uso obligatorio universal de la mascarilla. El debate de las vacunas es parecido: por un lado se discute el derecho de la inmunidad de rebaño y la protección más amplia que permite la vacunación obligatoria, por otro lado el derecho individual de controlar la aplicación de vacunas en el cuerpo de unx (Ullah et al., 2021).

En 2020, el gobierno declaró varios planes para garantizar los derechos humanos: prometió otorgar información diaria sobre las zonas infectadas y cómo manejar la situación epidemiológica, incluso cómo reducir la transmisión, garantizar la anonimidad de personas contagiadas, y resguardar el secreto profesional. Además, proveyó un programa de asistencia para argentinos en el exterior que se encontraban en situación vulnerable, permitió y asistió en el traslado interno de personas, y dio permiso para el regreso a casa, que incluía la repatriación para aquellos que se encontraban fuera del país (Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2020). Sin embargo, hubo varias denuncias de incumplimiento de estos programas cuyo propósito era garantizar los derechos humanos: muchas personas quedaron varadas tanto en el exterior como en otras provincias y no pudieron regresar a sus hogares⁸.

En un informe publicado por el Ministerio de Justicia y Derechos Humanos (2020), se anunció que el presupuesto de salud y protección había aumentado en 1.706 millones de pesos para garantizar el acceso a la salud, para la adquisición de equipamientos e insumos para

8 Amnistía Internacional. (2020, octubre 27). Personas varadas en el país: La cuarentena no puede vulnerar los derechos humanos. Amnistía Internacional Argentina | Defendemos los derechos humanos. <https://amnistia.org.ar/personas-varadas-en-el-pais-la-cuarentena-no-puede-vulnerar-los-derechos-humanos/>

hospitales, laboratorios, comedores comunitarios y merenderos. Asimismo, se creó el Programa para la Emergencia Financiera Provincial para aumentar en 120 millones de pesos la asignación de recursos para que las provincias manejaran la crisis económica y sanitaria (Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2020).

REAPERTURA DE ACTIVIDADES, APLICACIÓN Y CONFLICTO POR LAS VACUNAS.

Casi llegando a fin del año 2020, comenzó la paulatina reapertura de actividades no esenciales y la flexibilización del horario de circulación en la vía pública en las distintas provincias, dependiendo de la situación epidemiológica en la que se encontraba cada una. El 24 de diciembre se anunció la llegada de la primera tanda de 300.000 vacunas Sputnik V provenientes de Rusia, gestionadas por el entonces jefe de gabinete Santiago Cafiero y el ex Ministro de Salud, Ginés González García. A partir de comienzos de 2021, no sin traspiés, conflictos y disputas, se dio lugar al cronograma de vacunación a las personas mayores de sesenta y cinco años con comorbilidades y luego, paulatinamente al resto de la población.

Los conflictos que giran alrededor de las vacunas contra el COVID-19, tienen que ver con un contexto geopolítico de apropiación y privatización de la biotecnología, además de la apertura y cierre de diálogo de corte populista, progresista o de derecha, con mayor o menor poder político-económico y en base a esto si son del centro o periféricos (Blinder, et. al, 2020). En el caso argentino, el conflicto más importante se dio a nivel de la adquisición de vacunas Pfizer por las exigencias de la empresa y del Reino Unido para adquirirlas que el ex ministro de Salud calificó como inaceptables. De esta manera la Argentina adquirió

vacunas de estados más afines a su política económica y con los que tenían mayor diálogo como Rusia (Sputnik V) y China (Sinopharm), francos opositores a Estados Unidos y el Reino Unido. Luego, el Estado argentino entró en negociación con el Reino Unido y los Estados Unidos para adquirir las vacunas de AstraZeneca y Pfizer, respectivamente; Argentina empezó a recibir y distribuir estas vacunas a partir de septiembre de 2021⁹. La adquisición de la vacuna Pfizer fue especialmente importante ya que hasta el momento era la única vacuna apta para menores a 18 años; sin embargo, hasta la fecha de la última edición de este trabajo, solo está aprobada para mayores de 12 años. La adquisición de la vacuna Pfizer fue clave para garantizar los derechos de la vacunación para menores de 18 años.

El conflicto por las vacunas fue tomado por los medios cercanos a los sectores de derecha para desacreditar todo el sistema programado para la inmunización de la población, cuestionando la efectividad, el letargo en las aplicaciones, los vencimientos, entre otras cuestiones que calaron hondo en la ciudadanía. Uno de los más trascendentes fue el “vacunatorio VIP”¹⁰, un escándalo que implicó la salida de Ginés González García, hombre de confianza de la vicepresidenta Cristina Fernández de Kirchner.

El corolario de esta inconformidad social fue el fracaso rotundo del oficialismo en las últimas elecciones Primarias, Abiertas, Simultáneas y Obligatorias, que dio lugar a una renuncia masiva de ministros del

9 Argentina recibió 822.100 dosis de AstraZeneca y se acerca a las 70 millones de vacunas. (2021, septiembre 30). Argentina.gob.ar. Recuperado de: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/argentina-recibio-822100-dosis-de-astrazeneca-y-se-acerca-las-70-millones-de-vacunas>

10 Blanco, Patricia. 31 de agosto de 2021. Vacunatorio VIP: tras el fallo de la Cámara Federal, la jueza reactivó la causa, ordenó diligencias y delegó la investigación en la Fiscalía *Infobae*. Recuperado de: <https://www.infobae.com/politica/2021/08/31/vacunatorio-vip-tras-el-fallo-de-la-camara-federal-la-jueza-reactivo-la-causa-ordeno-diligencias-y-delego-la-investigacion-en-la-fiscalia/>

gabinete de Alberto Fernández y una tensión sin parangón hacia adentro del gobierno, que será analizada en el próximo apartado.

ACTORES Y CRISIS POLÍTICA EN LA ARGENTINA

Durante la presidencia de Macri, hubo una pérdida de poder de las instituciones estatales, por reglamentos neoliberales. El Estado argentino no presentaba soluciones a las relaciones económicas, sino que proponía alivios a los problemas creados por los propios actores económicos. A partir de 2016, la crisis económica empeoró debido a políticas neoliberales. Hubo inflación extrema. Según Fair (2021) para Macri y otros candidatos de partidos neoliberales y conservadores, los candidatos y políticos de partidos de la izquierda eran “inmorales” y “corruptos”. En los tiempos de crisis económica, los partidos y candidatos neoliberales han buscado rechazar e ir en la dirección opuesta de las políticas “tradicionales” para hacer un cambio fuerte, pero una vez que estaba conduciendo el PRO¹¹, no respetaba la democracia, la búsqueda de la igualdad, y la lucha de los más vulnerables (Fair, 2021).

Cuando empezó la pandemia en marzo de 2020, el presidente Alberto Fernández había asumido su puesto hacía tres meses. Para combatir la crisis económica y social que exacerbaba la pandemia y el ASPO, el gobierno tomó ciertas medidas tales como la emisión monetaria y la impresión de dinero, acelerando la inflación. El gobierno también implementó la prohibición de despidos, un aumento de aranceles al campo, negociación de la deuda, impuestos a las personas más ricas del país, impuestos en las tarjetas al usarlas en el extranjero y para comprar dólares, entre otras medidas (Smink, 2021).

11 Propuesta Republicana, partido político argentino fundado por Mauricio Macri en 2005.

Tal como se planteó en el apartado anterior, en las elecciones PASO 2021¹² la población argentina no votó en favor al gobierno de Fernández¹³, quizá debido a los tres años y medio de inflación extrema, el índice de la pobreza llegó al 42%, el desempleo al 10%, y la deuda nacional al Fondo Monetario Internacional era de 44.000 millones de dólares estadounidenses (Benotman, 2021). La pandemia y ASPO condujeron a restricciones de movimiento que empeoró las condiciones de las personas más económicamente vulnerables: se dificulta o imposibilita la oportunidad de salir a trabajar, algo que más afectó a las personas que trabajan de manera informal y precaria. Por otro lado, afectó mucho menos a las poblaciones con posibilidad de trabajar de forma remoto (Benotman, 2021). El ASPO siguió vigente en el área metropolitana de Buenos Aires hasta el 6 de noviembre, casi ocho meses de pausa para las actividades laborales presenciales y no esenciales (Vivanco, 2021).

Alberto Fernández, según Montero y Cané Pastorutti, tiene un *et-hos* discursivo en los primeros meses de la pandemia (y de su presidencia), caracterizada por una imagen consensual, una docente, y una paternal. Lxs investigadores concluyen que hubo poca polémica al principio de la pandemia, relacionado con el presidente, ya que la población argentina apoyó mucho a sus esfuerzos de gestión de la crisis de salud. El sentido consensual del discurso de Alberto Fernández se despliega con sus campañas de Argentina Unida y su manera de dirigir la palabra al pueblo argentino, refiriéndose a la sociedad entera y colectiva, para que se una contra el “enemigo invisible” del virus; además les

12 Las elecciones primarias o PASO ocurrieron el 30 de septiembre de 2021.

13 Fafasuli Franco. 21 de septiembre de 2021. La caída en las PASO y la crisis del gabinete golpearon con fuerza los números del Frente de Todos. *La Nación*. Recuperado de: <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-caida-en-las-paso-y-la-crisis-del-gabinete-golpearon-con-fuerza-los-numeros-del-frente-de-todos-nid21092021/>

hizo caso a los/as expertos/as pero también a quienes lo criticaron. El presidente es profesor de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires y su manera de explicar y enseñar al público argentino tiene un fuerte carácter docente, ya que desarrolla sus explicaciones de forma sencilla y eficaz para seguir y comprender. Él confirma que su audiencia le entiende antes de seguir y responde a las dudas y preguntas que supone pueden aparecer en el pueblo. La imagen paternal se manifiesta a través de su tono vigilante y las llamadas “albertencias” en las redes sociales, su manera de encargarse de la responsabilidad del cumplimiento de la cuarentena, por los millones de argentino y argentinas (Montero y Cané Pastorutti, 2021).

Además del discurso de los políticos, los militantes también juegan papeles importantes en la crisis política. El país está evidentemente dividido, pero el activismo en el internet y en las redes sociales exagera esta división y además difunde *fake news* y propaganda de ideologías políticas extremas. Según Jen Schradie (2019), las clases sociales y la estructura organizacional ya moldean el activismo político en las redes sociales y en el internet. Los conservadores también son más activos en sus páginas de movimientos políticos y usan el internet para militar con más frecuencia que los de la izquierda. Por ejemplo, afirma que el 82% de las organizaciones políticas de la derecha tiene cuenta de Twitter, pero solo 65% de las de la izquierda la tiene. Por lo tanto, es posible que los activistas de la derecha reciban sus noticias a través del internet, más específicamente de las redes sociales y de fuentes no tan confiables, y puede ser entonces que los conservadores consumen y transmiten más *fake news* que los activistas de la izquierda (Schradie, 2019). Un problema principal de las *fake news*, en tiempos de pandemia en especial, es que las noticias falsas difunden información incorrecta, inventada o

confusa específicamente sobre la transmisión del Covid-19, las maneras de protegerse, y la vacunación: Algunas noticias falsas e incluso racistas sobre la vacuna reclamaban que el virus no existía en absoluto, o que la vacuna alteraba el ADN, inoculaba un chip o VIH, si venía de China “no duraría”, si venía de Rusia te volvería fiel a Vladimir Putin, los efectos secundarios de la vacuna podían ser peores que los que causa el virus, se fabricó demasiado rápido para ser confiable y segura, o incluso que te podía provocar cáncer¹⁴.

RELACIONES DE PODER Y CRISIS POLÍTICA EN LA ARGENTINA

Entre las amenazas desencadenadas por el COVID-19, algunas de las señaladas por la ONU y que tienen impacto directo en la dinámica política del país son: la erosión en la confianza de las instituciones públicas; el aumento de los factores estresantes socioeconómicos, particularmente en sociedades frágiles; y el desencadenamiento o agudización de desafíos en materia de derechos humanos relacionados con el estigma, la discriminación, el discurso del odio, la supremacía blanca, los extremismos y las crecientes manifestaciones autoritarias (CARI, 2021).

Sin duda una de las grandes tensiones que se juegan en el panorama actual es acerca del rumbo que tomará la economía para poder afrontar la crisis generalizada. En este sentido los organismos internacionales como la CEPAL y el Banco Mundial promueven una inclinación más marcada hacia los mercados multinacionales y la apertura, teniendo en cuenta un panorama de tensiones económicas entre Estados

14 Jucá, B. (2020, diciembre 23). “Altera el ADN” o “te inocula un chip”: Los bulos contra la vacuna de la covid-19 calan en Brasil. El País. Recuperado de: <https://elpais.com/sociedad/2020-12-23/altera-el-adn-o-te-inocula-un-chip-los-bulos-contra-la-vacuna-de-la-covid-19-calan-en-brasil.html>

Unidos y China. Sin embargo, existen posiciones que por el contrario plantean una ralentización de la globalización o incluso el inicio de un proceso de desglobalización como resultado de la crisis, señalando por ejemplo la inminente amenaza percibida ante el intercambio, el Estado nacional como ente de respuesta protagónico, la reafirmación de las fronteras y la necesidad de tomar medidas de cuidado y protección, necesitando fortalecer nuevamente parte del aparato estatal (Olivie y García, 2020). Las decisiones asumidas desde el Estado marcarán el rumbo que tome el país y los efectos de los mismos frente a la población a mediano y largo plazo.

Si bien la pandemia ha dejado en evidencia diversas marginaciones sociales, uno de los grupos que ha logrado hacer eco con sus demandas ha sido el movimiento de mujeres que ha tomado presencia tanto desde las organizaciones de base, como desde instituciones internacionales y estatales. Durante el ASPO, las denuncias por violencia de género aumentaron un 39% en Argentina, lo cual hizo evidente la necesidad de hacer seguimiento y tomar medidas y acciones buscando la autonomía de las mujeres y prevenir la violencia contra las mujeres. Entre estas medidas están, la generación o actividad de equipos de trabajo para afrontar situaciones de violencia de género, la adecuación de lugares como refugio o establecimiento para cumplir con el ASPO en un lugar seguro. En la provincia de Jujuy, por ejemplo, se sancionó la Ley Iara de emergencia pública en materia de violencia de género en medio de la pandemia: esta ley le otorgó a las mujeres y personas de la diversidad subsidios para alquiler y servicios esenciales, créditos para el desarrollo

de actividades productivas, módulos alimentarios, y herramientas para la inclusión laboral incluso talleres de oficios y capacitación¹⁵.

CONCLUSIONES

Tras el análisis multidimensional y prospectivo realizado sobre el impacto de la pandemia por el COVID-19 en Argentina y Brasil, sobre los aspectos sociales, económicos y ambientales, concluimos que Argentina ya atravesaba una crisis política compleja. Esta consistía de problemáticas tales como la división política del país debido a la propaganda ideológica y exacerbada por la militancia en los medios de comunicación. La desigualdad y la crisis económica ya existente en el país fueron agravadas a partir de la cuarentena obligatoria y la crisis laboral y de salud. Los datos en este artículo fueron provistos por fuentes oficiales del Estado y de organismos internacionales, entre otras.

La pandemia agravó las situaciones económicas de familias que ya estaban viviendo en la pobreza y ésta última aumentó exponencialmente por el cierre de comercios tales como el de hotelería, restaurantes, la construcción, el trabajo doméstico, etc., (y más todavía si estas familias atravesaban inserciones laborales precarias, con carencias educacionales, habitacionales, y problemas de salud). El Gobierno argentino brindó algún alivio en forma de transferencias monetarias, intentando fortalecer el sistema de protección social, a través de transferencias a familias con menores ingresos, especialmente a aquellas con adolescentes y niños, a titulares de programas sociales, etc. Esta ayuda

15 DECRETO Nº 2973-G/2021.- EXPTE. Nº. 12 de abril de 2021. Publicado el 26 de abril de 2021 en Boletín Oficial Provincia de Jujuy, San Salvador de Jujuy, Jujuy, Argentina. Recuperado de: <http://boletinoficial.jujuy.gob.ar/wp-content/uploads/2016/Boletines/2021/48-2021.pdf>

se instrumentó a través de programas como el llamado IFE o el conocido como ATP.

Según Díaz Langou et al. (2020), el gobierno también invirtió en infraestructura y prevención sanitaria, pasos necesarios ya que “en el primer semestre del año la pobreza alcanzó al 40,9% de la población, según datos de INDEC. Esto significa que entre 2019 y 2020, ingresaron a la pobreza 2,5 millones de personas. Los interrogantes sobre cómo proceder en este contexto son varios, sobre todo en vistas de lograr una recuperación social y económica que priorice la inclusión social y la disminución de la desigualdad”. Por lo tanto, el crecimiento económico es necesario para superar la crisis, pero no es suficiente: “es necesario apuntalar el crecimiento con políticas que atiendan las varias dimensiones que implica la situación social incluyendo déficits de acceso al cuidado, a la educación, a la salud, a un hábitat de calidad y a empleos con buenas condiciones. Reducir la pobreza requiere de una estrategia multisectorial y coordinada que se sostenga en el tiempo”. Los IFE y otras ayudas económicas son un amortiguador a corto plazo. Es necesaria la implementación de políticas sociales para el largo plazo, incluso garantizar los derechos sexuales y reproductivos, mejorar el acceso y la igualdad en los cuidados, especialmente de personas mayores, niños, personas con enfermedades crónicas, y empleos de calidad para mejorar la economía social y popular (Díaz Langou et al., 2020).

Por otro lado, debido a la pandemia una gran parte del trabajo se volvió remoto, la Administración Pública Nacional a casi 70%. En cuanto al pueblo argentino, una gran cantidad de sus trámites se volvieron virtuales, complicando la situación para las personas que no manejan la tecnología y que no tienen acceso al internet. Las tendencias tienen como desafío lograr una recuperación a través del desarrollo sostenible

y la paz social, desde la perspectiva de derechos humanos, brindar apoyo a los más vulnerables, mujeres, población pasiva, niñas y niños, población activa, PYMES¹⁶, población con capacidades especiales, entre otras.

La pandemia agravó las situaciones económicas de familias que ya estaban viviendo en la pobreza y ésta última aumentó exponencialmente por el cierre de comercios tales como el de hotelería, restaurantes, la construcción, y el trabajo doméstico. El crecimiento económico es necesario para superar la crisis, pero no es suficiente. Según Díaz Langou et al. (2020), el gobierno también se enfrentó con “el pequeño margen fiscal y las limitaciones estructurales para potenciar el crecimiento económico sumados a la caída de la actividad global, conformando desafíos que agudizan la emergencia social”, y por lo tanto las medidas de transferencia monetaria no son suficientes en este contexto: es necesario implementar nuevas políticas públicas que atienden a los problemas de acceso al cuidado, a la salud, a la educación, y a empleos de buena calidad.

BIBLIOGRAFIA

AZZATI et al. **Economías populares en pandemia**. Cartografía provisoria en tiempos de aislamiento y crisis global. Recuperado de: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/07/InformeClacso_FINAL-FINAL.pdf Año: 2020

BENASSI, E. Y ZAMPANI, R. **La(s) protección(es) social(es) en Argentina 2020**: Lo que la pandemia alumbró. *Temas y Debates*, (40), 203-212. Recuperado de: <http://www.scielo.org.ar/pdf/tede/n40s1/n40s1a21.pdf> Año: 2020

BENOTMAN, A. **Crisis en Argentina: Alberto Fernández pide unidad**. Recuperado de: <https://www.france24.com/es/am%C3%A9rica-latina/20210917-crisis-argentina-alberto-fernandez-unidad-cristina-cambios> Acceso em: 17 de septiembre de 2021

¹⁶ Pequeñas y medianas empresas.

BERNASCONI, M.; ROMERO, A.; e GOLOVANEVSKY, L. **Mapeo de políticas públicas locales en Jujuy. Universidad Nacional de Santiago del Estero.** Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Instituto de Estudios para el Desarrollo Social; Trabajo y Sociedad; XXII; 36; 11-2020; 203-230

BLANCO, P. **Vacunatorio VIP: tras el fallo de la Cámara Federal, la jueza reactivó la causa, ordenó diligencias y delegó la investigación en la Fiscalía Infobae.** Recuperado de: <https://www.infobae.com/politica/2021/08/31/vacunatorio-vip-tras-el-fallo-de-la-camara-federal-la-jueza-reactivo-la-causa-ordeno-diligencias-y-delego-la-investigacion-en-la-fiscalia/> Acceso em: 31 de agosto de 2021

BLINDER, D.; ZUBELDÍA, L.; SURTAYEVA, S. **Pandemia, negocios y geopolítica: producción de vacunas en Argentina.** Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires; 2021; 15-47CARI Consejo Argentino para las Relaciones. (2020). Estudio del Impacto de la Pandemia de Covid-19 en las relaciones internacionales y la política exterior argentina. Buenos Aires. Recuperado de: <https://www.cari.org.ar/pdf/dt105.pdf>. Acceso em 30 de octubre de 2021

CASEROS RIPOLLÉS, A. **La crisis política como fenómeno comunicativo: la emergencia del ¿caso crítico?. Sphera Pública,** (6),179-192. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29700611> Ano: 2020

CEPAL. **Medidas y acciones impulsadas por los Gobiernos de América Latina y el Caribe frente al COVID-19 en áreas clave para la autonomía de las mujeres y la igualdad de género.** Recuperado de: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/220222_documento_mapeo_medidas_covid-19_rev_dag_002.pdf Ano: 2020

CIPPEC. **Impacto social del COVID-19 en Argentina. Balance del primer semestre del 2020.** Disponible en: <https://www.cippec.org/publicacion/impacto-social-del-covid-19-en-argentina-balance-del-primer-semester-del-2020/> Ano:2020.

DELLACHA, D. **Anticuarentena y antibarbijos: Cómo piensan y por qué rechazan la pandemia.** La Nación. <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/anticuarentena-y-antibarbijos-como-piensan-y-por-que-rechazan-la-pandemia-nid16062021/> Aceso em: 16 / junho / 2021

DÍAZ LANGOU, G., KESSLER, G., DELLA PAOLERA, C., e KARCZMARCZYK, M. **Impacto social del Covid-19 en Argentina: Balance del primer semestre de 2020.** CIPPEC. Disponible em : <https://www.cippec.org/wp-content/uploads/2020/10/197-DT-PS->

Impacto-social-del-COVID-19-en-Argentina.-D%C3%ADaz-Langou-Kessler...-1.pdf
Año : 2021

DUDDA, R. “**La Gran Reclusión y el futuro del capitalismo**”. NUSO, N° 287. Año: 2020

FAIR, H. **Fantasías, mitos y creencias ideológicas en los tiempos de Macri**. InterSedes, 22(45), 220-262. Año: 2020

FAFASULI, F. **La caída en las PASO y la crisis del gabinete golpearon con fuerza los números del Frente de Todos**. La Nación. Recuperado de: <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-caida-en-las-paso-y-la-tesis-del-gabinete-golpearon-con-fuerza-los-numeros-del-frente-de-todos-nid21092021/> Acceso em: 21 de septiembre de 2021

FLEURY, S. **Estado sin ciudadanos : seguridad social en América Latina**. (1). Remedios de Escalada : De la UNLa - Universidad Nacional de Lanús,. ISBN 978-987-4937-83-4. Año: 2021

GONZÁLEZ CHMIELEWSKI, D., e DIÉGUEZ, G. **La Alta Dirección Pública en 2020: Transición gubernamental y desafíos del trabajo remoto**. CIPPEC. <https://www.cippec.org/wp-content/uploads/2021/02/INF-GP-GPS-2020-Dieguez-y-Gonzalez-Chimewleski-febrero-2021.pdf> Año :2021

GONZÁLEZ, E. **Miles de jubilados se agolpan ante los bancos argentinos y se exponen a un contagio masivo**. El país. Recuperado de: <https://elpais.com/sociedad/2020-04-03/miles-de-jubilados-se-agolpan-ante-los-bancos-argentinos-y-se-exponen-a-un-contagio-masivo.html> Acceso em: 03 de abril 2020

Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, Secretaría de Derechos HUMANOS. **Medidas del Estado argentino para la protección de los Derechos Humanos durante la pandemia del Covid-19**: Las respuestas frente a las recomendaciones de los organismos internacionales y regionales de Derechos Humanos. Recuperado de: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/HRBodies/SP/COVID/States/Argentina1.pdf> Año: 2020

MORALES, V. H., & GRILLE, M. **Mentir a diario**: Despidos, estafa mediática y entrega del país en la Argentina neoliberal de Mauricio Macri. Ediciones Colihue SRL. Año: 2016

MONTERO, A. S., & CANÉ PASTORUTTI, M. N. **Cuidar, explicar, gobernar: El discurso de Alberto Fernández durante la pandemia de COVID-19 en Argentina**. En Ciencias sociales y big data: Representaciones políticas, disputas comunicacionales y política

internacional. Universidad Nacional de Rosario. <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/138144> Año: 2020

Müller, JW. **What is populism?** University of Pennsylvania Press. Año: 2016

OLIVIE, LL. & GARCÍA, M. **¿El fin de la globalización? Una reflexión sobre los efectos de la crisis del COVID-19 desde el Índice alcano de Presencia Global.** Real Instituto Alcano. Disponible en http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/ari43-2020-olivie-gracia-fin-de-la-globalizacion-reflexion-efectos-crisis-covid-19-indice-elcano-de-presencia-global Acceso em: 30 de outubro. 2020

ONU MUJER. **Cuidado y mujeres en tiempos de COVID-19.** Experiencia en Argentina. Disponible en: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/46453/S2000784_es.pdf Año: 2020

OSPINA VALENCIA, J. **Antimascarillas: Un mensaje en contravía que (aún) no cala en América Latina.** Deutsche Welle. <https://www.dw.com/es/antimascarillas-mensaje-que-no-cala-en-am%C3%A9rica-latina/a-56176880> Acceso em: 08 de Janeiro. 2021

PEREZ-VINCENT, S., CARRERAS, E., GIBBONS, M. A., MURPHY, T. E., & ROSSI, M. A. **Los confinamientos de la COVID-19 y la violencia doméstica: Evidencia de dos estudios en Argentina | Publications** (p. 46). Banco Interamericano de Desarrollo. Recuperado de: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Los-confinamientos-de-la-COVID-19-y-la-violencia-domestica-Evidencia-de-dos-estudios-en-Argentina.pdf>

PODER JUDICIAL DE JUJUY SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICIA. **LEY N° 6186 LEY "IARA" DECLARACIÓN DE EMERGENCIA PÚBLICA EN MATERIA DE VIOLENCIA DE GÉNERO.** San Salvador de Jujuy. 2020

PUHL, S. M; OTEYZA, G. R. **Violencia de género en tiempos de pandemia.** XII Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología. XXVII Jornadas de Investigación. XVI Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. II Encuentro de Investigación de Terapia Ocupacional. II Encuentro de Musicoterapia. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. 2020

SCHRADIE, J. **The Revolution that Wasn't:** How Digital Activism Favors Conservatives (1.ª ed.). Harvard University Press. 2019

SCHUTZ, A., & LUCKMANN, T. **The structures of the life-world** (Vol. 1). Northwestern University Press. 1973

SMINK, V. **Coronavirus en Argentina: Las 4 medidas con las que el país trata de salir de la profunda crisis económica que atraviesa.** BBC News Mundo. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56597781> Acceso em: 01 de abril. 2021

TARRICONE, M. Cuántos presos salieron de las cárceles argentinas por la pandemia y qué pasa en el mundo. Chequeado. Recuperado de: <https://chequeado.com/el-explicador/cuantos-presos-salieron-de-las-carceles-en-la-argentina-y-que-pasa-en-el-mundo/> Acceso em: 04 de maio. 2021

TORRES-LOPEZ. **¿Cuál es el origen del SARS-CoV 2?** Recuperado de: <https://www.medigraphic.com/pdfs/imss/im-2020/ims201a.pdf> Año: 2020

ULLAH, I., KHAN, K. S., TAHIR, M. J., AHMED, A., & HARAPAN, H. **Myths and conspiracy theories on vaccines and COVID-19:** Potential effect on global vaccine refusals. *Vacunas*, 22(2), 93-97. 2021

VALDÉS, P. R., CÁMERA, L. A., DE LA SERNA, M., ABUABARA-TURBAY, Y., CARBALLO-ZÁRATE, V., HERNÁNDEZ-AYAZO, H., SIERRA-MERLANO, R. M., VIERA-JARABA, A., RODRÍGUEZ-HURTADO, D., & VAUCHER-RIVERO, A. **Ataque al personal de la salud durante la pandemia de Covid-19 en Latinoamérica.** *Acta médica colombiana*, 45(3), 55-69. Año: 2020

VIVANCO, J. M. La pandemia ha dejado al descubierto la brutalidad de la policía argentina. Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/es/news/2020/11/20/la-pandemia-ha-dejado-al-descubierto-la-brutalidad-de-la-policia-argentina> Acceso em: 20 de novembro. 2020

4

A CRISE POLÍTICA DESENCADEADA NO BRASIL A PARTIR DA MEDIDA DE LOCKDOWN

Ana Cristiane de Mello Moreles

Andreia Gaspar Soltoski

Alencar Frederico Margraf

Rhenan Roger Menon

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir sobre os acontecimentos que envolvem a disputa política relacionada a competência para a decretação do lockdown. Buscando compreender como os atores e as relações de força que ocorreram no cenário pandêmico contribuíram para os desdobramentos das medidas restritivas em âmbito nacional.

O método utilizado é a análise de conjuntura com as categorias: acontecimento, cenário, atores, relação de força e articulação entre estrutura e conjuntura (SOUZA, 2009). Dessa forma, investigamos como a relação de forças entre os agentes ocasionou uma invasão de esfera de poderes.

A pandemia criou um ambiente de incertezas onde as medidas mais eficazes no combate que até então eram desconhecidas passaram a ser reveladas ao passo que as investigações científicas eram aprofundadas. As orientações por parte dos atores como a Organização Mundial da Saúde, alguns estados brasileiros, como São Paulo, e outras nações era mais rígida em relação a medidas para o controle da pandemia, enquanto o Governo Federal do Brasil questionou o uso de medidas restritivas ou paliativas para impedir a disseminação da doença,

caracterizando uma relação conflituosa de forças entre esses agentes políticos.

Essa relação conflituosa de interesses e posturas diferentes das instituições impactaram de forma estrondosa o governo, gerando uma crise política, jurídica e uma crise entre os poderes, que dificilmente ocorreria em situações tidas como normais. Esse fato possivelmente agravou a situação econômica dos países, desestabilizando planejamentos orçamentários e impactando empregos, famílias e também a educação. Questiona-se qual seria a melhor forma de enfrentamento à pandemia que seria, ao mesmo tempo, capaz de manter equilibrada a relação de forças entre os agentes conflitantes e ao mesmo tempo preservar os divergentes interesses que estavam contrastados?

Como bem demonstrado, não houve consenso entre os atores, assim, não foi possível estabelecer políticas públicas unificadas eficazes, capazes de conscientizar e demonstrar um comportamento social adequado. Se por um lado, os atores representados principalmente pelo Governo Federal defendiam o argumento de priorização da economia e de questionamento da validade dos estudos até então apresentados, enquanto as outras nações majoritariamente adotaram uma postura mais cautelosa e restritiva, negando a eficácia de medicamentos e reiterando a necessidade de Lockdown para o controle da pandemia.

Devido aos surtos e as mortes repentinas, o Lockdown na concepção da maioria dos atores envolvidos no combate à pandemia era a melhor de todas as alternativas, mesmo que colocasse em xeque o direito constitucional de todo o cidadão de ir e vir e agravaria, ainda mais, o conflito de interesse entre os atores. Sem medicamentos, sem vacina e sem tratamento, para eles a medida mais eficaz era e ainda é evitar o contágio e, para tanto, era necessário que as pessoas se

conscientizassem do perigo dessa doença para a saúde pública, justificando medidas mais rigorosas de controle e combate do vírus.

A presente análise busca por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico metodologicamente alicerçada em uma análise de conjuntura do cenário brasileiro investigar como o Lockdown ocasionou uma crise política no país.

METODOLOGIA E ELEMENTOS DA ANÁLISE DE CONJUNTURA

A metodologia de análise de conjuntura inicia com o reconhecimento do cenário, de modo que mister se faz a análise do *ex ante* bem como do *ex post* a fim de estabelecer o plano em que os diversos fatos do acontecimento de desdobram.

Como *ex ante*, vale lembrar que a doença teve início na China, na cidade central de Wuhan, num mercado de peixes, em dezembro de 2019 e identificada como uma nova cepa de Coronavírus, recebendo o nome de SARS-COV-2, causador da doença Covid-19. No que pese essa hipótese ter sido questionada recentemente e um estudo da Universidade de Kent, no Reino Unido, sugerir que os primeiros casos aconteceram pelo menos dois meses antes do que foi anunciado pelo governo Chinês, ainda se mantém o caso de Wuhan como o primeiro registro oficial. Independente da data de gênese do vírus, verifica-se que em janeiro de 2020 a imprensa mundial acompanhava a estranha doença que rapidamente se espalhava e que chamava a atenção pela alta mortalidade e celeridade de contaminação e em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde lançou o alerta e declarou o surto da nova doença uma emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII) e em

11 de março do mesmo ano a OMS caracterizou a Covid-19 como uma pandemia. (OPAS, 2020).

No Brasil o alerta ESPII emitido pela OMS e as diversas mortes anunciadas por todo o continente asiático e europeu não foram suficientes para que o governo federal alinhasse medidas de enfrentamento junto aos organismos internos e externos, e em fevereiro de 2020 o primeiro caso de contaminação foi oficializado no País e em 12 de março do mesmo ano a primeira morte oficial pela doença, que até outubro de 2021 vitimou mais de 600 mil pessoas em solo nacional.

BREVES INFORMAÇÕES SOBRE A PANDEMIA DO COVID-19

A pandemia teve início no mês de dezembro de 2019 na província de Wuhan (China). A divulgação mundial fora realizada pela Organização Mundial da Saúde no dia 31 do mesmo mês. Já no dia 09 de janeiro, cientistas chineses identificaram o genoma do vírus como uma variante do SARS-COV, passando a ser chamado de COVID-19.

Os principais sintomas são tosse, febre, dores musculares e fadiga. Nos casos mais graves, o covid-19 afeta o trato respiratório inferior (pulmões e brônquios) manifestando-se na forma de pneumonia (ALSAFI, O'NEILL, SOHRABI, 2020), o que acarreta a debilitação do sistema respiratório, sendo este o principal causador de mortes por insuficiência respiratória (MAGARINOS, 2020).

No dia 11 de janeiro foi confirmada a primeira morte por problemas respiratórios provocada pelo Covi-19. No dia 23 de janeiro a OMS declarou situação de emergência na China (OPAS, 2020), mas já era tarde demais, pois no dia 20 de janeiro já havia sido confirmado casos de contaminação na Tailândia, Coreia do Sul e Japão; no dia 21 foi confirmado

o primeiro caso nos EUA, tendo a primeira morte em 28 de fevereiro (PORCIDES, 2020); na Europa, no dia 28, inúmeros países declararam a identificação de pessoas contaminadas pelo vírus. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro, sendo a primeira morte confirmada em 17 de março (SANAR SAÚDE, 2020). Até janeiro de 2021 foram divulgados os seguintes números: nos EUA, 20.643.544 pessoas infectadas e 596.707 mortes; no Brasil, 7.753.752 pessoas contaminadas e 196.561 mortes; na Europa, 27.282.019 infectados e 1.853.525 mortes (OMS, 2020). Conforme publicação da Universidade de Johns Hopkins estima-se que em janeiro de 2021 o número mundial de infectados ultrapassou a marca de 112 milhões de pessoas (DOGN, GARDNER, 2021).

Os dados mais recentes publicados pela Organização Mundial de Saúde são de 240.631.670 casos confirmados e 4.889.169 de óbitos provocados pela Covid-19. Na América são 92.247.781 casos confirmados; na Europa, 73.401.503; na Ásia, 43.611.544; no Mediterrâneo, 16.141.363; na África, 6.111.209 (OMS, 2021).

Desde o início da pandemia passou-se a adotar a regra do distanciamento pessoal como medida de contenção, pois a propagação ocorre pelo contato/proximidade com pessoas contaminadas, as quais, ao expelir gotículas infectadas (por intermédio da saliva ou secreção nasal) acabam por transmitir o vírus para quem não está utilizando máscara.

Diversas medidas passaram a ser tomadas na tentativa de reduzir a contaminação do vírus, dentre elas o fechamento de comércio, escolas e todas as atividades consideradas não essenciais.

DO LOCKDOWN À CRISE POLÍTICA INSTAURADA NO BRASIL

Neste ponto é necessário diferenciar três medidas ventiladas durante a pandemia: i) isolamento social: incentivando que as pessoas fiquem em casa; ii) quarentena: isolamento estabelecido pelo Estado em face de suspeita de contaminação; iii) Lockdown: fechamento (total ou parcial) das atividades públicas de uma localidade, tais como comércio e ensino (G1, 2020).

A palavra Lockdown traduzida para o português significa confinamento, trata-se de uma imposição do Estado que determina que as pessoas reduzam a circulação em locais públicos, mantendo de forma limitada apenas setores essenciais como farmácias, supermercados e serviços de saúde (FILLICIELO; GAVA, 2020).

O Lockdown, no decorrer da pandemia originada pelo coronavírus, teve como objetivo maior evitar os picos elevados de casos e de mortes, permitindo um melhor acolhimento pelos serviços de saúde, além de diminuir o número de contaminados, internados e óbitos (NUSSBAUMER-STREIT, 2020).

O Lockdown é, sem dúvidas, uma das medidas mais severas que se pode adotar em situações extremas, conforme se pode vislumbrar nos mais diversos países ao redor do mundo no último ano.

A Fundação Getúlio Vargas fez um levantamento, tomando como base o mapa mundial da Covid-19 – que acompanhou 24 países –, e apontou que 83% passaram a fazer uso do Lockdown (NOGUEIRA, 2020). Apesar da maioria dos países adotarem essa medida, convêm destacar que há aqueles que repudiaram sua aplicação, dentre eles Michael Levitt (Nobel de Química em 2013) o qual se manifestou afirmando ser “perda de tempo” a utilização deste recurso, devendo apenas a população global

realizar o distanciamento social e utilizar os equipamentos para evitar o contágio. Para ele, o fechamento, seja parcial ou total, além de provocar descontentamento, iria causar o aumento dos casos após sua flexibilização (AGRELA, 2020).

Diversos estudos foram feitos a respeito da efetividade das medidas tomadas durante a pandemia, dentre eles, o realizado pelo *International Journal of Infections Diseases*, o qual avaliou as medidas tomadas por 190 países entre janeiro e abril de 2020. Segundo essa pesquisa o índice de contaminação reduzia se fossem aplicadas as medidas, isoladamente, na seguinte proporção: uso de máscaras (-15,14%), quarentena dos contaminados (-11,40%) e distanciamento social (-42,94%). A pesquisa também demonstrou que os países que utilizaram as medidas em conjunto tinham um índice de contágio mais baixo que qualquer outro. Foi apresentado nesta pesquisa a conclusão de que ao serem aplicadas as três medidas em conjunto, a eficácia para a contenção do covid era muito superior (-62,81%) do a aplicação do Lockdown (-13%) (EXAME, 2021).

Devido a essa severidade da medida de confinamento, que restringe a liberdade de locomoção dos cidadãos, há muitos questionamentos referentes à adoção de tal medida e, portanto, a medida não foi adotada no Brasil em âmbito federal e de forma linear, como ocorreu em outros países.

Dessa forma, constatamos assim como Souza (2009, p. 12) esclarece que o ator “é alguém que representa, encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações”, corroborando com o que foi exposto pelo autor evidencia que não existe apenas um, mas vários sujeitos que contribuíram para a adoção dessas medidas. Assim, por um lado, alguns agentes de alto escalão do Poder Executivo eram contrários ao

Lockdown, enquanto isso, alguns Estados brasileiros eram favoráveis, distanciando ainda mais a relação de forças econômicas e de saúde que posteriormente se desdobraria em uma crise jurídico-política de responsabilidade pelo enfrentamento da pandemia no país.

Para compreender a implementação de uma política pública, é importante entender o Estado, não como um ator uníssono, mas como um ambiente dentro do qual se dão relações complexas entre diferentes agentes que têm importantes papéis e desempenham diversas ações na produção cotidiana de políticas públicas.

O direito de locomoção, chamado por alguns do direito de ir e vir, está previsto no artigo 5º, inciso XV, da Constituição Federal Brasileira (CFB), nos seguintes termos: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

A regra é a liberdade e se trata de uma garantia fundamental, já que prevista constitucionalmente. Todavia, por mais absoluto que tal direito possa parecer, o próprio legislador constitucional condiciona a liberdade de locomoção a tempos de paz. Logo, existem limites! Limites, nos termos das Leis! Cabe, portanto, ao legislador infraconstitucional a definição de tais limites.

Hodiernamente, o legislador já estabeleceu alguns limites para a liberdade de locomoção, poder-se-ia citar como exemplo as penas privativas de liberdade para os casos de condenação criminal.

No mesmo passo a Constituição garante a saúde como um direito de todo o cidadão e reserva a seção II, do título VIII que dispõe a respeito da ordem social, à saúde conforme exposto no artigo 196 da CFB:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Veja-se que liberdade e saúde não são direitos seletivos, são direitos de todos e que devem ser garantidos pelo Estado, em conformidade com a Carta Magna. No caso de restrição de direitos individuais, deve-se verificar a compatibilidade entre o meio empregado pelo legislador e a finalidade almejada pelo mesmo (BARROSO, 1997) e quem exerce esse controle, essa ponderação de valores para verificar se a restrição dos direitos está sendo feito em nome da justiça, é o poder judiciário.

Diante de uma pandemia devastadora foi necessária a verificação no caso concreto, buscando uma análise de conjuntura do contexto fático, com a finalidade de buscar a melhor solução para todos, ainda que em detrimento de determinados direitos. Trata-se da técnica da razoabilidade, conforme ensinamento do Ministro Luiz Roberto Barroso:

O princípio da razoabilidade é um parâmetro de valoração dos atos do Poder Público para aferir se eles estão informados pelo valor superior inerente a todo ordenamento jurídico: a justiça. Sendo mais fácil de ser sentido do que conceituado, o princípio se dilui em um conjunto de proposições que não o libertam de uma dimensão excessivamente subjetiva. É razoável o que seja conforme à razão, supondo equilíbrio, moderação e harmonia; o que não seja arbitrário ou caprichoso; o que corresponda ao senso comum, aos valores vigentes em dado momento ou lugar (BARROSO, 1997).

Logo, diante da situação pandêmica, segundo os defensores de medidas de controle mais rígidas, não era razoável que o cidadão em nome da sua liberdade, do seu direito de ir e vir, colocasse em risco a saúde e

até mesmo a vida de outras pessoas e naquele momento cabia ao poder público as determinações necessárias para garantir a segurança de todos.

Diante desse cenário, surgiram várias legislações, com o fim de regulamentar o combate ao coronavírus, a primeira delas foi a Lei 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019¹⁷. Porém, mesmo diante da previsão legislativa das medidas restritivas, no Brasil foi instaurado um escancarado conflito político entre o próprio Presidente da República e o Ministro da Saúde, a época Luiz Henrique Mandetta, tendo em vista que esse apoiava que fossem adotadas as medidas mais severas no combate a pandemia, contrariando o posicionamento do Presidente.

Junto a crise sanitária foi instaurada a crise política, transformando decisões importantes em nome da pandemia em decisões partidárias, culminando na interferência do Poder Judiciário, após julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341, que acabou por reconhecer a autonomia dos Estados e Municípios, em competência concorrente com a União, no tocante à adoção de medidas adequadas de emergência que digam respeito à saúde pública em prol do combate à pandemia. Restou, portanto, flexibilizado o direito de locomoção em nome do direito à saúde, para que se possa gozar do primeiro direito em sua plenitude.

17 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm Acesso em 17/10/2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar uma análise de conjuntura segundo apontamentos de Souza (2009) deve-se entender a articulação entre conjuntura e estrutura, isso porque:

[...] a ação desenvolvida pelos atores sociais, gerando uma situação, definindo uma conjuntura, não se dão no vazio: eles têm relação com a história, com o passado, com relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo (SOUZA, 2009, p. 13).

Nesta perspectiva, a estrutura trata-se de um elemento rígido presente em diferentes setores da sociedade, já a conjuntura representa as alterações que podem ocorrer dentro de diferentes ambientes. Dessa forma, consolidou-se o posicionamento de relativização do direito de ir e vir, onde foi permitido aos estados e municípios legislarem conforme a pandemia avançava, prevalecendo os seus interesses, sobre os objetivos do Governo Federal.

Essa mudança abrupta de forças inverteu o polo unificador e centralizador que é característico do Brasil, dessa forma, a descentralização do poder decisório por meio da intervenção judicial permitiu que os atores utilizassem critérios diferentes de avaliação de quais medidas eram mais eficientes na redução da propagação do vírus.

Contudo, verificou-se que por mais que os Estados se esforçassem no sentido de tornar rigorosas as medidas de isolamento, o fato do Governo Federal não conscientizar a população nesse sentido e minimizar a importância do distanciamento e do isolamento social, resultou em grande prejuízo no êxito das ações por reduzir a adoção da população a elas.

Outra questão que merece ênfase e que escancara a crise política no país é a vulnerabilidade de determinados grupos que perecem ainda mais em situação pandêmica e diante das medidas restritivas, a exemplo de moradores de rua, pessoas encarceradas, idosos institucionalizados, domicílios repletos de moradores, muitos desempregados, sem água potável e sem ventilação adequada, imigrantes, pessoas com necessidades especiais, pessoas que vivem sozinhas, entre outros grupos considerados (NELLUMS, 2020).

Observa-se que a implementação das políticas de isolamento vai muito além da discussão da sua adesão ou não pela população, tornando ainda mais evidente a desigualdade social. O discurso era de que todos estariam no mesmo barco, quando na verdade muitos estavam e estão à deriva. Tratam-se de grupos marginalizados que sofrem a diária violência oculta, estrutural e que demonstram as consequências do Estado mínimo e demonstra o imperativo de repensar as funções do Estado, da economia e, também, da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA BRASIL. Primeiro caso de Covid-19 pode ter surgido na China em outubro de 2019. Publicado em 25.06.2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-06/primeiro-caso-de-covid-19-pode-ter-surgido-na-china-em-outubro-de-2019>

AGRELA, Lucas. Lockdown é perda de tempo e pode matar mais, diz cientista de Stanford. Revista Exame. Publicado em 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/lockdown-e-perda-de-tempo-e-pode-matar-mais-diz-cientista-de-stanford/>. Acesso em: 26.03.2021.

ALSAFI, Zaid; O'NEILL, Niamh; SOHRABI, Catrin, et al. Organização Mundial da Saúde declara emergência global: uma revisão do novo coronavírus de 2019 (COVID-19). Disponível em: [Pubmed.gov](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32112977/). Publicado em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32112977/>. Acessado em: 19/10/2021.

BARROSO, Luís Roberto. OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE NO DIREITO CONSTITUCIONAL in: Boletim de Direito Administrativo. São Paulo, 1997.

DOGN, Ensheng; GARDNER, Lauren. Coronavírus Centro de Recursos. Disponível em: Johns Hopkins University & Medicine. Publicado em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Dados de 24/02/2021. Acessado em:19/10/2021

EL PAÍS. Vírus letal da China se espalha e alcança Coréia do Sul. Publicado em: 20.01.2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-20/virus-letal-de-wuhan-se-espalha-pela-china.html>

EXAME. Lockdown funciona? O que diz a ciência sobre as medidas de distanciamento social.Publicado em: 25/02/2021. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/lockdown-funciona-o-que-diz-a-ciencia-sobre-as-medidas-de-distanciamento-social/>. Acesso em: 19.10.2021.

FELICIELLO, Domenico e GAVA, Gustavo Bonin. Economia e pandemia: lockdown, flexibilização e defesa da vida, in: Cadernos de pesquisa NEPP. Campinas, 2020.

G1. Entenda o que é 'lockdown'. Rio de Janeiro, 06 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/06/entenda-o-que-e-lockdown.ghtml>. Acesso em: 19/10/.2021.

MAGARINOS, Helio. Coronavírus: tipos, sintomas, transmissão, diagnóstico e prevenção. Disponível em: Richet Medicina e Diagnóstico. Publicado em: 10 de março de 2020. Disponível em: <https://www.richet.com.br/clientes/novidades/coronavirus-tipos-sintomas-transmissao-diagnostico-e-prevencao/>. Acessado em: 19/10/2020.

NELLUMS, Armitage. Covid -19 e as consequências de isolar os idosos. Lancet Saúde Pública. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30061-X](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30061-X). Acesso em: 18/10/2021.

NOGUEIRA, Luiz. Covid-19: 83% dos países mais afetados adotaram lockdown, diz pesquisa. Olhar Digital. Publicado em 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/covid-19-83-dos-paises-mais-afetados-adotaram-lockdown-diz-pesquisa/100873>. Acesso em: 26.03.2021.

NUSSBAUMER-STREIT B. et al. Quarantine alone or in combination with other public health measures to control COVID-19: a rapid review. Cochrane Database of

Systematic Reviews 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2DaQck7>. Acesso em: 17/10/2021.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Painel da Doença de Coronavírus da OMS (COVID-19). Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Dados de 22 junho 2020. Acessado em: 19/10/2021.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de Covid-10. Publicado em: 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> . Acesso em: 20/10/2021.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Folha Informativa -

COVID-19 (doença causada pelo novo corona vírus). Publicado em: 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID19&Itemid=875>. Acesso em: 19/10/2021

PORCIDES, Daniel. Linha do tempo do coronavírus no mundo. Publicado em: 2020. Disponível em: <<https://blog.aaainovacao.com.br/linha-do-tempo-do-coronavirus/>>. Acesso em: 19/10/2021.

SANAR SAÚDE. Linha do tempo: a evolução do novo coronavírus no Brasil. Publicado em: 2020. Disponível em: <<https://www.sanarsaude.com/blog/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>>. Acesso em: 19/10/2021.

SOUZA, H. J. Como se faz análise de conjuntura. 31. ed. Petrópolis: Vozes. 2009.

5

PANDEMIA Y DERECHOS SOCIALES EN ARGENTINA

Celia Draganchuk

Ingrid Rosas Villarrubia

Florencia Todres

Virginia Antonia Aramayo

Gabriela Fanucchi Avila

Fabio Ochoa

Walter Gonzalez

INTRODUCCIÓN

Este documento se inscribe en el marco del Seminario *Direitos e Proteção Social na Pandemia de COVID – 19: uma perspectiva comparada Argentina - Brasil, correspondiente al Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Jujuy, en articulación con el Doctorado en Ciencias Aplicadas de la Universidad de Ponta Grossa*. El objetivo es analizar el impacto de la pandemia en relación con la vigencia efectiva de los Derechos Sociales y tratar de responder al siguiente interrogante ¿cómo afectó la pandemia a los derechos sociales?

El 2020 fue un año excepcional. Este tiempo enfrentó al mundo a una situación absolutamente inédita: una pandemia cuya estrategia de superación fue el aislamiento social preventivo, bajo el lema “Quédate en casa”. Esto alteró nuestras vidas de una forma que, seguro, todavía no podemos dimensionar. Desde las ciencias sociales y humanas actualmente se estudian los diversos problemas y situaciones en relación con este fenómeno.

La pandemia del coronavirus (SAR COVID-19) llegó a América Latina en un contexto de crisis sanitaria, económica, social, política y

medioambiental. Para la Cepal (2020) los países latinoamericanos presentan debilidades estructurales que generan fuertes dificultades para abordar el desafío de contención epidemiológica, recuperación económica y mitigación de los costos sociales.

Filgueira y otros (2020) sostiene:

La pandemia del COVID-19 está generando en el mundo y en América Latina una triple crisis combinada y asimétrica: sanitaria, económica y social. Por otra parte, la región presenta debilidades estructurales que generan fuertes dificultades para abordar el triple desafío de contención epidemiológica, recuperación económica y mitigación de los costos sociales. Las debilidades económicas de larga data con amplios sectores de baja productividad y un modelo dual en el mercado laboral, la caída de la inversión y de la demanda agregada en la última etapa del ciclo económico en la región, los niveles de pobreza y desigualdad que las mejoras de la primera década del siglo no lograron revertir y las condiciones de habitabilidad y acceso a servicios básicos atentan contra la posibilidad de abordar adecuadamente este triple desafío. A pesar de ello, los países han tomado acciones deliberadas para enfrentar estos tres desafíos. Sin embargo, las medidas han sido o bien insuficientes, fragmentadas o ineficaces en la mayoría de los casos. (pág. 7)

Pensar en protección social en la región de América Latina, requiere ubicarse en cada una de las situaciones particulares que afrontan las realidades transversales de los países y sus políticas públicas. Siguiendo a Repetto

“los alcances, contenidos y modalidades que adquieran los sistemas de protección social en cada país latinoamericano habrán de depender del enfoque que adopten las coaliciones socio-políticas ganadoras, lo cual habrá de estar condicionado por la confluencia de las restricciones políticas, fiscales, organizacionales e ideológicas vigentes, incluyendo aquellas imbricadas en la historia y el entramado institucional formal e informal.” (Repetto. 2010; 2)

La Protección social desde una perspectiva histórica está vinculada a los procesos sociales, económicos y políticos que se viven en América Latina y es asociada a la idea de justicia social. Esta noción involucra la implementación de políticas sociales desde el Estado, destinadas a contrarrestar y disminuir los riesgos derivados del capitalismo en sus diferentes versiones (liberal, neoliberal, socialdemócrata). Para Repetto *“se trata de una mirada que, nutriéndose de elementos de los campos tradicionales de la política social, permite repensar el modo en que el Estado latinoamericano pudiese intervenir ante problemáticas sociales...”* (Repetto. 2010;1)

Los derechos sociales son considerados presupuestos que fundamentan esas políticas sociales, y son el resultado de procesos históricos y políticos en los que interviene: el Estado, los actores gubernamentales, los actores privados, y la sociedad civil. Es una articulación múltiple y compleja derivada en América latina de la diversidad de la población y de las expresiones de la cuestión social (Bueno - Preuss. 2020). En conjunto, se refieren al proceso colectivo de ciudadanía.

Para el análisis sobre los Derechos y Protección Social en el marco de la pandemia de Covid 19, tomamos información específicamente de las provincias de Jujuy, Misiones, Salta, Corrientes, a fin de indagar hechos, actores sociales y tendencias. A partir del cual nos permita realizar un diagnóstico de lo sucedido en el caso argentino; procurando tener una mirada general/federal, pero sin perder de vista las particularidades/singularidades de las distintas regiones del país.

En la primera parte, se presentan los hechos y actores sociales con relación al impacto de la pandemia, y son puestos en relación-tensión con los derechos sociales. Se busca identificar el contexto social, económico y político, los riesgos en los cuales cotidianamente se ven

involucrados individuos, grupos y familias. En la segunda parte, identificaron políticas sociales surgidas en el contexto de la pandemia, que permiten caracterizar tendencias en el análisis de situaciones breves en cada una de las provincias señaladas. Por último, se presenta una breve conclusión que busca integrar el trabajo realizado y dialogar en el marco de perspectivas comparadas teniendo en cuenta los derechos sociales.

PRIMERA PARTE

HECHOS Y ACTORES

Se partió del interrogante: ¿Cuál es la situación en la que irrumpe la pandemia en Argentina? Antes de la crisis del COVID-19, varios países de la región latinoamericana atravesaron complejos escenarios de descontento ciudadano motivado por distintas razones y realidades; en todos ellos se acumulaban frustraciones por los resultados del modelo aplicado desde los años noventa y se observa un distanciamiento preocupante de las democracias representativas, así como una falta de confianza en las autoridades e instituciones. La cultura del privilegio enraizada en una región en cuyos orígenes se encuentra el colonialismo, el clasismo, el racismo y el patriarcado sigue latente y solo ha sido parcialmente silenciada por la crisis del COVID-19. Esto responde a las estructuras institucionales de los países que integran la región de América Latina, que se ven atravesados por la conformación de instituciones extractivas que fortalecen los privilegios a sectores que disponen de los medios para acceder al ejercicio de los derechos en forma plena (Açemoğlu & Robinson, 2012).

Argentina, previo a la pandemia, el escenario gubernamental a nivel nacional transitaba un cambio de gobierno con una plataforma

política diferente al gobierno saliente. En diciembre de 2019 asumió el presidente Alberto Fernández, siendo su predecesor Mauricio Macri, el primer presidente argentino en no ser reelecto tras su primer mandato. El cambio de bandera política generó transformaciones políticas, por ejemplo, entre 2015 y 2019 había dejado de existir el Ministerio de Salud Pública pasando a ser una Secretaría, aspecto que el nuevo gobierno en 2019 retomó. Cabe resaltar, aunque resulte evidente, el hecho que un gobierno decida anular la categoría ministerial de la cartera dedicada a la salud para volverla Secretaría, da cuenta de la postura asumida con relación al Derecho a la salud de todos y cada uno de los habitantes del país.

Las fuerzas políticas en pugna por la efectivización o no de los derechos sociales, pueden identificarse entre las más fuertes: el peronismo tradicional, el kirchnerismo y el Pro/ Juntos por el Cambio (que reúne a las fuerzas de derecha). Frente al cambio de gobierno Argentina presentaba el siguiente panorama, según datos del INDEC (2020), en Argentina la pobreza afectaba en la segunda mitad de 2019 al 25,9% de los hogares y al 35,5% de la población. La indigencia, por su parte, pesaba sobre el 5,7% de los hogares y el 8,0% de la población.¹⁸ Estos datos empeoran profundamente en el 2020 y para el primer semestre del 2021 se registra un 40,6% de pobreza, de los cuales un 10,7% de la población y el 8,7% de los hogares está en situación de indigencia.¹⁹ Esto evidencia un aumento del 5% de la población en situación de pobreza y aumento del 2,7% de la población en situación de indigencia antes de la pandemia y en la actualidad.

18 Informe INDEC 2020. "NOTA SOBRE LA EVOLUCIÓN DE LA POBREZA Y LA INDIGENCIA. S2 2019 SIEMPRO, ÁREA DE ANÁLISIS E INFORMACIÓN SOCIAL".

19 <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel3-Tema-4-46>

Una de los lineamientos políticos que resultó fundamental en la Argentina, para reducir la pobreza y las desigualdades es sin lugar a duda la AUH (Asignación Universal por Hijo) y el SUAF, legisladas por el Congreso en el año 2009. Estos apoyos económicos tienen como propósito garantizar el pleno acceso a derechos como la salud y la educación de niños, niñas y adolescentes. En relación a lo cual, debe decirse que, en cuanto a los derechos sociales, el reconocimiento y validación en términos de legislación resulta esencial y determinante. Aunque, a su vez, debe destacarse también que, si no están dadas y/o se generan las condiciones sociales, políticas, culturales, ideológicas, etc, que favorezcan y garanticen el pleno ejercicio de los mismos, se estará incurriendo en prácticas que terminan implicando una compleja vulneración de dichos derechos.

HECHOS

Cuando surgió la pandemia del Covid, ante los primeros casos detectados en el país en marzo de 2020, el Gobierno Nacional tomó las siguientes decisiones: Cierre de las fronteras; Aislamiento preventivo obligatorio para todo el país por 14 días; Aislamiento preventivo en hoteles por quince días de las personas que llegaban del extranjero; La lógica con la cual operó el poder ejecutivo se basó en que “se privilegia la salud por sobre lo económico”, en frase del presidente: “si tengo que elegir entre salud y economía, elijo la salud”;

Entre las decisiones más importantes que tomó el Gobierno Nacional durante la pandemia para garantizar distintos derechos se detectaron las siguientes: Derecho a la alimentación y protección social: Tarjeta Alimentar; Financiamiento del BID para acceso al agua de

comunidades indígenas de la Provincia de Salta; Derecho a la vivienda: Ley de alquileres y congelamiento de los créditos UVA(2020); Derecho al trabajo: IFE (Ingreso familiar de emergencia) por tres meses, ATP y doble indemnización por despidos. (2020);

Inmigración y fronteras durante la pandemia: Cierre de las fronteras y progresiva apertura en 2021. Respecto al Derecho a la información, lamentablemente se destaca que no se abordó la Ley de Medios en los 18 meses de pandemia, lo que generó una gran desinformación en la sociedad, en especial respecto de la vacunación.

ECONOMÍA Y DERECHOS SOCIALES

El cierre abrupto y total en el mes de marzo de la actividad económica generó: A corto plazo, reestructuración de la deuda monumental tomada por el anterior gobierno, con acreedores privados y con el FMI. (Aún en octubre de 2021 no hay acuerdos de pago con FMI, Argentina tiene el compromiso de pago solo para 2019 - 2024 de unos 44 mil millones de dólares); A mediano plazo: aperturas segmentadas, trabajo por provincias bajo los criterios sanitarios. (Hacia octubre de 2021 se retoma en el país aperturas de actividad en la mayoría de los sectores y áreas de la economía); A largo plazo: caída del PBI (mientras que el mundo cayó 7% puntos en promedio en 2020, Argentina cayó entre el 10 y 14%); Debates entre diferentes sectores por la orientación del modelo: la falsa controversia, o "falsa antinomia" entre salud y economía, llevó a agravar la situación y agudizar los problemas heredados del anterior gobierno. Esta falsa antinomia entre salud y economía, implica que no se puede tener salud si no hay producción de bienes y servicios como no puede haber una economía fortalecida si la población está enferma.

Algunos de los factores que han hecho de la Argentina un país particularmente vulnerable son el elevado nivel de informalidad laboral, la baja productividad, la urbanización precaria, el creciente índice de pobreza y desigualdad, la gran desigualdad de género, así como la fragilidad y fragmentación del sistema de salud y de protección social.

El problema de la *informalidad* genera que, en consecuencia, las personas no tengan acceso a la seguridad social. Como señala la CEPAL (2020, pág. 1) “en la región donde los mercados laborales suelen ser precarios: existe una alta proporción de empleos informales (un 53,1% en 2016, según la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 2018)). En 2018 sólo el 47,4% de los ocupados aportaba al sistema de pensiones y más de 20% de los ocupados vivía en la pobreza. Las mujeres, los jóvenes, los indígenas, los afrodescendientes y los migrantes están sobrerrepresentados entre los trabajadores informales”. Si bien la crisis afecta a toda la fuerza de trabajo, la situación de los trabajadores informales de ambos sexos, y especialmente la de las mujeres y las personas jóvenes, indígenas, afrodescendientes y migrantes, constituye un fuerte núcleo de vulnerabilidad (CEPAL, 2020d).

De hecho, el 78% de las mujeres ocupadas en la región trabajan en los sectores de la economía que se verán más afectados, lo que las hace aún más vulnerables al riesgo de desempleo. Además, las medidas de contención, las cuarentenas, el cierre de las escuelas y el aumento de la cantidad de personas enfermas profundizan las *desigualdades de género*, así el 72,8% de todas las personas ocupadas en el sector de la salud, por ejemplo, son mujeres, que dedican a diario el triple del tiempo que dedican los hombres al trabajo doméstico y de cuidado no remunerado en la región. Otra de las problemáticas, es el aumento de la violencia

doméstica que acentúan la situación de vulnerabilidad de las mujeres y las niñas, y debilitan su autonomía (CEPAL, 2020).

Respecto de la desigualdad de género y violencia contra las mujeres, se destacan datos del informe de la UCA (2021;7), entre abril y septiembre de 2020, el número de llamadas a la Línea 137 se incrementó un 32% respecto del mismo período del año anterior. De manera más específica, el número de denuncias en las cuales las víctimas eran mujeres mayores de 18 años fue de 2645. Si bien este número es un 19% superior al de denuncias recibidas en el mismo período del año anterior se destaca que lo que se ha modificado sustantivamente es el tipo de denunciante, es decir la persona u organización que realiza la denuncia.

Entre 2019 y 2020 se incrementó un 88% el número de llamados en los cuales la denuncia la realizan las víctimas; se incrementó un 168% el número de denuncias realizadas por un vecino, un 130% las denuncias realizadas por un familiar y se redujeron de manera concomitante las denuncias realizadas desde comisarías y hospitales.

Condiciones económicas que debió y debe enfrentar la Argentina en el marco de la Pandemia: Deuda Externa, compromisos de pagos con acreedores privados y FMI; Restricción de las actividades por sector. De acuerdo a las situaciones sanitarias favorables se va retomando la actividad por sectores. Mes de septiembre/octubre 2020, primeras aperturas a la actividad económica; Restricción en la circulación de personas, en el transporte público y privado; Sector público: trabajo modalidad online-virtual; Aprobación de la ley de regulación del Teletrabajo²⁰, marzo de 2021; Implementación de políticas sociales de

²⁰ Resolución 142/2021

transferencia de recursos monetarios a personas y familias en situación de riesgos para enfrentar la pandemia: ATP, IFE (Ingreso familiar de emergencia)²¹; Por otra parte, las medidas de cuarentena y confinamiento han puesto de relieve importantes brechas preexistentes. Dichas medidas han afectado de forma desproporcionada a los sectores más pobres de las zonas rurales o urbanas, que necesitan salir de sus casas para obtener ingresos, como las trabajadoras domésticas remuneradas, que viven en asentamientos informales, hacinados y en zonas de mayor densidad de población, o espacios vulnerables.

ÁMBITO EDUCATIVO

El sistema de educación en Argentina es público y gratuito. El sistema privado funciona en paralelo, junto al sistema “mixto” de financiación compartida entre actores privados y el Estado Nacional-Provincial. El derecho a la educación aparece plasmado en la Constitución Nacional y se constituye como eje vertebrador de otros derechos sociales. La educación es pública y gratuita, en paralelo se cuenta con instituciones habilitadas para brindar enseñanza en los tres niveles en forma privada con costos individualizados por cada institución. El Estado argentino asegura la gratuidad en el acceso a la educación desde el nivel inicial hasta el universitario a través de las instituciones educativas de gestión pública.

“Que mediante la Ley N° 27.555 se creó el Régimen Legal del Contrato de Teletrabajo con el objeto de establecer los presupuestos legales mínimos para la regulación de la modalidad de Teletrabajo en aquellas actividades que por su naturaleza y particulares características, lo permitan.”(Boletín Oficial. Marzo 2021).

21 Estas políticas sociales de transferencia monetarias se llevaron a cabo entre 2020 y 2021, como medidas paliativas del impacto de la pandemia en la sociedad.

Con la irrupción de la pandemia el principal cambio se dio en el paso de la educación “presencial” a la educación “virtual” o remota. Esto develó franjas al interior de las instituciones, franjas de clase, género, étnicas, culturales, geográficas, económicas, de acceso a dispositivos digitales, etc. Estas brechas pueden ser caracterizadas desde diferentes miradas y situaciones en cada una de las provincias y regiones. A nivel nacional se creó la mesa de coordinación nacional educativa con los Ministerios de las provincias.

En el caso de Jujuy, el contexto de pandemia mundial y el aislamiento social preventivo y obligatorio planteó una realidad inédita para el trabajo dentro de las Ciencias Sociales. El desmantelamiento de las diversas instancias de política educativa, determinadas por el gobierno anterior, hizo a los profesionales enfrentar a la pandemia en condiciones de profunda desigualdad social y educativa. Según los índices del INDEC, en el segundo semestre del 2019 el 37.8% de la población se encontraba en la pobreza y el 5,7% en la indigencia en Jujuy. Enmarcada en esta situación, se puede observar el acceso desigual a la virtualidad, por tanto, se ve cercenado el derecho a la educación.

Durante el Gobierno de Mauricio Macri, una de las primeras medidas de política educativa implementada fue el cese del programa Conectar Igualdad, desvinculando el personal y arrebatando la posibilidad a estudiantes y docentes del acceso a netbooks proporcionadas por el Estado. Hasta 2015, el Ministerio de Educación de la Nación concedió 5.315.000 computadoras a docentes y estudiantes en 11.573 escuelas secundarias.

El programa constituía una política de Estado, que contribuye a la generación de inclusión social y merma de la brecha digital. A la falta de dispositivos digitales y de conectividad, se sumó la situación laboral del

personal docente provincial como punto álgido de la agenda educativa provincial. Actualmente existen aproximadamente 650 docentes provisionales sin designación en las escuelas en los distintos niveles educativos obligatorios, debido a la suspensión por la emergencia sanitaria de los trámites en las instancias regionales. Sin la oferta del gobierno provincial de cargos docentes, los maestros y profesores no pueden acceder a empleos, por tanto, se confirma la situación de vulnerabilidad profundizada en estos últimos dos meses en lo que va del año.

Estas situaciones que afectan al sector educativo, demuestran que las decisiones políticas económico/educativas del estado jujeño no garantizan la estabilidad docente y recortan los sueldos de los profesionales de la educación, a pesar del incremento de las tareas por la obligatoriedad de la enseñanza virtual que requieren una dedicación “full life”. Desde esta perspectiva surge el interrogante acerca de los límites y posibilidades de la virtualidad ¿Somos más iguales? Las situaciones anteriormente descritas, ¿permiten contextualizar las limitaciones de amplios sectores de la población en acceder a conexión a internet, dispositivos y herramientas para la educación virtual?²².

La educación superior universitaria comparte las mismas condiciones de acceso dispar de los estudiantes a la educación virtual. Las disposiciones institucionales que no permiten la evaluación para acreditar curricularmente los contenidos aprendidos provocan reacciones contrapuestas y contradictorias. Sumado a lo anterior, las normativas de acreditación de los planes de estudio vigentes requieren de la presencialidad para la aprobación de materias.

22 Desigualdades sociales y educativas durante la pandemia Sofí a M. Brailovsky - María José Carrizo - Patricia Bustamente - Daniela Jaled Cátedra de Problemática Educativa. FHyCS. ED: Tiraxi- 2020

Por otro lado, la presencia de la pandemia generó la existencia de la dualidad gestada por el uso de herramientas tecnológicas que habilitaron el desarrollo de la industrialización tecnológica con fines comerciales. Surgen preguntas: ¿privatización de la educación pública? ¿Destinada a los sectores que tienen posibilidad de acceso a las herramientas virtuales? ¿Fortalecimiento del desarrollo de Instituciones extractivas (destinadas a favorecer las desigualdades y planteadas en respuesta a los sectores privilegiados)?

En el ámbito educativo la tecnología educativa (Ed-Tech) aplicada a fin de garantizar la continuidad de las clases durante la época de pandemia, incrementó la brecha digital existente en sectores vulnerables que integran América Latina, entre ellos Argentina. Estos sectores se vieron afectados por las desigualdades preexistentes y la situación de pobreza que dificulta el acceso a las herramientas y medios necesarios para integrar el proceso de la educación virtual. Por lo cual, generan una barrera en el acceso a las tecnologías de la educación. Esta situación plantea la necesidad de proyectar estrategias de inclusión a fin de disminuir las desigualdades estructurales.

Resulta pertinente resaltar que la pandemia no sólo trajo consecuencias en las dimensiones sociales, políticas, económicas, sanitarias, etc. sino que además irrumpieron en la vida cotidiana de los individuos provocando distintas aristas en relación con la salud mental, que en los ámbitos escolar y familiar resultaron sumamente complejos y disruptivos. Contar con dispositivos tecnológicos suficientes y pertinentes en cantidad y calidad resultó esencial; pero también, se dieron situaciones de padres que no estaban preparados para acompañar a sus hijos en el desarrollo de la escolaridad domiciliaria, y/o que enfrentaban situaciones de imposibilidad de desarrollar sus actividades laborales con las

consecuentes implicancias económicas, afectando los estados de ánimo; y/o las angustias atravesadas frente a los duelos por fallecimientos de familiares directos, etc.

El impacto de las tecnologías EdTech constituyen un gran avance para facilitar la incorporación de las personas a la sociedad tecnológica que se desarrolla. Existe una amplia posibilidad de prepararlos en relación con las innovaciones tecnológicas para hacerlos más competitivos en sectores que trabajan con el uso herramientas digitales. Por lo tanto, el desarrollo y formación de las personas en el ámbito educativo por medio de la interacción con las nuevas tecnologías, fortalece su desarrollo humano. Pero solapan, además, otras realidades entre ellas, la industrialización de la educación y su consecuente comercialización. El uso de tecnología Ed-Tech se incorpora al mercado y postula a las empresas a desarrollar herramientas tecnológicas educativas para favorecer su incorporación al mercado durante la crisis sanitaria.

Por lo tanto, la industrialización de la educación (GEI) como sostienen Williamson y Hanson (2020):

Combina privatización y comercialización como dos fenómenos distintos — aunque a menudo relacionados— en la prestación de servicios públicos. Hogan y Thompson (2017) proponen que la privatización es algo que les sucede a las escuelas a través del desarrollo de cuasi mercados debido a las estructuras y políticas institucionales... La respuesta mundial a la COVID-19 revela el solapamiento entre la privatización y la comercialización. Por ejemplo, la privatización se presenta como una «herramienta política» que responde al rápido cambio acontecido en las modalidades de estudio. Se están formalizando contratos comerciales y colaboraciones público-privadas como parte de una estrategia gubernamental deliberada que pretende usar el sector privado como ayuda para trasladar la educación al ámbito digital debido a la crisis. Por su parte, la comercialización se refiere al beneficio que

obtienen los distintos actores de la «mercantilización» de la educación. Es interesante destacar que la comercialización es muy prolífica, pero parece oculta en nuestro mapa de la respuesta mundial a la COVID-19. (pág. 10).

No obstante, las desigualdades sociales en el uso de tecnologías ampliaron más la brecha digital de los sectores. Para diferenciar nítidamente, entre los que pueden acceder a los medios para la formación educativa y tecnológica, en contraposición a los que no pueden. Este contexto lleva a reforzar la marginación experimentada por parte de algunos sectores vulnerables. Esta situación se acrecentó por la presencia de la pandemia y las crisis económicas de los países. Por ello, es necesario repensar la educación digital para proyectar estrategias con el fin de lograr la equidad y la inclusión. Asimismo, el estudio realizado en forma conjunta con la OCDE muestra un resultado en relación con el apoyo de los docentes por parte de los gobiernos de Latinoamérica: de 11% en la entrega de dispositivos digitales, 16% de contención emocional, 22% en biblioteca digital, 50 % de recursos en la web, 61% de cursos en línea y de 83% de recursos dirigidos a docentes.

ÁMBITO DE LA SALUD

El sistema de salud en Argentina está basado en una estructura *mixta y descentralizada*, y dividido en *subsistemas*: público; privado; y Obras sociales.²³ Es un sistema complejo, y funcionan simultáneamente el sistema de obras sociales según los sindicatos de los trabajadores y las PrePagas (privadas). El subsistema público recibe cerca del 40% de la población, brindando asistencia en los tres niveles de atención.

23 Ministerio de Salud Argentina (2020).

Como ejemplo, en cuanto al Plan de vacunación que inició en enero de 2021 es totalmente gratuito en Argentina. Las personas con discapacidad que no tienen obra social acceden al Plan Incluir Salud del Ministerio de Salud de Nación. Se presentaron complejas situaciones como la necesidad de adquirir equipamiento pertinente para la atención de pacientes con Co-Vid, como por ejemplo respiradores, elementos de protección del personal (EPP): barbijos, máscaras, camisolines, etc, como también medicamentos. Se realizó la compra de los mismos a nivel nacional y se realizó la distribución de los mismos de acuerdo a cantidad poblacional de cada provincia. Lo cual vale mencionar, generó ciertas tensiones entre el gobierno nacional y los provinciales.

Otra cuestión a considerar fue que la pandemia dejó al descubierto grandes falencias y disparidades en la provisión de servicios de salud, según las distintas zonas de Argentina. Así como los sueldos bajos de los distintos actores del personal. Lo cual sumó un valor agregado a la compleja situación que atraviesa el país con la sobrecarga laboral y el estrés que atravesó (y sigue atravesando) el colectivo de Salud. Se generaron diversas tensiones entre los distintos actores políticos, que podemos denominarlos en términos del oficialismo y de la oposición, en relación a la vacunación. Se discutieron cuestiones en relación a la adquisición de las vacunas, en cuanto a los laboratorios y las procedencias, a las poblaciones destinatarias consideradas como prioritarias para el acceso. Este tema tuvo un fuerte impacto en la ciudadanía desde los distintos medios de comunicación y redes sociales, en especial de aquellos que acompañan el proyecto político de la oposición.

Actores en Salud: La Organización mundial de la Salud, los gobiernos nacionales y provinciales, específicamente las carteras de Salud, la compleja gama de trabajadores de Salud (médicos, enfermeros,

administrativos, personal de limpieza, etc.), empresas y laboratorios médicos; dueños de patentes de vacunas; empresas de fletes y transporte; obras sociales, y Prepagas. La ciudadanía en general.

ACTORES

¿A quiénes afecta la pandemia? La ciudadanía en general, en particular los más pobres económicamente o aislados del acceso a recursos tan básicos como el agua y la alimentación e internet que surgió como un servicio elemental para acceder a otros servicios, pagos de cuentas, educación, e inclusive al sistema de protección social.

Actores generales identificados en el proceso de análisis de las provincias: Empresas privadas; Organizaciones sociales e Instituciones educativas (universidades, ministerios provinciales), de salud (ministerios, secretarías, obras sociales, prepagas); Cámaras empresarias de diferentes rubros y áreas; Instituciones públicas: poder judicial, policía, gendarmería, ejército; Medios de comunicación y Organismos internacionales.

SEGUNDA PARTE

TENDENCIAS

En este apartado trabajamos las tendencias, y detallamos brevemente algunas de las políticas sociales de asistencia y transferencia de recursos en la pandemia covid 19. Se identifican las siguientes poblaciones consideradas en riesgo: trabajadores/as, poblaciones en situación de pobreza e indigencia, individuos y familias a las que fueron destinadas las siguientes políticas de transferencia de recursos durante 2020:

ATP (Asistencia de Emergencia para el Trabajo y la Producción). Es un beneficio que fue abonado por el ANSES (Administración Nacional de la Seguridad Social) equivalente al 50% del salario que cobra el empleado; IFE (Ingreso familiar de emergencia): quienes no completan el salario mínimo; políticas en el sector cultura, artes, organizaciones deportivas: analizar por regiones y provincias, ya que hay diferencias; Tarjeta Alimentar: Es un instrumento que entrega el Estado nacional para que todos accedan a la canasta básica alimentaria dirigida a madres o padres con hijos e hijas de hasta 14 años de edad que reciben la AUH. También a embarazadas a partir de los 3 meses que cobran la asignación por embarazo, personas con discapacidad que reciben la AUH. Según los datos del estudio, publicados por el diario La Nación,

«el Programa Alimentar ejerció en el marco de la crisis sanitaria y socio-económica Aspo-Covid19 un impacto protector ante la inseguridad alimentaria de los hogares y sus miembros, y especialmente ante la situación más grave que afecta a niñas, niños y adolescentes”.

En Misiones, en julio de 2021 la tarjeta alimentaria llegó a 91 mil familias con hijas e hijos de hasta 14 años y tiene una inversión mensual superior a los 734 millones de pesos; Tarjeta para madres con 7 hijos o más que perciben Pensiones No Contributivas. Permite comprar todo tipo de alimentos, a excepción de bebidas alcohólicas; En cuanto a los alcances del IFE, los datos oficiales señalan que el 21,4% de su población percibió este beneficio en su primer pago (Primera Edición, 15/05/20), en tanto que el 23.4% percibió su segundo pago (Vía Posadas, 23/06/20); A continuación, se presentan situaciones particulares de distintas provincias del país:

Misiones: La provincia adhirió a las medidas de aislamiento que estableció el gobierno Nacional, a través del Decreto 330/20 del día 12-03-2020, declarando la emergencia epidemiológica y sanitaria provincial con motivo de la pandemia de Coronavirus COVID-19. La pandemia ha impactado principalmente en la economía local y en el sector turístico, una de las principales fuentes de ingresos de la provincia. (Guimarey, 2020).

Corrientes: se extiende el plazo de vigencia de la tarjeta Mbareté que habilita a la compra de medicamentos sin cargo por el monto de \$1.000 y la tarjeta mama Mbareté destinadas a las mujeres embarazadas a otorgar un monto de \$3.000 para la compra de alimentos.

Además, el gobierno provincial fortaleció la política económica adoptada desde 2016 vinculada al Registro Provincial de Emprendedores de la Economía Social que busca fortalecer a los emprendedores en la explotación comercial de sus emprendimientos primarios, secundarios y terciarios. Asimismo, integra esta política con “capacitaciones; asistencia técnica; microcréditos y aportes no reintegrables para la adquisición de herramientas, equipamientos e insumos; adecuación de espacios de industrialización y/o comercialización e inclusión en la economía formal” (Dirección de Economía Social, 2016). Durante la pandemia se organizó ferias francas para la venta de sus productos con el fin de que los sectores de economía informal dispongan de ingresos.

Salta: Esta provincia se caracteriza por ser la que cuenta con mayor diversidad étnica del país y con ello, índice de pobreza y falta de servicios básicos para los pueblos indígenas. En marzo de 2020 se decretó la emergencia sanitaria de la población indígena y con ello se consiguió apoyo nacional e internacional para asegurar agua potable a las comunidades sin acceso a la misma. Esta fue y sigue siendo la

principal política pública implementada por el gobierno provincial, aunque faltan datos certeros sobre la cantidad de personas impactadas en el acceso al agua. En el caso del ámbito educativo, donde se otorgaba la “copa de leche”, se empezaron a distribuir bolsones de alimentos que las familias llevaban a sus hogares, situación que sucedió también en otras provincias del país. Al sector turístico se lo apoyó con pequeños préstamos de \$50.000 o becas de \$30.000 que apenas servían para la subsistencia del núcleo familiar. Por otro lado, en entrevista con una alta funcionaria del Ministerio de Desarrollo Social de la Provincia²⁴ en octubre de 2021, se pudo averiguar que, siendo que el estado nacional distribuyó las tarjetas alimentar, y en contraposición a la situación de Corrientes, se restringió la tarjeta provincial de ayuda a hogares en situación de indigencia reduciendo de 80.000 tarjetas a 20.000 tarjetas, se planea seguir reduciendo la cantidad de tarjetas y apoyar con más dinero a menor cantidad de hogares, con la condición de que no reciban la tarjeta nacional Alimentar.

Jujuy: Según línea de investigación e informe del Centro de Estudios Socioeconómicos para el Desarrollo con Equidad (CESDE)²⁵ de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional de Jujuy en el marco del particular contexto de pandemia realizó un mapeo sobre las decisiones y medidas que se tomaron en los diferentes niveles de gobierno, pero particularmente a nivel provincial, para hacer frente a la pandemia. Según este informe las diferentes medidas aplicadas en la provincia de Jujuy desde marzo de 2020, en relación a la pandemia

24 Entrevista personal con reserva de identidad realizada en octubre de 2020.

25 Mariana Bernasconi, María Agustina Romero y Laura Golovanevsky “Mapeo de políticas públicas locales en Jujuy en contexto de pandemia” Las crisis no son necesariamente aprendizajes, como pronostican muchos hoy, pero sí nos revelan muchas cosas. Nos descubren a los verdaderos líderes, nos enseñan las costuras y límites del sistema y cuestionan las categorías con que interpretamos el mundo.

COVID-19, si bien la problemática excede las fronteras provinciales, ya que se aplican disposiciones políticas sanitarias y económicas de alcance nacional, cada región/provincia cuenta con especificidades propias, al tiempo que la propagación del virus ha tenido comportamientos muy diversos a lo largo y ancho del país.

La provincia de Jujuy cuenta, entre otras características, con un sistema sanitario deficitario, con dinámicas económicas particulares, entre las que sobresale la informalidad, y con una ubicación geográfica entre dos límites internacionales, lo que implica un especial flujo de personas. En consecuencia, entendemos que resulta necesario aportar una mirada a las sucesivas decisiones locales, identificando rupturas y/o continuidades con respecto a las nacionales, de manera entrelazada con el derrotero de los acontecimientos internos. Esto último significa configurar un itinerario para comprender la toma de decisiones estatales y sus eventuales consecuencias.

La provincia de Jujuy presenta características particulares, puesto que cuenta con dos límites internacionales, se encuentra alejada de los centros de concentración política y poblacional, a la vez que, tanto cultural como tradicionalmente, está más emparentada con lo andino que con los ciudadanos conciudadanos. Además, la de Jujuy es una economía caracterizada por elevados niveles de informalidad económica (Bergesio y Golovanevsky, 2011; Martínez, Golovanevsky y Medina, 2010).

Mapeo de políticas: El 16 de marzo de 2020 se emitió el Boletín Oficial N° 31 del gobierno de la provincia de Jujuy. El mismo advertía que, si bien la provincia no presentaba casos confirmados de coronavirus, se imponía “un proceso de contención para detectar casos de manera temprana”. Esta decisión, que se anticipa a las disposiciones del Poder Ejecutivo Nacional, tenía como fin un proceso de preparación para la

provincia, tanto en términos de prevención y campañas de divulgación, como de re-direccionamiento de recursos (materiales, económicos y humanos), procurando que el virus no ingresara a la provincia. Primeramente, se decretó la Emergencia sanitaria y epidemiológica por COVID-19 en todo el territorio de la Provincia de Jujuy (artículo 1 de la Ley N°6157 publicado en el Boletín Oficial); se creó el COE y se dispuso también la suspensión, por el término de sesenta días, de actividades culturales, religiosas, recreativas y de índole pública como medida preventiva contra la propagación del virus. Se resolvió, además, la suspensión de toda actividad educativa en todos los niveles, entre el 16 y el 28 de marzo.

El año lectivo, que en Jujuy había iniciado el 2 de marzo, se suponía retornaría a la normalidad pasada esa fecha. También se resolvió suspender la atención de la administración pública, exceptuando el área de salud. En el artículo sexto del Decreto Acuerdo N° 696-S/2020 de la Ley N° 6157 quedó dispuesto que todo el personal de salud, tanto del sistema público como privado, sin atender a su situación de revista ni al lugar en donde preste servicios, quedará sometido a la emergencia y con plena disponibilidad ante requerimientos de atención en las distintas Unidades de Organización del Sistema Público de Salud. Si bien las primeras medidas a nivel provincial estuvieron focalizadas en lo sanitario, el Ministerio de Seguridad fue facultado a intervenir anticipadamente, para garantizar el cumplimiento de cada una de las disposiciones, convirtiéndose de esta forma en uno de los Ministerios con mayor protagonismo desde el inicio de la pandemia. Todas las fuerzas de seguridad han tenido, sobre todo los tres primeros meses, una presencia y acción contundentes en los espacios públicos y de circulación. Por disposición del Ejecutivo provincial, y expresado en el artículo 7 del

Decreto Acuerdo N° 696- S/2020 de la Ley N° 6157, se detallan las responsabilidades y acciones a seguir por parte de las personas sospechadas de portar el virus o que hubieran estado en áreas de circulación de COVID-19: Restricción total sin circulación local del virus: Circulación. Se inicia la administración de la pandemia procurando la reducción de la movilidad y el contacto entre las personas. Las medidas contemplan aspectos como las licencias para empleados públicos, restricciones de ingreso a la provincia, la regulación sobre la situación de turistas alojados, la prohibición de recepción de nuevos pasajeros y la obligatoriedad del aislamiento para quienes arribaran a la provincia en los siguientes días. Inmediatamente (el 17/3) se recomienda suspender eventos religiosos con presencia de público, se prohíbe la permanencia de grupos en espacios públicos, así como la práctica de actividades deportivas al aire libre. Debido a las restricciones a la circulación, se fija la posibilidad de tramitar certificado médico de ausencia de síntomas de COVID-19 para quienes deben retornar a domicilios fuera de Jujuy (22/3) y, ese mismo día, se autoriza la circulación de comerciantes para abastecimiento de sus locales. También se fijan excepciones a quienes están comprendidos en el Decreto Nacional 297 y para los vehículos de empresas autorizadas (23/3). Se establecen precisiones sobre cómo se deberá cumplir el ASPO, que para jujeños provenientes del exterior será en hoteles (a su propia costa) y para jujeños provenientes de otras provincias será en su domicilio (22/3). Igualmente, se sugiere posponer los actos de apertura de sesiones ordinarias de los poderes legislativos o realizarlos por medios no presenciales (26/3).

Personas en situación de calle: Se habilita (el 19/3) un predio con fines de alojamiento, aunque bajo la amenaza de trasladar a estas personas por la fuerza pública en el caso de encontrarse merodeando,

apelando para ello a la colaboración del Ministerio de Seguridad y el Ejército Argentino. Dos días después (21/3) se retoma el tema del alojamiento de personas o familias en situación de calle, particularmente para el caso de extranjeros residentes en tal situación.

Sistema de atención médica: Se fija (el 20/3) que las empresas privadas de servicios de emergencia de salud deben ponerse a disposición del SAME y que profesionales y centros privados de salud deben continuar con la atención de los ciudadanos que lo requieran. El 25/3 se establece el proceso de autorización y compra de medicamentos, denominado “RECETA WEB”, en toda la provincia de Jujuy. Un hecho importante es la creación del hospital de campaña en San Salvador de Jujuy el 23/3, como ya se mencionó.

Cuidados: Aparece tempranamente (el 23/3) la preocupación por la situación de personas con discapacidad y la circulación de quienes cumplen tareas de asistirlos. Se establece que para el caso de las personas en situación de discapacidad que incurran en el incumplimiento del “aislamiento social, preventivo y obligatorio”, deberán actuar en forma conjunta los Ministerios de Salud y de Desarrollo Humano, mientras que las Fuerzas de Seguridad, a través de los Ministerios de Seguridad, Salud y Desarrollo Humano deberán velar por dichas personas. A esto se agrega que quien realice tareas de apoyo bajo la figura de Asistente Personal (Cuidador Domiciliario, Acompañante Terapéutico, Operador de Salud Mental y Adicciones), deberá acreditar mediante declaración jurada su lugar de trabajo con domicilio propio y de la persona asistida, horario y cronograma de atención. Abastecimiento: Un tema recurrente fue la fijación de horarios de atención de supermercados mayoristas y minoristas, la apertura de las ferias frutihortícolas (23/3) y, particularmente, de la feria de la ciudad de Perico (24/3).

A partir de la insistencia normativa con este último tema se advierte la fuerte presión ejercida por los comerciantes de dicha localidad, importante centro de actividad comercial y feria mayorista frutihortícola de aprovisionamiento para toda la provincia. Inclusive la disputa se observa en la resolución de fecha 28/3, donde se intima a la Municipalidad de Perico a cumplir con los horarios de apertura y cierre de supermercados estipulados por el COE. Dos días más tarde (30/3) se crea una comisión de seguimiento para la Feria de Perico. Se dispone la apertura únicamente para ventas mayoristas y se enfatiza que solo el COE puede habilitar la venta minorista. En la Resolución del 21/4 el COE reitera que la Feria de Perico solo podrá funcionar para venta mayorista, evidenciando las tensiones en torno a esta temática.

Gestión de cobros: En una provincia con elevada informalidad y, por ende, bajos índices de bancarización, pagar los servicios se volvió complejo. Por eso, el 1º de abril se resuelve la apertura de bocas de cobro de empresas que brindan servicios esenciales.

Transporte de cargas: Si bien regía la prohibición general de ingreso a la provincia, quedaba exceptuado el transporte de cargas, a fin de garantizar el abastecimiento. Por eso, el 8/4 se resuelve que choferes y/o acompañantes que arriben a Jujuy deberán permanecer no más de 72 horas, siempre aislados. Pasado ese plazo deberán cumplir la cuarentena de 14 días. Se fija también la circulación de transportes de cargas por circuitos alternativos; por ejemplo, por la ruta 1 en departamentos Ledesma y San Pedro, y no por la más concurrida Ruta Nacional N° 34 (11/4). Se establecen también, en esa misma fecha, zonas de aislamiento temporal para transportes de carga.

Algunas tendencias teniendo como base los datos publicados en septiembre de 2021 por el INDEC, exhiben un panorama complicado, en

lo que se refiere a los hogares bajo la línea de pobreza (31,2%) y la población bajo la línea de pobreza (40,6%) (Primer semestre de 2021).

Otra tendencia identificada se relaciona con la apertura progresiva de actividades económicas, aunque también se identifican problemas derivados de la inflación y la caída de los salarios, lo cual puede identificarse con los índices anteriormente descritos. Por otro lado, el plan de vacunación gratuito se desarrolla en vías de aplicación de segunda dosis en todo el país, y a una posible tercera dosis en 2022 y ya se están vacunando niños a partir de los tres años de edad.

En el ámbito de la educación la tendencia es avanzar sobre el proceso de tecnificación y virtualidad de espacios educativos en lo que sea posible, integrado con el regreso a la presencialidad, acordando marcos sanitarios. Por último, en el plano económico en la articulación nacional - internacional, Argentina enfrenta problemas derivados de las fallas de plan económico, no orientado al trabajo: esto se tradujo hacia mediados de 2021 en casi un 30% de inflación anual y déficits en la balanza comercial internacional, que se traduce en que egresan más dólares de los que ingresan.

Frente a la actual situación en la que se encuentra Argentina y para salir de ella en los sucesivos periodos de tiempo se considera que requerirá de liderazgo político para convocar la participación de la más amplia y diversa gama de actores que, si bien suelen expresarse mediante el voto popular y participar a través de organizaciones políticas y sociales, han ampliado su rol y su influencia cada vez más para que las instituciones democráticas y el Gobierno y lleven adelante una acción efectiva de las políticas públicas implementadas.

TERCERA PARTE

CONCLUSIONES

Para hacer frente a la crisis sanitaria cuya duración ha sido mayor de lo que se había previsto y sus graves efectos económicos y sociales, se necesitarán de acuerdos políticos y sociales que se construyan con la participación de una amplia variedad de actores, que permitan universalizar la protección social y la salud, y, sobre todo, que re-orienten el desarrollo sobre la base de la igualdad y las políticas fiscales, industriales y ambientales para la sostenibilidad. El desempeño de las autoridades en el marco de esta crisis será fundamental para avanzar hacia caminos institucionales que desplacen el escenario político hacia una mayor inclusión social, y para no profundizar las distancias que separan a los ciudadanos entre sí, y a estos del Estado. Los gobiernos políticos de la región han debido enfrentar una crisis sin precedentes que, seguramente, será más larga de lo esperado, en la que existen un alto grado de incertidumbre y escasas certezas científicas sobre la evolución de la pandemia y su control. Ya que, aún no hemos conocido ni enfrentado todas las diversas y complejas consecuencias de la misma, tanto en lo concerniente a lo sanitario (incluida la salud mental), lo económico, lo geopolítico, lo cultural, etc.

Esta crisis ha exigido adoptar medidas inmediatas y extraordinarias de contención y confinamiento, con constantes y a veces erráticas actualizaciones, para mitigar los efectos sanitarios, sociales y económicos. Se observan algunas decisiones que, mientras velan por la salud de la ciudadanía, intentan reducir los efectos económicos y sociales de la crisis sanitaria, y buscan respetar los derechos civiles, políticos, sociales, económicos y culturales. Sin embargo, las herramientas de políticas

públicas que, en algunos casos, resultan insuficientes dada la profundidad de la crisis y que, muchas veces, son vistas con desconfianza por parte de la ciudadanía.

Esta situación exige una acción pública rápida y eficiente para la atención de las diversas realidades locales y regionales; a fin que se tomen decisiones basadas en el conocimiento científico que sean consideradas por la ciudadanía como las mejores alternativas de política pública. Para ello, resulta fundamental que la autoridad sea capaz de escuchar a los ciudadanos, de modificar la trayectoria y de abrir espacios que supongan un mejor uso de las tecnologías digitales para facilitar la participación de la sociedad civil; por ejemplo, de las organizaciones y los movimientos feministas y de mujeres, los indígenas, los afrodescendientes, la población rural, las comunidades de base y la comunidad científica y de investigación, entre otros actores.

Dicha participación debe traducirse en la estructuración de acciones coordinadas en el ámbito local, nacional y regional que sean precisas en cuanto a los tiempos y oportunas respecto a la toma de decisiones. Resulta crucial transparentar la información crítica que respalda las decisiones adoptadas por la autoridad, y que dicha información esté basada en datos científicos y se encuentre disponible en formatos y lenguajes que todas las personas puedan comprender con facilidad.

Como se mencionó previamente, la pandemia dejó al descubierto las brechas de acceso a las redes digitales, y de asequibilidad y velocidad de estas, que profundizan las desigualdades sociales. Las redes digitales conforman la infraestructura básica de comunicación e interacción en las sociedades contemporáneas, y su relevancia, que la pandemia dejó en evidencia, se incrementará en los próximos años. Frente a estos

escenarios resulta importante la idea de garantizar una canasta básica digital que propone organismos como la CEPAL, porque, cuando se suspenden las actividades presenciales, esas tecnologías se convierten en la única forma en que los hogares pueden acceder a la educación y a la medicina, ejercer los derechos sociales o hacer efectiva la participación ciudadana, entre otras actividades.

Indefectiblemente, la pandemia por Co-Vid 19 demandó, y sigue demandando, quebrar lógicas de pensamiento que, antes de ella, hubieran sido incuestionables. Nos enfrentó, como sociedad argentina, al desafío de reconocer y aceptar, para actuar en consecuencia, una multiplicidad de complejas situaciones de desigualdad ya existentes, pero que en la pandemia se profundizaron. A su vez, la sociedad continúa atrapada en complejas tensiones que parecen estar fuertemente arraigadas en la identidad argentina: ciertos binarismos que sólo dan cuenta de complejas situaciones que debemos seguir desconstruyendo. Por ejemplo: la brecha política entre oficialismo y oposición (cualquiera sea el sector político que al momento ocupe el gobierno), las luchas entre capital y provincias de lo que se denomina “el interior”; los canales de acceso a la concreción de derechos como la salud y la educación a través de organizaciones de gestión pública y privada, etc.

BIBLIOGRAFIA

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **¿Por qué fracasan los países?** Barcelona, España: Deusto. 2012

BUENO, N.; PREUSS, L. **Estado e proteção social no Cone Sul da América Latina: um panorama do século XXI.** Ciências Sociais Unisinos 56(2):155-163, maio/agosto 2020

CEPAL-UNESCO. **La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19.** Recuperado de: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45904>

GUIMAREY, G. **Avance de Investigación panorama de la pandemia del COVID-19 en la Provincia de Misiones:** Debilidades y fortalezas en el marco del proceso de integración regional. Recuperado de: <http://mercosuriigg.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/160/2020/09/Gabriela-Guimarey-Avance-2020-Efectos-del-COVID-19-integracion-regional-Misiones-.pdf> Año: 2020

INDEC. “**NOTA SOBRE LA EVOLUCIÓN DE LA POBREZA Y LA INDIGENCIA. S2 2019 SIEMPRE, ÁREA DE ANÁLISIS E INFORMACIÓN SOCIAL**”. 2020

_____. **Informe Técnico Encuesta Permanente de Hogares.** Datos del primer semestre de 2021. 2021

FILGUEIRA, F. *et al.* **América Latina ante la crisis del COVID-19:** vulnerabilidad socioeconómica y respuesta social. Políticas Sociales, N° 238. Santiago de Chile, Chile: CEPAL. 2020

REPETTO, F. **Protección social en América Latina:** la búsqueda de una integralidad con enfoque de derechos. Publicado en la Revista del CLAD Reforma y Democracia. No. 47. Caracas. 2020

ROSAS VILLARRUBIA, I. **La comercialización electrónica en el ámbito de la educación virtual y las desigualdades.** Recuperado de: <https://jji.usach.cl/> Año: 2020

TUÑÓN, I.; POY, S. Y SALVIA, A. **La tarjeta ALIMENTAR a un año de su implementación.** Una caracterización sociodemográfica, socioalimentaria y socioeconómica de los hogares destinatarios. Documento de investigación– Barómetro de la Deuda Social Argentina - 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Educa, 2021.

WILLIAMSON, B.; HANSON, A. **La comercialización y la privatización en y de la educación en el contexto de la COVID-19.** Internacional de la educación. 2020

6

PANDEMIA Y DERECHOS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA

Daniela Pérez Rangeon

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Eliana Rodríguez

Griselda Cardozo

Mariano Rojas

Mónica Perassi

Silvia Robles

Wilson Torres Gómez

INTRODUCCIÓN

La crisis del COVID-19 pasará a la historia como el peor suceso socioeconómico latinoamericano. Además de la drástica contracción de la actividad productiva, representará un retroceso de al menos una década en materia de lucha contra la pobreza, la desigualdad (CEPAL, 2020a), el empleo y en particular, la informalidad. Los gobiernos nacionales tanto de Brasil, Argentina, Colombia y Ecuador emitieron, por lo general, políticas reduccionistas y lineales sin una visión integral de desarrollo humano.

Los gobiernos, en su mayoría, no tuvieron una política de contención de la enfermedad ni de apoyo a las personas y a las empresas, en miras de proteger los derechos humanos y laborales de los sectores más vulnerables, ocasionando así, que se eleven los índices de pobreza, indigencia, desigualdad, desempleo e informalidad en estas poblaciones, impidiendo el pleno ejercicio del derecho laboral e incumpliendo con dar garantía al mismo.

El presente documento está dividido en cuatro secciones. En la primera sección se describe el evento y escenario de análisis, desde la perspectiva del poder de las clases dominadas, en detrimento del poder dominante (sistema capitalista). Concretamente, la situación de los trabajadores informales en los siguientes países latinoamericanos: Argentina, Brasil, Ecuador y Colombia. En la segunda sección, se describen los aspectos previos a la pandemia en la región. La tercera sección, muestra los actores que intervienen en el panorama de la pandemia, específicamente en el ámbito laboral -informalidad- y en la cuarta sección, se desarrollan los determinantes de las fuerzas de correlación al objeto de estudio y se plantean los desafíos o tendencias, a manera de conclusión.

EVENTO Y ESCENARIO

La pandemia por COVID-19 afectó a la población mundial, que comenzó a adoptar nuevas rutinas para evitar el contagio del virus. La letalidad fue tan grande que ha matado a más de 4,55 millones de personas en el mundo.

La elevación del estado de expansión de la pandemia por COVID-19 tuvo lugar el 11 de marzo de 2020 por la Organización Mundial de la Salud y aún no ha terminado. Por tanto, se dio en medio de un contexto y una historia pasada reciente de otras enfermedades infecciosas.

El escenario pandémico es mundial, pero tiene particularidades que caracterizan a cada región/país, por lo que se decidió realizar el análisis dirigido al eje sur de América Latina, con los países antes mencionados.

ASPECTOS PREVIOS A LA PANDEMIA

El análisis de la situación es una técnica que mezcla conocimiento y descubrimiento teniendo, según Souza (2006), sus propias herramientas. Así, fue necesario verificar algunos hechos previos al propio decreto pandémico y que ya demostraron el escenario en el que se desarrollaron las tramas sociales y políticas que tuvieron un fuerte impacto en la sociedad, al que le sucedió la pandemia.

En el ámbito socio-económico, la pandemia del COVID-19 llegó a América Latina y el Caribe en un contexto de bajo crecimiento —como fue analizado en anteriores informes especiales sobre la materia (CEPAL, 2020a y 2020b)— y, sobre todo, de alta desigualdad y vulnerabilidad, en el que se observan tendencias crecientes en la pobreza y pobreza extrema, un debilitamiento de la cohesión social y manifestaciones de descontento popular (CEPAL, 2020a).

En lo que al ámbito sanitario respecta, vale la pena mencionar que otras enfermedades ya han impactado en algunas partes del mundo, de manera alarmante, en el inicio del siglo XXI, se recuerda el síndrome respiratorio agudo (SARS) que se inició en China en 2003; H1N1, causado por el virus de la influenza, que se inició en México en 2009, y el ébola, que ya había cobrado miles de víctimas en la década de los 70, pero que regresó con fuerza en África Occidental en 2013 (Butantan, 31 agosto 2021).

Alusivo al medio ambiente, se puede referir que el capitalismo, con sus ideas individualistas basadas en la incansable búsqueda de ganancias, terminó conduciendo a un desarrollo no preocupado por el medio ambiente. Como resultado, vino el calentamiento global, que provocó un desequilibrio en el planeta y generó estas enfermedades. Por lo tanto,

es evidente que la crisis sanitaria mundial está directamente relacionada con la intervención humana en el medio ambiente.

Según Reis Junior (2020), la principal diferencia entre la pandemia actual y sus predecesoras es la tasa de contagio y la alta letalidad de Covid - 19, lo que lleva a graves consecuencias humanitarias y económicas en todo el mundo.

ACTORES

En las lecciones de Souza (2006), los actores son las personas o instituciones que representan y son relevantes para el evento. Para este trabajo se analiza el caso de los trabajadores informales que, sin ningún tipo de protección social, tuvieron que incumplir órdenes de restricción y reinventarse en sus labores, para sobrevivir, durante la pandemia.

El Estado fue el protagonista principal en este escenario de crisis socio-sanitaria, implementando medidas para dar respuesta a la situación. Cabe destacar que no todos los Estados analizados activaron medidas de igual modo, ni siquiera las que tuvieron aplicación mundial como el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO); y posteriormente las del Distanciamiento Social Preventivo y Obligatorio (DISPO).

En referencia a lo mencionado, por ejemplo, Argentina, benefició a las grandes y medianas empresas y a las financieras internacionales, con medidas económicas de carácter público (reducción de impuestos, intereses en deudas, congelamiento de alquileres, aportes del Estado para el pago del 50% de los salarios a trabajadores registrados). En el caso de Colombia, en contraste, se implementaron medidas de transferencia para familias en aislamiento sin ingresos, pero a través de un pago único (Rodríguez-Pinzón, 2020). Estas medidas no lograron

controlar la situación presentando desalojos masivos en las grandes ciudades como Bogotá, Cali y Medellín (Hernández-Osorio, 2 abril 2020). Los beneficios económicos a grandes empresas, se dieron principalmente en aerolíneas las cuales, con el cierre de aeropuertos, vieron dificultades para mantenerse.

Con respecto a Ecuador, se implementaron medidas como: a) reducción temporal de jornada de trabajo y de salarios para trabajadores públicos; b) contribución humanitaria temporal de funcionarios públicos: los altos cargos se redujo en un 50% el sueldo; c) eliminación y fusión de varias empresas públicas; d) reducción de jornada laboral en sistema educativo; e) cierre de Embajadas y diversas oficinas diplomáticas en el exterior; f) aplicación de sistema de bandas de precios a los derivados del petróleo para generar ahorros en subsidios de gasolina. Medidas que afectó al empleo, de acuerdo al banco Central del, se estima que se han perdido 532.359 empleos en el período marzo a diciembre de 2020. Las industrias más afectadas fueron: Alojamiento y servicios de comida, Comercio, Construcción, Transporte y almacenamiento, y Agricultura, ganadería, caza y silvicultura.

En relación con los trabajadores registrados, si bien han sufrido una merma considerable en su liquidación de haberes en tiempo y forma (suspensiones, reducción de horario laboral, cobro de salario en cuotas) o han pasado a la modalidad de teletrabajo (CEPAL, 2020a), también se han beneficiado, ya que pudieron obtener seguros de desempleo, licencias varias, permisos para circulación y uso de medios públicos de transporte urbano. Asimismo, no fueron despedidos mientras duró el estado de emergencia sanitaria, ya que, al corresponderle una doble indemnización, quedarían habilitados para la realización de un juicio laboral en el futuro.

Los pequeños y medianos emprendedores han recibido ayuda económica y seguridad social a través del Ingreso Familiar de Emergencia (IFE), continuidad asegurada de Planes Sociales o Programas de Transferencia Condicionadas (PTCs) los que aunque “presentan, en la mejor de las hipótesis, resultados modestos en términos de los objetivos pretendidos” (Draibe y Riesco, 2009, p. 25-26), constituían una ayuda sumamente valiosa para la economía de subsistencia familiar.

En lo que respecta a la población sujeto de análisis, los trabajadores informales, tales como vendedores ambulantes o puestos en plazas, cartoneros y recicladores de residuos, servicios domésticos, empleados golondrinas (cosechas o minería), servicios de cadetería, changarines ocasionales, gastronómicos, empleados de comercio (registrados por la mitad de las horas que trabajaban), servicio de reparación y mantenimiento (electrodomésticos, informática, gasistas, plomeros, carpinteros, electricistas,...), empleados ocasionales (contratados) de la construcción, repositores, cuidado de niños, ancianos y enfermos, maestros particulares, distribuidores y transporte y proveedores informales, telemarketing, paseadores de perros, deportistas, personal training, entre muchos otros. Incluso una gran cantidad de profesionales autónomos y cuentapropistas (independientes), secretarías, asistentes, colaboradores y toda una gran cantidad de ciudadanos pertenecientes a las economías regionales de América Latina, no han podido acceder a dichos beneficios económicos oficiales del Estado y, por lo tanto, han quedado efectivamente desprotegidos, marginados desatendidos y vulnerados en sus derechos.

En lo que concierne al rol del Estado en Brasil, Defensores del liberalismo en la economía, el gobierno federal brasileño no se alineó con las recomendaciones de la Organización Mundial de la Salud (OMS), y el

Presidente de la República destituyó al Ministro de Salud, precisamente por seguir a la comunidad científica y a la OMS, que van en contra del mercado de intereses (Silva, 2020).

A modo ilustrativo, en un comunicado oficial realizado el 8 de abril de 2020, el Presidente de la República de Brasil, subordinándose al poder del capital, dijo que cada país tiene sus particularidades, no siendo la misma solución para todos, por lo que "los más humildes no pueden dejar de moverse para conseguir su pan de cada día" (G1, 2020). Esta expresión alentó claramente a los trabajadores informales a continuar sus actividades, incluso en condiciones adversas, en nombre de la continuidad económica.

Además, manifestó que no adoptaría, a nivel federal, medidas restrictivas de distanciamiento social, atribuyendo tal responsabilidad a los gobiernos locales. En la misma declaración, se recomendó el tratamiento médico temprano, con el uso no probado del medicamento llamado hidroxiclороquina. Asimismo, el anuncio del pago de ayudas de emergencia para trabajadores informales, desempleados y microempresarios, por un período de tres meses.

En el siguiente aspecto confluyen los países para referir que la ayuda de emergencia, aunque necesaria, no fue suficiente para mantener los ingresos de los trabajadores en comparación con el período pre-pandémico. Las contribuciones de ayuda insuficientes significaron que los trabajadores informales se vieron obligados a regresar al trabajo. De hecho, la mayoría de estos trabajadores nunca dejaron de trabajar (Cardoso y Peres, 30 noviembre 2020).

Los gobiernos locales, estatales y municipales, mediante decretos, restringieron la circulación de personas, fijaron horarios de funcionamiento de los establecimientos comerciales, con la imposición de

multas, en caso de incumplimiento, e incluso la comisión del delito de desobediencia. Con el agravante de que la respuesta desde el Estado, subestimó las condiciones de los trabajadores informales, que requerían de acciones/decisiones integrales y no medidas paliativas que no garantizaron la cobertura total de al menos una canasta alimentaria básica.

En este escenario, lo más preocupante en toda Latinoamérica, fue la invisibilización social, porque los trabajadores informales, quedaron fuera de la estructura económica formal y de la asistencia (sistema contributivo-distributivo).

CORRELACIÓN DE FUERZAS

Los actores sociales se encuentran en una relación de fuerza, medible mediante indicadores cuantitativos. En el impacto de la pandemia sobre los trabajadores informales, la correlación de fuerzas existente entre ellos y el gobierno, en todas sus esferas, fue muy desfavorable para quienes veían la continuidad de su trabajo en riesgo, determinando el incumplimiento de las órdenes de aislamiento social.

En torno a ello, la CEPAL (2020a) señala que, los gobiernos como actores principales de algunos de los países en estudio, aplicaron medidas restrictivas de movilidad, sin tomar en consideración un análisis integral sobre las condiciones socioeconómicas de la población. No consideraron políticas en beneficio para los sectores más vulnerables de la población como por ejemplo en entregar un ingreso básico de emergencia como instrumento de protección social, la entrega de un bono contra el hambre o medidas para apoyar al tejido empresarial en riesgo que evite engrosar las listas de desempleados.

Es así que la informalidad y las condiciones laborales precarias, representan un escenario ideal para los objetivos de una reforma laboral, deseada por una economía de mercado liberal, con derechos reducidos, en nombre de la búsqueda del pleno empleo.

A partir de lo presentado hasta el momento, es posible ver cómo el contexto, el escenario, los aspectos socio-económicos y políticos previos y los actores, se relacionan configurando el estado actual de la pandemia.

ARTICULACIÓN ENTRE ESTRUCTURA Y COYUNTURA

Los efectos económicos y sociales de la pandemia en los países de la región pusieron en evidencia el fracaso del sistema capitalista que imperan en los países Brasil, Argentina, Colombia y Ecuador. Puesto que, según la CEPAL (2020a) la pandemia agravó aún más la situación social, económica en la región, América Latina y el Caribe, en el año 2020 redujo su PIB del orden del 9,1%, el cierre de 2,7 millones de empresas, 44,1 millones de desocupados, 231 millones de personas en condición de pobreza, de las cuales 96 millones se encontrarían en situación de pobreza extrema, y aumentos significativos de desigualdad por ingresos.

Pensar en términos de coyuntura da cuenta de las medidas sanitarias que se adoptaron en carácter preventivo, tales como la cuarentena, aislamiento, distanciamiento, restricciones públicas entre tantas otras. Si bien estaban destinadas a preservar la vida, han tenido como contrapartida pérdidas de empleo, de salarios, de beneficios laborales, económicos en muchos agentes sociales, sobre todo en los grupos más vulnerables, es decir, trabajadores informales (ambos sexos y todas las

edades), mujeres (adultas y adolescentes), aborígenes (comunidades originarias), afrodescendientes y migrantes (CEPAL, 2020a).

Los Estados de centro izquierda impulsaron planes de ayuda, pero tal vez por la corrupción o porque no se separaron plenamente del sistema neoliberal, no consiguieron realizar una redistribución más efectiva. Si bien hasta el 2014 en algunas regiones se ha conseguido disminuir la pobreza y reducir la desigualdad (Draibe y Riesco, 2009), después de la pandemia las cifras son alarmantes y la proyección a futuro, preocupante en toda la región.

A pesar de la ayuda económica y política recibida por parte de los distintos Estados analizados, muchas empresas, comercios, fábricas debieron cerrar sus negocios. El cierre de emprendimientos locales, familiares, independientes y pequeñas industrias ha sido mayor. Este contexto político-social ha dejado a muchas personas desocupadas, las que comenzaron a buscar la subsistencia en la informalidad, esto debido a que, pese a la reducción de sus ingresos, la informalidad pudo recuperarse más rápidamente que los trabajos formales (Becerra, Cabra-García, Romero, Pecha, 2020).

Los planes sociales, entregas de alimentos, aumento de cobertura poblacional (destinatarios), anticipo (tiempo) y aumento (monto) de transferencias existentes, la ayuda estatal en el suministro de servicios básicos y tantos otros (CEPAL, 2020a), los Programas de Transferencias Condicionadas a familias pobres se han multiplicado en América Latina y han alcanzado un rotundo “éxito político-institucional, y sin embargo presentan, en la mejor de las hipótesis, resultados modestos” (Draibe y Riesco, 2009, p. 25-26).

Los programas de ayuda en América Latina son típicamente de tipo “cash benefits”²⁶. Si bien “contribuyen a una reducción de la ‘desigualdad de oportunidades’, en relación a los objetivos finales, los resultados son más heterogéneos, menos generalizables y, en algunos casos, claramente inefectivos” (Draibe y Riesco, 2009, p. 34). Es decir, no han podido evitar que los trabajadores informales queden por debajo del nivel de pobreza y lleguen a la indigencia al perder vivienda, trabajo, seguridad social, aportes de emergencia estatales, quedando “invisibilizados” para la administración pública, sin ningún tipo de protección social.

El capitalismo es el responsable de toda esta situación, ya que sus teorías no piensan en lo colectivo. Se vive en una situación comparable a la guerra, por las medidas adoptadas, el miedo generalizado y el elevado número de muertos. Souza (2020) aclara que el enemigo invisible es la pandemia y el enemigo visible es el sistema económico opresivo. La CEPAL (2020a) recomienda a los países de la región que es necesario una recuperación transformadora para el desarrollo sostenible, es decir, una estrategia que combine la recuperación económica con la superación del estilo de desarrollo vigente, a consecuencia, del disfuncional modelo económico dominante.

Según Reis Junior (2020) el trabajo hace crecer el capital, y el capital utiliza este poder para explotar el trabajo y en la misma medida degrada el medio ambiente, precisamente para acumular más capital. Las consecuencias, para los propietarios del capital, son meros efectos secundarios. La devastación ambiental que lleva a la destrucción de las cadenas alimentarias, limitando la biodiversidad del planeta, generando pandemias capitalistas y poniendo en riesgo la supervivencia de la

26 auxilios monetarios asistenciales sin contrapartida contributiva

humanidad o la perpetuación de la especie para los más ortodoxos, son solo efectos secundarios (Reis Júnior, 2020).

Se publicitó que el capitalismo sería la única forma de erradicar la pobreza e impulsar el desarrollo, basado en la idea de libre mercado, recortando el gasto social, flexibilización y subcontratación (Cortes da Costa, 2006). Boaventura de Sousa Santos (2013) afirma que el hoy es un reflejo del siglo pasado: antihumanista y capitalista como religión. Es necesario romper este ciclo de ideas liberales, personalistas y de relaciones patrimoniales. Debido a las condiciones presentadas, el poder dominante no dio opciones a los dominados, provocando que la clase trabajadora informal continuara trabajando expuesta a los peligros del COVID-19, sin ninguna protección social.

CONSIDERACIONES FINALES

La solución todavía está lejos, si antes de la pandemia el sistema capitalista ya dejaba entrever su imposibilidad de mantenerse, la crisis sanitaria aceleró el proceso poniendo en evidencia la desigualdad social en tanto al derecho a un trabajo digno. La Organización Internacional del Trabajo (OIT) afirma que más del 76% de la población productiva se encuentra en la informalidad, y que la pérdida de ingresos se refleja inmediatamente en el crecimiento de la pobreza (2020).

Las respuestas estatales de transferencia, aunque logran aminorar el efecto real de las medidas de confinamiento y circulación restringida, no pueden cubrir la necesidad vulnerando, además del derecho al trabajo, derechos relativos al desarrollo sociocultural de los sujetos, a la salud física y psíquica, y sobretudo a la seguridad de existencia. De este

modo, el sistema económico en crisis deja en evidencia la relación y dependencia de los derechos respecto al factor económico.

En este caso, se hace evidente que los trabajadores informales, empobrecidos y marginalizados son personas, son ciudadanos, y son muchos, más del 76% de la población mundial. Su diversidad es tan grande que se encuentran diferentes edades, ideologías, credos y profesiones. El sistema los ha dejado ocultos, invisibles, ignorados por la macro estructura económica, que, aun así, depende de ellos en las cadenas productivas y reproductivas.

Este análisis pone en evidencia la necesidad interseccional de las leyes, la obligatoriedad de reflexionar sobre los actores reales del sistema económico; aún más, la misma existencia del sistema económico de exclusión y dependencia. Es evidente que es necesario replantear las relaciones económicas y políticas en Latinoamérica, a nivel nacional y regional, esta crisis ha demostrado la fragilidad del capitalismo y la desigualdad que establece. ¿Cuáles son las alternativas? ¿cómo se construye diferentes? Preguntas que dejan un abrebotas hacia el futuro y las decisiones pos pandémicas que se han de evaluar.

REFERENCIAS:

- BECERRA, O., CABRA-GARCÍA, M., ROMERO, N.; e PECHA, C. **Mercado laboral em la crisis del COVI-19**. Departamento Nacional de Planeación, IPA, UNICEF. https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Sinergia/Documentos/Notas_politica_publica_EMPLEO_09_04_21_v4.pdf Año: 2020
- CARDOSO, A.; e PERES, T. B. **A estreita relação entre o trabalho informal e a covid**. Outras Palavras. <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/a-estreita-relacao-entre-o-trabalho-informal-e-a-covid/> Acesso em: 30 nov. 2020

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Informe especial N° 3. El desafío social en tiempos del COVID-19.** https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45527/5/S2000325_es.pdf Año: 2020

El COVID-19 y la crisis socioeconómica en América Latina y el Caribe. *Revista de la CEPAL*, 132. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46838/1/RVE132_es.pdf Año: 2020

CORTES DA COSTA, L. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do estado no Brasil.** Paraná - 2006

DE SOUSA SANTOS, B. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos.** Cortez. Año: 2013

DRAIBE, S. Y RIESCO, M. El Estado de bienestar social en América Latina. Una nueva estrategia de desarrollo. Documento de Trabajo N° 31. Fundación Carolina. Año: 2009

HERNÁNDEZ-OSORIO, C. Los desalojos muestran la cara más cruda de la pobreza en cuarentena. La silla vacía. Disponible en: <https://www.lasillavacia.com/historias/silla-nacional/los-desalojos-muestran-la-cara-mas-cruda-de-la-pobreza-en-cuarentena/> Acceso em: 02 de abril. 2020

INSTITUTO BUTANTAN. Antes da Covid-19: conheça 3 doenças que também assustaram o mundo neste século. <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/antes-da-covid-19-conheca-3-doencas-que-tambem-fizeram-o-mundo-tremer-neste-seculo> Acesso: 31 de agosto. 2020

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Documento temático sobre los principios y derechos fundamentales en el trabajo frente a la COVID-19.** Organización Internacional del Trabajo. Año: 2020

G1. **Bolsonaro pede volta ao trabalho, 'observadas as normas do Ministério da Saúde', e diz que medidas de isolamento são 'responsabilidade exclusiva' dos governadores.** Portal G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/08/bolsonaro-pede-volta-ao-trabalho-observadas-as-normas-do-ministerio-da-saude-e-diz-que-medidas-de-isolamento-sao-responsabilidade-exclusiva-dos-governadores.ghtml>. Acesso em: 04 de agosto. 2020

REIS JÚNIOR, C. **Capitalismo e a Covid-19.** En *Capitalismo e a Covid-19. Um debate urgente.* Castro, Dal Seno y Pochmann. p. 164-173. Año: 2020

RODRÍGUEZ-PINZÓN, E. Colombia: Impacto económico, **social y político de la COVID-19**. *Análisis Carolina*, 24, p. 1-14. DOI: 10.33960/AC_24.2020 Año: 2020

SILVA, L. **Neoliberalismo em xeque, mais uma vez**. En CASTRO, D., SENO, D., Pochmann, M. (ORGs). *Capitalismo e a Covid-19*. p. 100-113. Año: 2020

SOUZA, H. **Como se faz análise de conjuntura**. [27ª ed.] Vozes. Año: 2006

7

RECONSTRUCCIÓN SOCIAL ARGENTINA EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Fiorela Marta Ivana Carrizo

Mariana Eugenia Gilardoni

Pastora Mamani

“Los problemas de la medicina como rama del Estado, no pueden resolverse si la política sanitaria no está respaldada por una política social. Del mismo modo que no puede haber una política social sin una economía organizada en beneficio de la mayoría.” (1951)²⁷

Dr. Ramón Carrillo

EL DESAFÍO DE LA EQUIDAD EN MATERIA DE SALUD

El rol del Estado en el sistema de salud es imprescindible, así como la implementación de políticas sociales articuladas a través de las diferentes esferas de gestión, porque definen un modelo de gestión que permitirán o no, a numerosos países hacer frente a la pandemia del Covid-19.

El modelo de gestión debe ser articulado con otros dos aspectos en materia de salud, tanto la financiación o distribución de recursos; como así también las acciones y servicios que debemos priorizar en contextos de crisis sanitaria. Para ello, el gobierno nacional argentino implementó de manera dinámica y constante numerosos Decretos de Necesidad y

27 Uno de los máximos exponentes del “derecho a la salud en Argentina” es el Dr. Ramón Carrillo En una publicación realizada por <https://realpolitik.com.ar/nota/30822/ramon-carrillo-y-el-derecho-a-la-salud/> destaca que marcó una bisagra en la sanidad argentina, “el Dr. Ramón Carrillo: podríamos calificarlo como el padre de la salud pública en Argentina, por haberla transformado en un derecho humano”.

Urgencia (DNU), protocolos, disposiciones de confinamiento y cuidado para la población.

La estrategia desplegada, a pesar de la pandemia neoliberal (contexto de crisis económica) puso a prueba el sistema de salud en Argentina a partir del año 2020. Se pusieron en marcha componentes estratégicos para acceder al derecho a la salud desde la cuestión política (gestión), económica (financiación) y técnica (atención).

En la agenda pública se instala una “oposición que se opone a todo”. Sin embargo, el respaldo de un pueblo que sufrió el impacto de la pandemia después del 17 de octubre del 2021, volvió a las calles para recuperar el protagonismo social y lo que es muy importante, la esperanza. Tal como lo sostiene Ramón Carrillo, máximo referente en materia de salud argentina y pionero en desplegar de manera articulada y estratégica acciones para mejorar la salud de los argentinos, sin distinción de ningún tipo y dirigida a todos los rincones del País. El sistema de salud actual en Argentina²⁸ está compuesto por el sector público (48%)²⁹, la seguridad social y el sector privado (52%)³⁰, en el que el rol del estado juega un papel importante para que toda la población pueda acceder al derecho a la salud. En éste contexto, cada gobierno define sus

28 Según los datos del Censo de 2010, aproximadamente un 48% de la población total de Argentina estaba atendida -cubierta- por el sector público y otro 52 % eran beneficiarios de alguna obra social o de un seguro de salud voluntario (pre-pago).

29 *En el sector público se presta servicios a la población a través de hospitales y de los centros de salud, los gobiernos provinciales y municipales tienen los establecimientos de atención bajo su jurisdicción y son los responsables directos de la misma. Atiende a las familias de menores ingresos, a las personas que no tienen cobertura de la seguridad social porque no son trabajadores en relación de dependencia o porque no tienen capacidad de pago. También atiende a personas que, si bien tienen cobertura por alguna obra social, tienen limitaciones de acceso por razones geográficas o económicas.*

30 *El sector de la seguridad social, presta servicios a los trabajadores en relación de dependencia y sus familiares directos. En tanto que el sector privado, presta servicios a personas y familias que pagan por acto médico o que pagan las cuotas de un plan de salud (pre-pago).*

prioridades; priorizando la inclusión, criterios de abordaje, poblaciones y medidas a adoptar.

Como en la mayoría de los países latinoamericanos, el sistema de salud argentino es complejo, comenzando por la que aún se mantiene viva en regiones con tradición indígena como la puna norteña, o en poblaciones rurales. Así como la medicina mutual como rasgo característico de Argentina que acompaña la llegada de inmigrantes (fundan sociedades de socorros mutuos basadas en el agrupamiento por colectividades étnicas) para crear hospitales como el Hospital Italiano, Español, Británico o Francés.

Sin dejar de coexistir, todo este proceso cultural se fue desdibujando con el paso del tiempo para dar paso al desarrollo de las obras sociales en la Argentina, que comienzan con un afán voluntarista, luego con la intervención estatal (a través de la ley 18610) del año 1971, se establece la obligatoriedad de filiación y la contribución vinculada a cada situación laboral.

Tal como lo establece la Constitución Argentina en su artículo 13, “la salud es un derecho del pueblo y deber del Estado”. En la actualidad, el Ministerio de Salud de la Nación junto a 24 unidades político-administrativas provinciales (incluido CABA, la Ciudad Autónoma de Buenos Aires) tienen la responsabilidad del cuidado y la protección de la salud de la población.

Como característica destacable en materia de salud, el estado argentino ha procurado, en mayor o menor medida, una cobertura³¹ universal, pública y gratuita de salud. A pesar de la crisis sanitaria de

31 La cantidad de personas que es atendida por el sistema de salud se identifica como “cobertura”. Como la salud es un derecho constitucional, se puede afirmar que no existen barreras legales que impidan el acceso de los argentinos a los servicios públicos de salud. Por eso es que se considera que éstos brindan una “cobertura universal”.

los últimos tiempos, las actuales autoridades del país del Sur se enfrentan a numerosos desafíos como la equidad, accesibilidad, promoción de la salud y la prevención de enfermedades; haciendo énfasis en los determinantes sociales.

LA PANDEMIA NEOLIBERAL

La pandemia declarada por la OMS el 11 de marzo del año 2020 ha causado una propagación sostenida provocando millones de muertes en todo el mundo - como un mal que afecta a todos - tiene numerosos antecedentes.

¿El neoliberalismo puede definirse como una pandemia? Porque los expertos no se han puesto de acuerdo en su definición y que, sin duda, es un mal que afecta al mundo entero en mayor y menor medida, que deja también a millones de personas sin derechos elementales como la salud, la educación y una vida digna.

Durante la gestión neoliberal en Argentina se hicieron visibles las problemáticas que nos permite hacer referencia a la pandemia neoliberal³². Esto se debe a que sólo en el área de salud y durante el período comprendido entre diciembre de 2015 y diciembre de 2019, quedó en evidencia el aumento de la inequidad en cuanto al acceso a la salud. Entre otras cuestiones porque 8 de los 18 Ministerios fueron convertidos

32 En Argentina, según un informe de CLACSO publicado recientemente en <https://www.clacso.org/la-faceta-espacial-del-neoliberalismo-y-la-pandemia-en-america-latina-pronunciamento-del-grupo-de-trabajo-pensamiento-geografico-critico-por-la-defensa-de-los-territorios-y-la-vida-digna/> señala que "sectores populares y pueblos originarios han sido los más afectados por las desigualdades preexistentes. Las condiciones de vulnerabilidad en las que viven, los problemas de acceso a bienes y servicios básicos de buena calidad, como agua potable, las situaciones de violencia de género, hacen que el aislamiento preventivo y obligatorio agrave la reproducción de la vida. A pesar de medidas y políticas específicas que se han tomado desde el gobierno nacional junto a diversas gestiones provinciales y municipales, la situación económica y social pone en evidencia un histórico distanciamiento social".

en Secretarías, entre ellos el Ministerio de Salud y además porque se restó importancia al tema; perdiendo jerarquía, autonomía, presupuesto y relevancia.

El tiempo de pandemia puso en tensión la realidad sociopolítica y sobre todo sanitaria de Argentina. Una vez más el derecho a la salud depende de la sensibilidad de quienes toman las decisiones políticas para pensar en todos/as sin excluir a nadie. Pero, además, depende de la necesidad y la capacidad de reconstruir un sistema de salud integrado y articulado para priorizar la vida.

Cuando decimos “priorizar la vida” es intentar hacer realidad el derecho a la salud de toda la población. Sin embargo, la conjunción de intereses sectoriales, partidistas y muchas veces egoístas, dejaron al descubierto esa relación de poder concentrado, la manipulación mediática, la banalidad y la irresponsabilidad.

El precio de la desigualdad proporciona las esperadas respuestas a estas apremiantes cuestiones en una de las más brillantes contribuciones de un economista al debate público de los últimos años. El premio Nobel Joseph Stiglitz³³ muestra cómo los mercados por si solos no son ni eficientes ni estables y tienden a acumular la riqueza en manos de unos pocos más que a promover la competencia:

“Aunque este libro se centra en el exceso de desigualdad que caracteriza hoy en día a Estados Unidos y a algunos otros países industrializados avanzados, también explica en qué medida esos tres motivos están íntimamente relacionados: la desigualdad es la causa y la consecuencia del fracaso del sistema político, y contribuye a la inestabilidad de nuestro sistema

33 En su obra “El precio de la desigualdad”, el economista justifica ya en el año 2012 como “el 1% de la población tiene lo que el 99% necesita”. Tomamos este trabajo como eje transversal de éste ensayo porque nos parece más que significativo reconocer la desigualdad económica que condiciona y nos permite explicar la desigualdad en materia de acceso a la salud, a los derechos humanos elementales.

económico, lo que a su vez contribuye a aumentar la desigualdad; una espiral viciosa en sentido descendente en la que hemos caído y de la que solo podemos salir a través de las políticas coordinadas...” Stiglitz, Joseph E. “El precio de la desigualdad”. 2012 (pp22)

Revela además como las políticas de gobiernos e instituciones son propensas a acentuar esta tendencia, influyendo sobre los mercados en modos que dan ventaja a los más ricos frente al resto. La democracia y el imperio de la ley se ven a su vez debilitados por la cada vez mayor concentración del poder en manos de los más privilegiados.

El período de gobierno que duró hasta fines de 2019 en Argentina y que precede a la pandemia del COVID-19 estuvo inmerso en un sistema político – económico neoliberal a ultranza y en éste marco, el sistema de salud fue uno de los más perjudicados. Se produjo una mínima prestación de servicios, la negación implícita de los derechos sociales y un intento más de privatización de áreas de salud, como consecuencia de ello se restringió el acceso a la salud de las mayorías.

Con la “libertad” como lema en los medios masivos de las grandes corporaciones que utilizan “la libertad de expresión” para distorsionar, engañar y mentir; el proyecto macrista canceló el Programa Remediar, la Pensiones por Invalidez y las áreas de fortalecimiento en materia de salud como de capacitación, prevención y promoción de derechos. (Entre otras cuestiones primordiales de salud que no aparecen en los medios masivos).

Este panorama nacional puso en agenda una escena política distinta, con diferentes actores protagonistas, diferentes guiones y argumentos. Una película repetida que se instala para favorecer los intereses de unos pocos en contra del pueblo argentino. Así aparecieron en escena los anti-cuarentena, los anti-vacunas, aquellas minorías que

multiplican el odio y el malestar generalizado quemando barbijos para des-proteger a la población. Todo esto mientras el ex-presidente reflexionaba “que se mueran los que tienen que morir”³⁴, frente a la pandemia; pero también frente a periodistas que nunca re-preguntan ante esa brutal declaración.

#RECONSTRUCCIÓNARGENTINA

Después de tres meses de gobierno, el estado nacional tuvo que replantear acciones para hacer frente a la realidad crítica en tiempos de pandemia. A partir del año 2020, entre otras medidas y para hacer efectivo el derecho a la salud, el gobierno argentino priorizó preservar la vida de las argentinas/os, aun previendo el costo político.

Durante la pandemia el gobierno desplegó numerosos mecanismos de protección para preservar la vida y garantizar el derecho a la salud; entre las medidas más importantes: se recuperó el Ministerio de Salud y los derechos sociales tratando de reconstruir un Estado Social más inclusivo; el presupuesto destinado a salud se incrementó desde el inicio del nuevo gobierno un 49% y durante el 2020 (periodo crítico de pandemia) un 102% más.

En cuanto a infraestructura, se construyeron 12 Hospitales modulares con numerosas refacciones en áreas de salud en todo el País y se desplegaron 31 medidas de prevención en materia de Salud, incluyendo un Plan Operativo de preparación y respuesta al COVID-19” para salvar

34 En una entrevista realizada por Página 12 al actual Presidente Argentino reveló que: “Alberto Fernández contó que al día siguiente que decretó la cuarentena recibió un llamado de Macri en el que le decía que no estaba de acuerdo con esa decisión. El exmandatario le dijo que dejara que se murieran los que se tenían que morir, pero que no frenara la economía porque eso era lo más importante. “Macri cree eso y actúa en consecuencia. Para mí la política es cuidar a la gente, la salud y preservar el trabajo”. <https://www.pagina12.com.ar/287012-el-consejo-de-macri-a-alberto-fernandez-que-se-mueran-los-qu>

vidas (Cuarentena), Protección social (IFE, AUH, Potenciar Trabajo, etc.), DNU: 260/20 y DNU: 297/20 (El decreto de necesidad y urgencia o DNU es una herramienta prevista en el artículo 99 inciso 3 de la Constitución nacional para casos excepcionales).

Entre las 31 medidas implementadas por el Estado y que involucra al área de salud, se encuentran medidas de ampliación de la emergencia sanitaria, incremento del presupuesto de salud y la protección social; fondos para las provincias, así como el acceso a la información de salud.

Se implementaron programas de protección, estímulo e incentivos para el personal de salud; la reducción de la alícuota de contribuciones patronales a empleadores de salud y se considera al COVID-19 como una enfermedad de carácter profesional no listada. Seguro de salud, investigaciones científicas tecnológicas, comité de ética y derechos humanos; así como el acompañamiento para casos excepcionales; protocolos, operativos, prevención, diagnósticos, equipamientos e infraestructuras, entre otros aspectos relevantes.

Como consecuencia de estas medidas, el Ministerio de Salud de la Nación cuantificó el impacto directo e indirecto de la pandemia de COVID-19 en la cantidad de muertes en Argentina. Así, el estudio analiza la evolución de la pandemia y la disminución de la circulación producto de las medidas sanitarias establecidas.

El estudio develó que en el primer semestre de 2020

“las muertes registradas por todas las causas estuvieron 7,9 por ciento por debajo de las esperadas para ese periodo. Esto se explica por la disminución de los accidentes de tránsito y la casi nula circulación de otros virus respiratorios, entre otras posibles causas. Mientras que, en el segundo semestre, se observan más muertes totales respecto del mismo período con un 25,6

por ciento por encima de lo esperado, explicadas por el aumento de casos y fallecimientos asociados al COVID-19.³⁵

La propuesta del ejecutivo nacional para salvar vidas se refleja en tan solo un 10,6% más de mortalidad por encima del umbral previsto. Éste informe de las autoridades sanitarias sostiene que: “el exceso de mortalidad presentado se encuentra dentro de lo esperado y en los niveles más bajos registrados y que el sistema de salud no se saturó en el año 2020, lo que permite inferir que las muertes indirectas no han sido significativas”.

EL JUEGO INVISIBLE DE LA DOMINACIÓN

Una vez más el juego invisible del mercado hizo su papel en este escenario de crisis en tiempos de pandemia tanto en Argentina como en el resto del mundo. Se hizo evidente un escenario de intereses encontrados, dinámicos y cambiantes. Entonces los actores no son las autoridades, los médicos y enfermeros que salvaron vidas, sino quienes deciden que vacunas utilizar, que laboratorios financiar, hasta la vida de quienes salvar.

La crisis sanitaria develó los intereses sectoriales, las relaciones de fuerzas encontradas plantean un antes y después de la pandemia. Seguimos luchando por dejar atrás intereses transnacionales, un estado débil, un poder ideológico en constante tensión (por intereses económicos y de las corporaciones mediáticas y un actor clave que representa el

35 El diseño del estudio desarrollado por Ejecutivo Nacional y difundido el 2 de julio por la página oficial, “es el empleado por la Organización Mundial de la Salud (OMS) para medir exceso de mortalidad. El porcentaje de muertes en exceso representa el cociente entre las muertes en exceso y las muertes correspondientes al umbral establecido en el percentil 75, que permite considerar el peor escenario con el fin de contar con información más robusta y transparente para tomar las decisiones más seguras”.

poder Judicial en alianza con el sector político desplegando persecución, hostigamiento, muerte y violación de derechos humanos) para reconstruir con las banderas de las reivindicaciones sociales.

La constante lucha por las conquistas sociales avanza con el impuesto a las grandes fortunas que fuera aprobado por unanimidad pero que algunos actores se presentaron a la justicia para no pagar. La tensión entre el poder económico y político ha puesto en peligro el estado social y en consecuencia los derechos sociales. Allí donde el poder ideológico dominante internacional condiciona el acceso a las personas inoculadas con la vacuna «Sputnik».

¿Quiénes deciden qué personas ingresan a un país solo por el hecho de recibir la Sputnik? Son los mismos que facilitaron el camino para que un par de irresponsables sumieran al pueblo argentino en una deuda impagable que hoy juegan a la mano invisible del mercado para defender los intereses de los titulares de paraísos fiscales, mientras argentinas/os luchamos por la “reconstrucción argentina” (Como lema de un Estado presente).

La Argentina hoy, al igual que la mayoría de los países latinoamericanos, busca reconstruir derechos desde lo coyuntural, conociendo sus problemas estructurales; pero por, sobre todo, reconociendo que los derechos sociales son conquistas sociales. La historia nos muestra grandes ejemplos: el derecho a la salud que defendió Ramón Carrillo, el derecho a la identidad de las Abuelas de Plaza de Mayo, el derecho a la libertad de Manuel Belgrano; entre otros.

La condición material de la población encuentra su punto de quiebre en las últimas elecciones, apoyados por las corporaciones mediáticas y los profetas del odio. ¿Será que el derecho a la «libertad de mercado» se impone frente al “derecho a la vida”? Es más saludable

pensar en una Argentina con valores, donde los ciudadanos asumen su cuota de responsabilidad social, para construir un futuro donde los derechos humanos sean las banderas de las grandes conquistas sociales.

LINKS ÚTILES

Actores, link:

<https://www.pagina12.com.ar/277834-los-actos-anticuarentena-odiadores-seriales>

<https://www.pagina12.com.ar/287012-el-consejo-de-macri-a-alberto-fernandez-que-se-mueran-los-qu>

<https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-ministerio-de-salud-presento-estudio-sobre-exceso-de-mortalidad-en-2020-por-covid-19>

Informe del Ministerio de Salud, Link:

<https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-ministerio-de-salud-presento-estudio-sobre-exceso-de-mortalidad-en-2020-por-covid-19>

Medidas de protección, Link:

<https://www.argentina.gob.ar/noticias/medidas-del-estado-argentino-para-la-proteccion-de-los-derechos-humanos-durante-la-pandemia>

Modelos de salud argentino, Link:

<https://salud.gob.ar/dels/entradas/el-modelo-de-salud-argentino-historia-caracteristicas-fallas>

Panorama social, Link:

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020>

Plan Operativo de preparación y respuesta al COVID-19. <https://www.argentina.gob.ar/salud/coronavirus-COVID-19/plan-operativo>

Presupuesto 2021, Link: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/presupuesto_2021_-_una_herramienta_de_transformacion.pdf

BIBLIOGRAFÍA

CEPAL. Panorama Social de América Latina. Naciones Unidas. Año: 2020

PULVIENTI ORLANDO D. Pandemia Covid-19: derecho a la salud y su tutela estatal:
[www.saij.gob.arhttp://www.saij.gob.ar/victor-malavolta-pandemia-covid-19-derecho-salud-su-tutela-estatal-dacf200041-2020-03-30/123456789-0abc-defg1400-02fcanirtcod?&o=7&f=T](http://www.saij.gob.ar/victor-malavolta-pandemia-covid-19-derecho-salud-su-tutela-estatal-dacf200041-2020-03-30/123456789-0abc-defg1400-02fcanirtcod?&o=7&f=T) Año: 2020

STIGLITZ, J. E. “El precio de la desigualdad, el 1% de la población tiene lo que el 99% necesita” Ed. Epublibre (Traducción de la obra original de Alejandro Pradera) Editor digital Titivillus, Año: 2012.

8

O ACESSO À SAÚDE E A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

Jessica Paloma Chagas dos Santos

Terezinha Pelinski da Silveira

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto das discussões realizadas na disciplina Direitos e Proteção Social na Pandemia de Covid-19: Uma perspectiva comparada Argentina-Brasil, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O objetivo principal deste trabalho é apresentar uma análise da conjuntura Brasileira diante do acontecimento da pandemia da Covid-19, considerando o cenário do Ministério da Saúde (MS) e a influência de atores como por exemplo o Presidente da República e os Ministros da Saúde.

Compreende-se que, as medidas e discursos desses atores influenciaram na saúde da população. Evidenciou-se a correlação de forças que perpassa questões de ordem econômica, política e ideológica em meio à crise sanitária. Sendo assim, o presente trabalho está estruturado de acordo com a metodologia da análise de conjuntura, destacando informações importantes sobre: o acontecimento; o cenário; os atores; a correlação de forças; a articulação entre estrutura e superestrutura e as tendências.

PANDEMIA NO BRASIL E A MILITARIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, recebeu alertas da cidade de Wuhan, na província de Hubei, República da China, sobre o surgimento de diversos casos de pneumonia, que não tinham sido identificados em seres humanos. Em 07 de janeiro de 2020, os cientistas juntamente com as autoridades chinesas, informaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus (SARS-CoV-2), sendo o seu principal sintoma a Síndrome Respiratória mais grave das últimas décadas. (OPAS, 2021)

A Covid-19, instaurou um caos no mundo todo. Segundo a OMS, em decorrência da grande escala de disseminação e contaminação do vírus, em um curto período, esta se caracterizou enquanto uma pandemia (FIOCRUZ, 2021). Diante do contágio acelerado da Covid-19, a OMS recomendou medidas de isolamento social, além da utilização de álcool em gel e uso de máscaras, na tentativa de conter a propagação de novos casos e aumento dos números de óbitos pela doença. (QUERINO, BRANDÃO e SILVEIRA, 2021, P.37)

No Brasil, a pandemia aprofundou as desigualdades já existentes, impactando na saúde da população em geral, no Sistema Único de Saúde (SUS) e em outros aspectos de ordem política, social e econômica. Destaca-se que o cenário pandêmico foi favorável para as contrarreformas do Estado. Mesmo num contexto de pandemia, foram tomadas ações governamentais que reforçaram a precarização do SUS. (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021).

Compreende-se a pandemia enquanto um acontecimento que impactou direta e indiretamente na vida humana, podendo ser analisada de acordo com vários cenários, conforme os preceitos da análise de

conjuntura. No Brasil, destaca-se o Ministério da Saúde enquanto um cenário de suma importância, onde o papel, a postura e as ações de atores como o Presidente da República e Ministros da Saúde, considerando a estrutura capitalista e a superestrutura (engloba as interações sociais), se mostra relevante para analisar o acesso à saúde e os impactos da pandemia.

Compreende-se que a crise estrutural do sistema capitalista, pautada pelos princípios ultraliberais, aprofundou o conflito entre saúde e economia. Enquanto o empresariado prezava pela geração de lucros, posicionando-se contra as medidas de isolamento social como lockdown, a classe trabalhadora lutava para manutenção do seu emprego, permanecendo exposta a situações de risco.

O ritmo acelerado de contágio, o desconhecimento sobre o vírus, ausência de tratamentos até a produção de vacinas, são elementos importantes na descrição sobre esse contexto. Quando associada a medidas governamentais pautadas em discursos negacionistas e a polarização entre saúde e economia, o resultado foi um número elevado de mortes.³⁶

Destaca-se que “o Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas, voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros”, cuja missão é a promoção da saúde, considerando os princípios do SUS, quais são: universalidade, integralidade e equidade. A visão deste órgão é um sistema de saúde público efetivo e reconhecido por todos, e seus valores institucionais são: ética, eficiência

³⁶ Conforme os dados do site Coronavírus Brasil, até a data de 23 de maio de 2023, foram confirmados 665.666 óbitos pela doença.

e efetividade, inovação, comprometimento, transparência, empatia, sinergia e sustentabilidade. (BRASIL, 2022)

Cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS), representado pelo Ministério da Saúde, intermediar as questões de saúde, a partir da colaboração entre União, Estados e Municípios, tendo como base estrutural a Lei nº 8.080/90, na qual dispõe sobre direito à saúde de forma integral e universal. No contexto pandêmico, identificou-se a influência de atores que devem ser considerados nesta análise.

A nível nacional, vários pronunciamentos do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, expressaram sua despreocupação e descaso diante da calamidade pública, como descrito por Calil (2021, p.39)

Grande parte dos meios de comunicação foram [sic] na contramão. Espalharam [sic] exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país. [...] O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine [...]. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.

Assim, o advento da pandemia trouxe outros elementos importantes, como a ameaça à democracia, aprofundamento das desigualdades sociais, manifestadas pelas expressões da questão social, e o próprio negacionismo, o qual interferiu significativamente na vida da população brasileira, que segundo Duarte e César (2020, p.2) se constitui numa das características do Bolsonarismo

[...] o Bolsonarismo como um movimento político autoritário, de extrema-direita, que promove divisões ou clivagens (simbólicas, econômicas, culturais, políticas), entre formas de vida cujo valor e significado é avaliado a partir de rígidos processos de hierarquização valorativa. Um aspecto central do Bolsonarismo é distinguir entre as vidas que valem mais, as que valem menos e as que nada valem. Em sentido amplo, o Bolsonarismo é uma forma de viver, sentir, pensar e se relacionar consigo, com os outros e com o mundo, é um ethos autoritário e violento, que reafirma e reforça as posições normativas da ordem, da segurança e da hierarquia, escorando-se em valores e concepções patriarcais, heterossexuais, cristãs, empreendedoristas e apegadas à branquitude, donde seu caráter racista e discriminatório. De modo geral, o Bolsonarismo é contrário à ciência, ao pensamento crítico e às políticas educacionais públicas, motivo pelo qual apoia práticas de censura contra a liberdade de cátedra, ao mesmo tempo em que agride o financiamento das universidades e sua autonomia administrativa.

Entende-se que o Presidente é um ator de fundamental importância para esta análise, uma vez que, em seu discurso alimenta esse movimento político e colocou em risco a saúde de seus seguidores e dos demais brasileiros.

Na mediação desse conflito e para o enfrentamento da pandemia, as regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde, devem ser consideradas e analisadas, sendo o Ministro da Saúde um ator primordial para defesa da saúde da população nesse contexto de crise sanitária.

No decorrer da pandemia, o país teve como gestor articulador do Ministério da Saúde, quatro ministros, sendo: Luiz Henrique Mandetta; Nelson Teich; Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga. A troca de Ministros ocorreu devido a interesses políticos e ideológicos, contando com a interferência direta do Presidente da República, a revelia de um protocolo técnico orientado pela OMS.

Luiz Henrique Mandetta foi ministro da saúde de 01 janeiro de 2019 à 16 de abril de 2020, adotando uma postura técnica em defesa das medidas de isolamento social, recomendando que a população seguisse as orientações da OMS. Evidenciou-se que, Mandetta não atendia às demandas do Presidente da República que se posicionava contra as medidas de enfrentamento a pandemia como isolamento social e uso de máscara, numa perspectiva negacionista, com um discurso a favor da economia do país, convocando seus apoiadores a fazer carreata promovendo a campanha “O Brasil não pode parar”. Devido às divergências ideológicas e políticas, foi exonerado do cargo. (GONÇALVES, 2020)

O descaso de Bolsonaro com a saúde da população, permaneceu e este convidou Nelson Teich para ser ministro da saúde. Teich era um “corpo estranho” diante do SUS (GONÇALVES, 2020), e seguiu diretrizes que já haviam sido apontadas por Mandetta, desagradando novamente ao governo fascista e genocida de Bolsonaro, permaneceu no cargo de 16 de abril à 15 de maio de 2020, data em que pediu sua exoneração.

Em 22 de abril de 2020, foi nomeado o general Eduardo Pazuello, que contemplou as expectativas de Bolsonaro, ou seja, uma gestão pautada em informações falsas (fake news), incentivando o uso do medicamento hidroxicloroquina para casos que apresentassem sintomas ou fossem considerados casos leves da Covid-19. Pressionado e apresentando inconsistência em sua gestão, dentre elas, demora na

negociação com laboratórios que produzem vacinas contra a doença, Pazuello anunciou em 14 de dezembro que deixaria o cargo. (GONÇALVES, 2020)

Diante disso, o presidente convida Marcelo Queiroga, que aceitou e foi nomeado Ministro da Saúde em 16 de março de 2021 até a presente data. Queiroga defendeu as medidas de isolamento social e se posicionou contra o “tratamento precoce” defendido por Bolsonaro à base de cloroquina, medicamento comprovadamente ineficaz contra a Covid-19. (GONÇALVES, 2020)

A troca de Ministros da Saúde em tempos de pandemia da Covid-19, o desconhecimento do tratamento da doença, os diversos embates, dificuldades, a tensão entre o isolamento social e o Mercado, o posicionamento negacionista e genocida do presidente da república, a disseminação de informações sobre uso de cloroquina, morosidade na negociação vacina, falta de equipamentos de proteção individual, entre outros, refletem a influência desses atores no acesso a saúde e na defesa pela vida da população.

Há de se considerar que as forças políticas impactaram na estruturação dos serviços, no acesso à saúde, na orientação à população e na vigilância em saúde. Além disso, destaca-se o interesse de grupos econômicos pela área da saúde, a qual também se constitui num espaço de disputa, que pode viabilizar a geração de lucros a partir da privatização. Essa ofensiva, ao mesmo tempo que considera a saúde enquanto mercadoria, ameaça o princípio da universalidade, conquistado a partir de lutas e fortemente defendido pelo Movimento da Reforma Sanitária de 1980. (BRAVO; MENEZES, 2021).

Observa-se os contornos drásticos diante dos desafios impostos pela pandemia. Ao mesmo tempo em que se identificam as dificuldades

do SUS, ratifica a importância desse sistema universal, equânime e integral para acesso, promoção e recuperação da saúde. Souza (2020, p.50) destaca que mesmo ratificando a importância do SUS, com a pandemia, amplificou-se as dificuldades dos serviços de saúde e a forma com que a saúde pública foi e está sendo gerida, faz com que as reverberações da Covid-19, transformem-se em outros problemas de saúde, principalmente considerando as ações de cunho autoritário, sob a condução de uma ausência de conhecimento sobre a área da saúde, desvalorização da ciência e incapacidade de planejar ações coletivamente.

Assim, o “[...] (des)governo da saúde”, sem conhecimento e reconhecimento da importância do SUS para a efetividade do acesso à saúde por parte da população, faz com que o país se torne cada vez mais vulnerável aos ataques de agentes externos e de desmontes, diante dos discursos e propostas de contrarreformas que viabilizam a privatização. Dentre os agentes externos, destaca-se o Banco Mundial, que com apoio de grupos internos do país, vem desde a década de 1990 conduzindo alterações no curso do sistema. Essas alterações externas, corroboram para discursos que deturpam a perspectiva de universalidade, substituindo-a pela ideia de cobertura universal, não implicando necessariamente na estruturação de serviços que considerem as demandas sociais num viés de integralidade e equidade. (SOUZA, 2020, p.50).

Outro ponto importante que desvela a correlação de forças na área da saúde é a ruptura de mecanismos de gestão participativa, evidenciando a prevalência de interesses econômicos, políticos e ideológicos, como destacado por Souza (2020, p.50)

A ausência de liderança substancial e conhecimento histórico, científico, filosófico e técnico sobre a saúde pública brasileira abre uma alameda para essas contrarreformas, atendendo muito mais aos interesses do capital internacional do que as necessidades de saúde da população brasileira. A contrarreforma do SUS trilha um caminho favorável ao grande capital, encontrando na militarização uma via que pode lhe favorecer, tendo em vista as raízes econômicas desse processo alhures abordadas. A ruptura dos mecanismos de gestão participativa e descentralizada aumenta essa ameaça, até porque a gestão centralizada e autoritária pode estabelecer seus próprios mecanismos de implantar as mudanças que se afinam aos interesses de outros que não os da população usuária do SUS.

Sendo assim, reforça-se a importância na defesa do SUS para o acesso à saúde pública e compreende-se que a militarização do Ministério da Saúde, faz parte de um plano político e ideológico que contradiz a missão do órgão público, sua visão e valores, além de impactar na condução e orientação das ações voltadas para saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acontecimento da pandemia impactou a saúde da população e o Sistema Único de Saúde no Brasil. A troca de Ministros da Saúde mediante a interferência direta do Presidente da República, evidenciou uma contradição com a missão, visão e valores do Ministério da Saúde, além de corroborar para disseminação de informações falsas, incentivando o uso de hidroxicloroquina, à revelia dos protocolos técnicos e orientações da OMS, numa perspectiva negacionista.

Não é objetivo deste artigo esgotar as possibilidades de análise dessa conjuntura, mas, em síntese, destaca-se a importância de pesquisas que apresentem a importância do SUS, reconhecendo que há desdobramentos dos interesses políticos e econômicos que afetam a

vida/saúde da população brasileira, evidenciando que a luta pelo SUS e pela saúde pública, também se constitui numa luta política.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. CORONAVÍRUS/BRASIL. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 26 de mai. de 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 de set. de 2021.
- _____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). O que é uma pandemia? Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- _____. Ministério da Saúde. Missão, Visão e Valores Institucionais. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/institucional>. Acesso em: 20 de mai. de 2022.
- BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. Saúde na atual conjuntura, a pandemia do coronavírus e as lutas da frente nacional contra a privatização da saúde. **Revista Humanidades e Inovação**. Rio de Janeiro, 2021, v. 8, n. 35. p. 143-156. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5348>. Acesso em: 26 mai. 2022.
- CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Ser. Soc. Soc.** 2021, n. 140, p. 30-47. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 mai. 2022.
- DUARTE, A. M.; CÉSAR, M. R. A. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySjcgmX3VS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 mai. 2022.
- GONÇALVES, L. A. P. Mais um ministério de farda: coronavírus e militarismo, a dupla carga epidêmica sobre a Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 04, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300401>. Acesso em 17 mai. 2022

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Histórico da pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 26 de mai. de 2022.

QUERINO, A. C. C.; BRANDÃO, J. P. M.; SILVEIRA, L. M. S. A pandemia do Covid-19 e a precarização da situação da mulher. In: **As múltiplas Faces do Vírus: Gênero e vulnerabilidades**. BERTOTTI, B. M. et al (Orgs). Porto Alegre: Editora FI. 2021. Disponível em: <https://www.editorafi.org/130mulheres>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Ser. Soc. Soc.** n. 140. p. 118-133, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS/#>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SOUZA, D. O. de. A militarização do Ministério da Saúde no Brasil: passos rumo ao retrocesso em plena pandemia. **Rev. Uru. Cien. Pol.**, Montevideo, v. 29, n. 2, p. 33-54, 2020. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-499X2020000200033&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 24 de mai. de 2022.

9

COVID 19: DISOLUCIÓN DE FRONTERAS, AUMENTO DE INEQUIDAD

Sabina Arditti

INTRODUCCIÓN

Latinoamérica presenta debilidades estructurales que generan fuertes dificultades para abordar la coyuntura que representa la pandemia, dificultad tanto en la contención epidemiológica, recuperación económica y mitigación de los costos sociales. Según el informe del Cepal

Se estima que la tasa de pobreza en América Latina aumentará 7,1 puntos porcentuales en 2020, hasta alcanzar el 37,3%, mientras que la de pobreza extrema aumentará 4,5 puntos porcentuales, pasando del 11,0% al 15,5%. Esto podría suponer un aumento de 45 millones en el número de personas en situación de pobreza (hasta llegar a un total de 231 millones de personas) y de 28 millones de personas en el caso de la pobreza extrema (hasta un total de 96 millones de personas (2)).

En el Anuario del Instituto de Relaciones Internacionales 2020 (3) los autores dan cuenta del escenario económico y social que se visualiza en la región con un fuerte aumento del desempleo, el cual se estima afectará al 13,5 % de la población económicamente activa, de la pobreza, de la indigencia, la desigualdad y el deterioro de varios sectores de la economía, se prevé que el PBI de la región caerá un 9 o 10 %, lo que significa que América Latina y el Caribe tendrá un PBI per cápita menor al que tuvo la región en el año 2010, con una caída del 23 % las

exportaciones de los productos latinoamericanos, una disminución de las remesas de los migrantes de la región que residen en Estados Unidos y Europa, afectando a los países más pobres de la región que dependen de las mismas. De manera tal que “la ruptura de las cadenas de suministro, la desaceleración del crecimiento mundial y el desempeño de los mercados financieros han mostrado que las economías están expuestas a las vulnerabilidades mundiales” Ante esta crisis, es imperiosa la necesidad de fortalecer la cooperación entre los países, cuando circunstancia como la presente no puede ser afrontada por las políticas y/o decisiones de un solo Estado.

Tomando la idea que proponen Ribeiro y de Cunha (4) entendemos que el MERCOSUR, constituye, una suerte de espacio transfronterizo virtual, ya que es un acuerdo de integración. Nació como consecuencia del Tratado de Asunción celebrado el 26 marzo de 1991. Ese acuerdo internacional, - suscripto por los mandatarios de Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay - en sus considerandos se encuentra que «la ampliación de las actuales dimensiones de los mercados nacionales, constituye condición fundamental para acelerar los procesos de desarrollo económico con justicia social». Al mismo tiempo, manifestaron los Estados contratantes que «este proceso de integración constituye una respuesta a los acontecimientos internacionales, en especial a la consolidación de grandes espacios económicos y la importancia de lograr una adecuada inserción internacional.» Como veremos, en la situación actual, estos principios labrados en su origen, han quedado en el olvido.

SITUACIÓN ACTUAL DEL MERCOSUR

En el 2020, tanto Argentina como Uruguay, cambiaron el signo político de sus gobiernos. Así, nos encontramos con un eje Argentina-Venezuela por un lado, Brasil-Paraguay y Uruguay por el otro. Teniendo en consideración la suspensión de Venezuela en la toma de decisiones de MERCOSUR, la Argentina campea en soledad en el bloque regional. Esta situación claramente no ha contribuido al fortalecimiento de estrategias comunes en el marco de la pandemia. Los Estados han tomado diferentes caminos para hacer frente a la misma, todos ellos alejados de un proceso de toma de decisiones consensuada, sin dejar de advertir que el COVID 19 no conoce de fronteras políticas ni físicas.

Desde el ámbito político, la región del MERCOSUR atraviesa un proceso donde la confrontación ha desplazado la cooperación. En apariencia, la posición argentina, es que no se puede acordar con los socios porque son pro americanistas y se suma a que creen que china será una potencia.

Con esta combinación gravísima de factores, cada uno de los Estados, han salido de manera aislada a contener no solo el virus sino también los embates económicos de la pandemia, tomando decisiones unilaterales sin consultas previas ni posteriores en el seno del bloque.

Las estrategias nacionales para enfrentar el virus COVID-19, con ausencia del MERCOSUR (a excepción del FOCEM (5)), profundizan la crisis del bloque, revitalizando el concepto de frontera, como muro que separa a quienes hasta hace unos años pregonaban la cooperación y la amistad entre los pueblos.

SITUACIÓN DE LAS VACUNAS EN ARGENTINA

La globalización económica, siempre ha empujado a disolver las fronteras de maneras relativas y convenientes para el mercado (presionando a los gobiernos a aceptar reglas de juego que rompen cualquier frontera nacional en nombre de la producción) y a la vez conservando las riquezas locales de manera sumamente proteccionista, reproduciendo al final de la cadena la misma injusticia en la distribución de bienes y conservando la centralidad de los países económicamente más poderosos.

La pandemia puso en relieve todas nuestras carencias, no solo a nivel científico, y socio sanitario, sino que evidenció, que la prevención requiere financiamiento. Los mercados demuestran su eficiencia y el aumento de la desigualdad, como dice Stiglitz (6).

Con la pandemia, somos testigos de un agravamiento de las desigualdades en todos los niveles, los países desarrollados, que tienen el 14% de la población mundial, adquirieron más del 51% de las vacunas (para Canadá por ejemplo, 9 vacunas por habitante, para el Reino Unido, 7, para Europa 6 por habitante) lanzando una lucha geopolítica por la escasez.

En esta coyuntura, la carrera por las vacunas se ha vuelto un tema desesperante para la sociedad, ya que la adquisición de las mismas ha dependido de muchos factores, como dice Fleury (1), en la adquisición de las vacunas, “está en juego la compatibilización de la democracia y el capitalismo, dentro de lo que se encuentra la protección social”, que como la autora plantea a lo largo del texto, está plagado de contradicciones.

Los países que han podido desarrollar las vacunas, llevan la delantera no solo en asegurar dosis a sus ciudadanos, y con esto brindarles cierta estabilidad en medio de lo que se puede llamar una pandemia del miedo también, sino que una vez más, dejan al desnudo las enormes desigualdades, la hegemonía de poder económico y de desarrollos científicos vinculado a eso.

En Argentina la compra y logística de la vacunación, ha sido llevado adelante por el Estado, tal como planteara el presidente Fernández a comienzo de este año en Davos, sosteniendo que la vacuna debe ser un bien público global.

La Resolución 2883/2020 del 29 de diciembre de 2020 indica

Que la campaña de vacunación contra el SARS-CoV-2 constituye una estrategia de salud pública nacional, prioritaria, equitativa, solidaria y beneficiosa para el bienestar y la salud tanto individual como colectiva de nuestros ciudadanos. Que a fin de alcanzar el objetivo de lograr altas coberturas de vacunación en tiempo oportuno, se requiere de acciones articuladas, colaborativas y multisectoriales en todos los niveles de gobierno, junto con las organizaciones sociales (7).

Con esta resolución se deja de manifiesto, el acuerdo colectivo que implica la vacunación (con acuerdo nos referimos a que se pauta un orden, primero personal de salud, mayores, personas de riesgo, etc.) Y el intento de anular desigualdades en el acceso da la vacuna para todos los ciudadanos, al establecer una distribución acorde a un plan que vaya incluyendo los diversos grupos, se trataría de un programa de protección social inclusivo.

En julio de 2020, cuando Argentina llevaba ya casi cuatro meses en uno de los aislamientos que resultó ser de los más prolongados, el presidente Fernández, anunció que la mayor compañía farmacéutica,

Pfizer, iba a realizar en el país uno de sus testeos clínicos. Miles de argentinos se someterían a una vacuna experimental y, a cambio, Argentina dispondría de un trato preferente (en precios y prioridad de envíos) cuando el producto estuviera listo. Pfizer fue la primera vacuna autorizada por las autoridades sanitarias argentinas.

En agosto, se dio a conocer una iniciativa de AstraZeneca: la empresa británica había alcanzado un acuerdo con el magnate mexicano Carlos Slim y el empresario argentino Hugo Sigman para fabricar al menos 150 millones de dosis destinadas a Latinoamérica. Un laboratorio del grupo empresarial de Sigman, mAbxience, produciría el principio activo cerca de Buenos Aires y otro laboratorio en México, Liomont, lo dosificaría y envasaría. Las prioridades cambiaron en la Casa Rosada. Se apostó a fondo por AstraZeneca.

Para sorpresa de todos, en ese momento encallan las negociaciones de compra con Pfizer. Hubieron aparentemente dos obstáculos: el Gobierno de Buenos Aires se negó a pagar la distribución por parte de DHL (la compañía a la que Pfizer otorgó la exclusiva para garantizar el mantenimiento de la cadena de frío) y Pfizer se negó a aceptar la posibilidad de sufrir demandas por “negligencia”, conforme establecía el decreto de urgencia posteriormente retocado y aprobado como ley por el Parlamento argentino. El punto de las posibles indemnizaciones, que en muchos otros países se dejó de lado, supuso la ruptura definitiva.

Sumado a las compras bilaterales, Argentina podía acceder a vacunas a través de Covax, un fondo patrocinado por la Organización Mundial de la Salud destinado a distribuir internacionalmente los inmunizantes de la forma más equitativa posible. En febrero de este año, cuando aún se confiaba en la pronta llegada de los millones de dosis de AstraZeneca, desde el Gobierno se explicó que habían solicitado a Covax

la mínima cantidad posible. Se podía encargar casi 50 millones de dosis pero pidió nueve millones, el mínimo para acceder al fondo.

Las decisiones del gobierno gravitan en la interrupción de búsqueda de contratos con vacunas americanas. El esfuerzo inicial, desapareció en lo que implicaba conseguir vacunas de esa procedencia.

Las relaciones internacionales de Argentina, han virado, y en ese viraje, las vacunas se convierten en fichas que se mueven en el tablero geo estratégico. Un sector del gobierno tomó la decisión de alinear la Argentina con China y Rusia, es un eje en formación, ninguna es una clara democracia (en Rusia aparenta, pero el personalismo del liderazgo de Putin la dificulta. China, a pesar de todos sus méritos, no es un país democrático (8). Lo que tienen en común Rusia y China es su confrontación con Estados Unidos.

Se constituye un uso geopolítico de las vacunas en uso que configura un espectro ideológico peculiar. Y se negocia la posible compra de vacunas cubanas. Se excluían de todo contrato los productos estadounidenses. La ex embajadora en Rusia (que renuncia en el momento de los acuerdos sobre la compra de vacunas al Fondo Ruso y el instituto Gamaleya) y ex embajadora en Venezuela, Alicia Castro, planteó que no se debía confiar en Oxford, sino en Rusia, en China y Cuba, subrayando que “no son solo intereses y Big Pharma, en todo está la geopolítica” lo que Müller llamaría *defective democracy* (9), no son democracias anti liberales como gustan de hacer creer, sino anti americanas.

Como nota adicional habría que recalcar que la Sra. Castro parcialmente tenía razón, no se debía confiar, por el estado de emergencia global ninguno de ellos cumplió los plazos acordados de entrega de las vacunas. Los laboratorios al verse imposibilitados de cubrir la demanda interna de sus países de origen, no enviaron las dosis ya pautadas por

contrato. Produciéndose un agravamiento del estado de ánimo social que ya estaba en un punto de vulnerabilidad extrema y de miedo generalizado. Stiglitz sintetiza la sensación del momento, “Aunque este libro se centra en la igualdad y la equidad, hay otro valor fundamental que nuestro sistema parece estar socavando: la sensación de juego limpio.” (6)

La falta de transparencia en los contratos, persiste aun hoy, pasado casi un año de los acuerdos con Rusia y China. Las últimas semanas de septiembre de 2021, representantes de los distintos laboratorios fueron nuevamente convocados a declarar ante los legisladores, y aún se mantiene el secreto en cuanto a las cláusulas y convenios, como dijera el representante de Rusia la última semana de septiembre de 2021 ante el congreso "Las preguntas presentadas no están dentro del alcance de la autoridad del Centro Nacional de Investigación de Epidemiología y Microbiología Gamaleya" dando por concluido toda posibilidad de información.

En estas semanas se da justo la coincidencia, - ya que la vacuna rusa aún no ha sido aprobada por la OMS ni los organismos de la unión europea y de Estados Unidos - de que se ha determinado la imposibilidad de quienes hayan sido vacunados con Sputnik V de ingresar a Estados Unidos y la Unión Europea.

Sobre esta situación, que implica un franco aislamiento para los argentinos, se expresó en su Twitter el diputado tucumano Pablo Yedlin, que preside la Comisión de Salud Pública “Fue claro que el acceso a las vacunas contra Covid-19 dependió de la capacidad de pago y de negociación geopolítica más que de lógica de riesgo”.

CONCLUSIÓN

El debate, en lugar de ser por la adquisición de la mayor cantidad de vacunas, en medio de un contexto adverso, se ha tornado como plantea Müller, en una confrontación apocalíptica.

Actualmente, luego de innumerables polémicas y a la fecha con más de 115 mil muertos, Argentina tiene contratos con AstraZeneca, Sputnik V, Sinopharm, Cansino, Pfizer y Moderna (las americanas con compromisos recién a partir de 2022). Una de las preguntas que uno podría hacerse es por qué el Gobierno decidió apurar un contrato por las vacunas unidosis chinas de Cansino, que como la Sputnik V no tiene aprobación de la OMS, y no hacerlo con Johnson & Johnson, que sí la tiene. Pero eso sería materia de otro artículo.

No hay a la fecha, menciones de acuerdos o acciones comunes dentro del MERCOSUR, no solo en la adquisición de vacunas, sino en la situación de fronteras y traslado de los ciudadanos.

Como comentario adicional, que coincide en el tiempo, la Argentina ha recibido, en junio, la clasificación de Stand alone, en relación a su serio deterioro de la accesibilidad de inversores externos, el tamaño pequeño y la liquidez del mercado y por carecer de regulaciones adecuadas, en esta misma categoría, se encuentran Jamaica, Panamá, Trinidad y Tobago, Bosnia, Malta, Zimbabue, Líbano y Palestina. Brasil es emergente y entre amas, está la clasificación de país de frontera, Argentina ha caído desde emergente en los últimos años.

Si bien acordamos con De Sousa, con que

Las pandemias muestran de forma cruel cómo el capitalismo neoliberal incapacitó al Estado para responder a las emergencias. Las respuestas que los Estados dan a la crisis varían de un Estado a otro, pero ninguno puede

disfrazar su incapacidad, su falta de previsibilidad en relación con las emergencias que se anunciaron como inminentes y muy probables. (8)

Se debe asumir que en Argentina primaron otros intereses que por momento parecen gravitar más que en la protección y cuidados de la salud de los ciudadanos. La política, que debía mediar entre las ideologías y las necesidades acuciantes de los ciudadanos, ha tomado el camino aparente de la deriva.

REFERÊNCIAS

BORDAZAR, L. L. B; BONO, L. M. **¿Qué identidad latinoamericana vamos camino a deconstruir?** A 29 años de la creación del Mercosur. En el Anuario de Relaciones Internacionales 2020. Disponible en: <https://www.iri.edu.ar/index.php/2020/09/21/anuario-2020-en-relaciones-internacionales/> Año: 2020

FLEURY, S. **Estado sin ciudadanos : seguridad social en América Latina.** 1a ed. Remedios de Escalada : De la UNLa - Universidad Nacional de Lanús. Libro digital, PDF - (Cuadernos del ISCo / Salud colectiva ; 16) Archivo Digital: descarga y online ISBN 978-987-4937-83-4 . Año: 2021

JAN-WERNER, M. **What is Populism.** Publicado por University of Pennsylvania Press Philadelphia, Pennsylvania 19104-4112 ISBN 978-0-8122-9378-4 e-book.) Año: 2020

NOGUEIRA, V. M. R.; e CUNHA, F. R. da. **La pandemia del Covid-19 en regiones transfronterizas:** primeras aproximaciones en Revista MERCOSUR de políticas sociales. 4, 14-28, diciembre 2020. ISSN 2523-0891 (impreso) - ISSN: 2663-2047 (online) (la traducción es nuestra) Año: 2020

SANTOS, B. S. **La cruel pedagogía del virus.** P. .24, 75 -1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020. Libro digital, PDF - (Masa Crítica / Batthyany, Karina) Archivo Digital: ISBN 978-987-722-599-0. Año: 2020

STIGLITZ, J. **El precio de la desigualdad.** Editor digital: Titivillus ePub base r1.2, 2012

10

O BRASIL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ANTE O COVID-19: ANÁLISE CONJUNTURAL

Carlos Lopatiuk

Daiana Rodrigues

Daiani Martins Machado

Marcio Pinheiro Dantas Motta

Rafael de Freitas Ribas

Raquel Rybandt

Reynaldo Zorzi

INTRODUÇÃO

O Coronavírus (SARS-CoV-2), chegou ao Brasil por volta de fevereiro do ano de 2020, e impulsionou um contexto de grandes mudanças no Brasil e no mundo (G1, 2021). Levando em consideração a conjuntura que os países enfrentavam, foi necessário por parte dos governos e governantes tomar algumas medidas frente à pandemia que se instaurava.

No contexto do Brasil, o então presidente, Jair Bolsonaro, e os demais representantes governamentais, por muitas vezes colocaram o país na oposição do mundo com relação ao combate à COVID-19. O que culminou em diversos momentos, por parte do governo brasileiro, em uma demonstração de contrariedade e distorção das informações que eram repassadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Diante desses fatos houve uma queda na imagem do Brasil perante os demais países, no contexto das Relações Internacionais. Outro ponto que contribuiu para esta queda foi a posição do então presidente, de minimização do problema que o mundo enfrentava. Tal postura foi um gerador de crises entre os governos estaduais e municipais e entre os

Ministros da Saúde (foram pelo menos três mudanças neste Ministério entre fevereiro de 2020 e o presente momento, outubro de 2021).

Perante este cenário surge a presente análise de conjuntura, que tem por pergunta de partida, entender de que forma o governo brasileiro se apresentou nas relações internacionais no contexto da pandemia do COVID-19 e como permaneceu a representação do país no exterior. É caracterizada como qualitativa e documental, tendo materiais de análise algumas notícias e documentos oficiais deste contexto pandêmico, envolvendo o Brasil e as Relações Internacionais.

Em um primeiro momento são realizadas as contextualizações dos eventos, seguidas dos atores e cenários, articulação da estrutura e superestrutura e, por fim, as relações de forças são seguidas das considerações finais.

EVENTOS

Em 31 de dezembro de 2019, a cidade de Wuhan, na República Popular da China, emitiu alerta sobre casos de pneumonia relacionados a uma nova cepa de coronavírus. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmou que esta cepa constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, medida que potencializa a cooperação global para que o vírus não se espalhe. Finalmente, em 11 de março de 2020, a OMS declara a COVID-19 como uma pandemia (OPAS, web).

O Brasil, governado por Jair Bolsonaro, enfrenta a COVID-19 desde março com falas e ações controversas por parte do então presidente e seus aliados. Por mais de uma vez, Bolsonaro insinuou que o vírus foi uma criação chinesa, teoria conspiratória que já foi descartada pelos

cientistas do mundo todo. Entretanto, o presidente brasileiro declarou que a pandemia “(...) seria um instrumento de guerra para garantir maior crescimento econômico” (TERRA, 2021). As declarações repercutiram de forma negativa mundialmente e afetaram, até mesmo, a produção de vacinas. O Instituto Butantan, responsável pela vacina Coronovac, declarou que, devido às falas do governo federal, ocorreram problemas com a liberação chinesa dos insumos para a fabricação do imunizante (RODRIGUES, 2021).

Tratando-se de vacina, o governo Bolsonaro se mostrou, desde o início, contrário à compra. A gestão poderia ter obtido 70 milhões de doses da vacina da Pfizer em dezembro de 2020 pela metade do valor pago pelo Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia – porém, recusou a oferta que evitaria mortes e crises econômicas (BRASIL, 2021). A comprovação da falta de interesse na compra de vacinas pelo governo federal é dada através de e-mails da empresa farmacêutica não respondidos pelo Ministério da Saúde. Ao menos 10 mensagens foram ignoradas pelo governo, referentes à proposta apresentada pela Pfizer (MACHADO, 2021). O presidente brasileiro não tomou vacina contra COVID-19, sendo o único líder do G20 não imunizado (BBC, 2021).

Entretanto, Bolsonaro possui convicções de que outros métodos são eficazes contra o novo coronavírus. Entre eles está o chamado “Kit Covid”, composto pelos medicamentos: hidroxicloroquina, cloroquina, ivermectina e azitromicina. Juntos, esses remédios seriam o tratamento precoce indicado pelo Ministério da Saúde e defendido pelo presidente (PRADO, 2021). O filho do governante, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, até mesmo comparou o Brasil ao Talibã por não poder fazer propaganda dos medicamentos, os quais tomou no período em que teve a doença (OLIVEIRA, 2021).

Em 21 de setembro de 2021, Jair Bolsonaro discursou na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no qual defendeu o tratamento precoce, mostrou-se contra o “passaporte sanitário” que comprova aqueles que se vacinaram contra COVID-19, e afirmou que não há corrupção em seu governo (G1, 2021). Após isso, a imprensa internacional chamou o discurso de radical e negacionista. O jornal britânico *The Guardian*, por exemplo, declarou que o presidente brasileiro “(...) se provou uma figura controversa durante a pandemia, minimizando os impactos do vírus e recusando-se a ser vacinado” (G1, 2021). Alguém da família do presidente, por sua vez, quis tomar a vacina: Michelle Bolsonaro, a primeira-dama. Entretanto, recebeu o imunizante nos Estados Unidos, ato que foi visto como desvalorização do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS) (LIMA, 2021).

ATORES

Souza (2014) afirma que atores são os representantes de uma formação de relações, obtendo papel específico e delimitado na criação e desenvolvimento dos acontecimentos, cenários e afins, apresentando-se uma categoria fundamental para a análise de conjuntura, desta maneira, inexistente limitação à sua forma, podendo ser um indivíduo, tão como grupos sociais ou instituições, como no caso de sindicatos, partidos políticos, entre outros.

Para Malta (2016, p.107), os “atores são indivíduos, o grupo, a classe ou entidade que, diante da realidade representam, idealizam, prometem ou reivindicam. Eu diria que são os protagonistas que saem em defesa da causa”.

Podemos identificar uma série de atores envolvidos no debate em relação às políticas desenvolvidas para enfrentamento da pandemia COVID 19. Destaca-se o fato de que podemos dividir estes atores em dois grandes grupos: em primeiro lugar, os cientistas, especialistas no tema (virologistas ou não) organizados na academia científica, grupos de pesquisadores, laboratórios, ou mesmo alguns que, assumindo postos de comando nas estruturas de poder governamental, nunca deixaram de lado os pressupostos científicos de lado e defenderam a aplicação destas indicações como fundamentais para o combate à pandemia e à preservação da vida. De outro lado, os políticos, a estrutura de poder, vista em seu conjunto como essencial para aplicação de políticas públicas para o enfrentamento do problema.

Cientistas: ainda que com algumas vozes contrárias, como a da médica Nise Yamaguchi e o do pediatra Anthony Wang (que, diga-se de passagem, morreu em decorrência da Covid), no geral houve um posicionamento de respeito, defesa e prescrição daquelas medidas que surgiram como resultado das pesquisas científicas realizadas em todo o mundo. Vozes discordantes foram isoladas e criticadas pela comunidade científica, que procurou reafirmar a necessidade de políticas como isolamento social, defesa da vacina – fator essencial para proteção, uso da máscara facial como medida para proteção, entre outras medidas.

Políticos: perdidos entre o apoio irrestrito às medidas de proteção e o negacionismo puro e simples, os políticos transitaram entre os dois pólos, e se mostraram (no geral) vacilantes entre a defesa das populações que o elegeram e a defesa dos interesses comerciais e econômicos, daqueles que no jargão diziam “que a economia não podia parar”. De maneira falaciosa e oportunista, alguns ainda (cujo exemplo maior é certamente o presidente Bolsonaro) buscaram boicotar as medidas

prescritas pela ciência, negando a existência da pandemia, afirmando que “todos vão morrer um dia”, prescrevendo ivermectina e cloroquina – dois remédios comprovadamente ineficazes no combate ao vírus, além de outras atitudes não menos estapafúrdias. Houve ainda, entre os políticos, aqueles que procuraram preencher o “vácuo” da incompetência federal, tentando assumir para si os louros (e porque não dizer, o ônus também) do comando do combate à pandemia, caso notório do governador de São Paulo, João Dória.

Procuramos organizar aqui, de maneira esquemática, alguns dos principais atores, tomados individualmente ou mesmo em grupo de interesses. Faremos também uma análise das contribuições e falhas de cada um. Muito longe de fechar um “diagnóstico conclusivo” sobre cada um, o objetivo aqui é identificar responsabilidades, determinar em que a ação ou a omissão de cada setor ou ator ajudou a construir a catástrofe que tem sido o enfrentamento deste vírus no Brasil.

Jair Bolsonaro (presidente da República) – não poderíamos começar com outro personagem, senão o presidente da República. Em um momento de grave crise, como guerras contra inimigos externos, catástrofes naturais, grandes crises econômicas ou mesmo uma pandemia desconhecida e mortal, um grande líder, capaz de comandar e conduzir a nação por estes momentos, pode fazer toda a diferença. A história registra inúmeras vezes o aparecimento destes líderes, que são na verdade uma ‘sorte histórica’ daquelas nações que puderam contar com o “homem certo” para o momento. Talvez o ex-primeiro ministro do Reino Unido, Winston Churchill, seja o exemplo mais lembrado por sua capacidade de liderar sua nação nos turbulentos anos da segunda guerra mundial, o que lhe valeu o título de um dos mais importantes estadistas do século XX. Por outro lado, se a capacidade de liderar em momentos

de crise confere aos grandes políticos o status de grandes homens da história, a irresponsabilidade e a inépcia também deixam suas marcas e colocam aqueles que foram incapazes de liderar em “la basura de la historia”. Infelizmente para os brasileiros, sobretudo aqueles que morreram em decorrência da omissão e do negacionismo, este já é o lugar destinado ao presidente Bolsonaro. Entre os líderes das grandes nações é visível e risível o papel desempenhado por nosso líder maior que negou inúmeras vezes a ciência, desafiou as autoridades sanitárias, promovendo aglomerações e não usando máscaras de proteção, criticou o isolamento, argumentando que ele atrapalharia a economia, ao mesmo tempo em que boicotou deliberadamente a importação de vacinas, medida essa sim fundamental para retomada da vida e recuperação da economia. Na verdade, foram tantos os crimes cometidos pela pessoa do presidente que vamos enumerar apenas um punhado delas, as mais significativas. Provocando o isolamento internacional, aliou-se aos líderes antidemocráticos mais atrasados e conservadores do mundo para, em seguida, se ver isolado até entre estes, que preferiram abraçar algumas recomendações básicas, como defender a vacina e a vacinação em massa de seus cidadãos. O Brasil será lembrado ainda por muito tempo por ser o país do “presidente louco e negacionista”, a responsabilidade pelas mais de 600 mil mortes recai, sobretudo, sobre a falta de liderança, de um presidente que ao invés de comandar a nação preferiu afirmar que “não era coveiro” e que, num ato de desprezo à vida e desrespeito aos brasileiros, defendeu o chamado tratamento precoce, sem comprovação científica em oposição a acreditar na ciência e nos pressupostos científicos.

Ministros da Saúde: O Brasil teve, até agora, quatro ministros que tentaram enfrentar a pandemia. O primeiro deles, Ministro Mandetta,

enfrentou desde cedo a oposição aberta e decidida do presidente Bolsonaro, que passou a ver no Ministro uma ameaça ao protagonismo presidencial no enfrentamento à crise. Depois de alguns meses, ficou patente a impossibilidade do Ministro (que embora oriundo dos setores empresariais, sobretudo representando os interesses dos grandes planos de saúde) que defendia os pressupostos científicos e o presidente aventureiro e negacionista, que acabou por levar à sua saída em 16 de maio de 2020. Em seguida, assumiu outro representante dos grandes conglomerados médicos, o Ministro Nelson Teich, que teve vida efêmera no ministério, refletindo também a incapacidade do governo Bolsonaro em encontrar alguém com disposição de curvar os fatos científicos aos interesses menores da política governamental. Menos de um mês após tomar posse, saiu do ministério, indicando mais uma vez as tensões existentes no setor. Após Teich, assumiu o Ministro General Eduardo Pazuello, finalmente uma escolha vista como capaz de aceitar docilmente o negacionismo governamental enquanto política de Estado para o enfrentamento da pandemia. Sua substituição se deu muito mais em função das críticas geradas na sociedade à sua completa incapacidade de comandar o Ministério do que em sua oposição ao negacionismo do presidente. Nesta gestão, notabilizou-se o caso da cidade de Manaus, tomado como “laboratório” para prescrição da cloroquina e que, somado a dificuldades logísticas para fornecimento de tubos de ar, acabou por se transformar numa verdadeira catástrofe humanitária. Finalmente, o atual ministro Queiroga, que tenta se equilibrar entre os arroubos do presidente e a ciência, da qual pode ser considerado um representante, por sua formação como cardiologista.

A Organização Mundial da Saúde: principalmente quando se intenta debater uma visão internacional dos eventos, atuou de maneira

decisiva no direcionamento de um padrão único para se evitar a maior contaminação pelo novo coronavírus. Sendo a referência para a maioria dos países durante a pandemia, a OMS agiu tanto como respaldo científico para formulação e adoção de medidas de prevenção, tanto como um alvo ideológico dos setores contrários às medidas preventivas ao novo vírus. Representada pela figura do Sr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, a entidade recebeu, do governo federal brasileiro, inúmeras críticas, que se baseavam em alegações de “ligações” entre a OMS e o governo Chinês (primeiro epicentro pandêmico), tão como com ideologias ditas comunistas. Contudo, em sua grande maioria, ainda mais pelos entes estaduais, no Brasil, a OMS representou uma face mundial de planejamento diante da pandemia.

Governadores, Prefeitos, Deputados, Senadores: identificamos aqui inúmeras posturas em relação à pandemia, desde aqueles que apoiaram as políticas nacionais (governador do Rio de Janeiro, base de sustentação do presidente Bolsonaro no Congresso Nacional, entre outros), até aqueles, que por cálculo político e eleitoral ou mesmo por sensibilidade diante da crise, resolveram enfrentar os desvarios presidenciais. Notabiliza-se neste sentido o caso do governador de São Paulo, João Dória, que liderou no seu estado os esforços de combate à pandemia e somou pontos às suas pretensões de disputar a presidência da República em 2022. Outro fator que merece destaque, que apesar de inconcluso, merece atenção, é a realização da CPI da Covid-19, capitaneada pelo senador Omar Aziz (PSD – AM) e pelo senador Renan Calheiros (MDB – AL), que tem ouvido personagens e atores e se encaminhado para um relatório bastante crítico e condenatório em relação às responsabilidades do governo federal.

Povo brasileiro: Mais do que atores, o povo brasileiro foi (e tem sido) vítima da ausência de políticas para o setor de saúde. Em que pese o heroico esforço dos profissionais de saúde, os números mostram que a tragédia da COVID-19 foi maior e mais intensa no Brasil do que a grande maioria dos países civilizados. O horror de mais de 600 mil mortos é agravado pela falta de uma resposta econômica à crise, que deveria partir necessariamente do governo federal, para amparar os milhões de brasileiros que se viram sem renda, sem o apoio daquele membro que muitas vezes era o esteio da família e que morreu em decorrência da doença. Precisamos ainda lembrar das iniciativas heroicas da sociedade civil que, percebendo a ausência do poder político, tentaram agir para diminuir um pouco o desespero das famílias, sobretudo aquelas mais pobres.

CENÁRIOS

Os espaços de debate, institucionais ou não, foram os locais onde se expôs e se debateu o problema, se propuseram saídas, onde políticas foram ou não adotadas. Nestes cenários, alguns atores buscaram também protagonismo ou mesmo visibilidade. Destacamos alguns destes locais, tomando o cuidado de expor os principais e assumindo o prejuízo de deixar os menos importantes de fora.

O Presidente da República, o chamado “cercadinho” e o uso de *lives* (*transmissões ao vivo utilizando mídias sociais online*) para expressar seus pontos de vista – sentindo-se excluído pela mídia, a qual tem procurado atacar e o desqualificar desde que assumiu a presidência, Bolsonaro encontrou em um grupo de apoiadores fiéis que se concentram na saída do Palácio da Alvorada, um local para disseminar suas ideias

negacionistas, assim como para atacar os críticos à sua gestão da pandemia. Da mesma forma, o presidente Bolsonaro também tem feito uso das mídias digitais para se expressar, com destaque para o uso constante do Twitter.

Congresso Nacional: Desde o primeiro momento assumiu as responsabilidades que lhe eram reservadas. Destaque principalmente para a realização da CPI da COVID-19, que ensaia (neste momento em que produzimos este trabalho) seus passos finais com a elaboração de seu relatório.

Supremo Tribunal Federal: Instância máxima da justiça brasileira, envolveu-se desde os primeiros momentos com a problemática relativa à pandemia. Julgando algumas vezes contra o governo federal (como, por exemplo, concedeu autonomia aos estados e municípios na gestão da crise), atçou o ódio do presidente Bolsonaro, que promoveu uma verdadeira campanha de desmoralização da Corte máxima. De qualquer forma, manteve-se firme na defesa da constitucionalidade e rechaçou não só as investidas do governo federal, pouco preparado para lidar com a pandemia, bem como em relação às ameaças golpistas efetuadas por Bolsonaro e seus apoiadores.

Mídia brasileira: Desde os primeiros instantes, a imprensa teve um papel importante no debate e na conscientização da sociedade a respeito da pandemia. Buscando informar a população sobre a dimensão da Covid-19, trouxe pesquisadores e a comunidade científica como um todo, dando caráter de visibilidade e confiabilidade à população. Contribuiu enormemente, também, na divulgação de campanhas de uso de máscaras, assim como outras medidas de proteção. Alguns setores da mídia, como o grupo Globo, e a exemplo da justiça brasileira, foram

também muito atacadas pelo governo Bolsonaro, acusada de “querer fazer a economia parar”, e de estarem conspirando pelo fracasso do governo.

Comunidade científica: Apesar de ser atacada com o corte de gastos federais e por um discurso que buscava desqualificar e negar a importância da pesquisa científica para o combate da pandemia, a comunidade científica brasileira manteve-se firme na defesa dos pressupostos científicos como única referência no combate à pandemia e na defesa dos procedimentos cientificamente comprovados, que deveriam ser adotados pela população (quarentena, uso de máscara, crítica aos tratamentos precoces, defesa da vacinação, etc). Foi muito importante no convencimento da população, que em inúmeros momentos se sentiu perdida diante de um discurso de negação da pandemia, defendido sobretudo pelo governo federal.

ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

Neste ponto, importa destacar que a totalidade social se constitui por meio de relações dinâmicas, de mútua influência. Assim, consideramos que a superestrutura se conforma de modo a promover a manutenção das relações de produção, já essa infraestrutura é determinante para as relações jurídicas, políticas, de ideias, cultura, institucionais e afins. Em se tratando de um país, não há ações ou decisões que não reflitam no todo. De modo prático, é possível exemplificar dizendo que as ações jurídicas influenciam a economia, as ações econômicas determinam a política e as relações sociais, e assim por diante.

Dito isso, trazemos a discussão para a realidade das relações internacionais do Brasil, frente à pandemia de Covid-19. Diante da situação

que atingiu todo o mundo, os prejuízos foram incomensuráveis, seja em vidas ceifadas pela agressividade da doença, ou aquelas perdidas por falta da devida articulação política. Os meses de pandemia evidenciaram grandes perdas para as relações multilaterais e, em se tratando do Brasil, a postura de não diálogo e de irracionalidade reduz o prestígio internacional do Brasil e nos isola em relação aos nossos vizinhos, tendo em vista que em nenhum momento o Brasil recorreu aos fóruns regionais como o Mercosul e optou por tomar ações de maneira unilateral, afastando-se dos seus tradicionais parceiros estratégicos. (SFAIR, 2021).

Tais decisões, que encasulam o país, somam-se a uma imagem já desgastada do Brasil devido a diversos fatores, mas, principalmente, ao posicionamento governamental perante uma série de situações como o desmatamento da amazônia, os direitos humanos, negacionismo perante a gravidade da COVID-19 e a própria falta de respeito quanto aos países parceiros.

São ações políticas que afetam a economia nacional e afastam aliados e potenciais parceiros internacionais. Fato este pontuado, por exemplo, quando o presidente brasileiro faz declarações que culpabilizam a China pelo vírus, o que resultou em dificuldades para o país receber os insumos necessários para a produção de vacina, de acordo com o Butantan (RODRIGUES, 2021).

Em momentos-chave, como no discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, criam-se expectativas de uma melhora na imagem brasileira em âmbito internacional, uma oportunidade para uma fala frente a grandes parceiros mundiais. Porém, a realidade foi a de um “Discurso radical, 'negacionismo' e 'contestador'” (G1, 2021), noticiado pela imprensa de todo o mundo, e que acaba por abalar a (já frágil) confiança internacional no Brasil.

Frente a outros organismos internacionais, o governante máximo brasileiro também contraria a Organização Mundial da Saúde (OMS) ao defender o uso do chamado “tratamento precoce” – já refutado cientificamente, deixando de usar máscaras em diversos atos no país e reafirmando sua posição de não tomar a vacina contra COVID-19. Tais atitudes enfraquecem a imagem nacional diante dos mais diversos países, dando mostras da insegurança pela qual o país passa.

Dentro deste período pandêmico, pode se dizer que a única tentativa do país de fortalecer laços de parceria internacional, foi frente aos EUA. Isso ficou evidente na postura que o governo brasileiro aderiu desde o início da pandemia, seguindo um alinhamento ideológico do governo estadunidense do até então presidente Donald Trump. Tão alinhadas eram as condutas, que seguiam as mesmas formas críticas ao se referir à OMS, China e medidas de isolamento. Contudo, esse alinhamento ideológico não perdurou por muito tempo, visto que o presidente Trump recuou com relação às formas negacionistas de tratar a crise, tão como ocorreu a derrota de Trump para Joe Biden, durante o processo eleitoral dos EUA. Ainda apoiando o governo Trump, e determinado a manter a base ideológica, o governo brasileiro, principalmente na figura do presidente, atacou as eleições norte-americanas, dificultando ainda mais as relações entre os países após a saída de Trump.

Todas essas questões impactam diretamente na conjuntura interna do país, a economia em crise, liga-se com o desemprego – atingindo níveis históricos, a fome alcançando patamares alarmantes e a crise sanitária sendo resolvida a passos lentos, após mais de 600 mil pessoas terem perdido a vida. Vemos, portanto, uma crise internacional gerenciada de forma equivocada no Brasil e que tem enfraquecido o país perante o mundo, deixando consequências em todas as esferas.

RELAÇÕES DE FORÇA

Na análise de conjuntura, a correlação de forças adquire uma importância fundamental, na medida em que, por meio desta avaliação, pode-se entender o papel de cada um dos atores envolvidos no cenário objeto de estudo. A correlação de forças ganha ainda maior expressividade quando o estudo é sobre uma pandemia que atingiu todo o mundo, com diferentes consequências, pois as decisões tomadas por cada um dos governantes acarretaram resultados diferentes em cada um dos países afetados.

Apresentamos aqui, também, uma outra perspectiva possível para o Brasil, considerando os principais atores envolvidos e a correlação de forças entre eles. Consideramos então que é fácil a verificação de que tais atores não atuam em condições de igualdade, sendo certo que um deles se sobressai, indiscutivelmente. Este ator é o Supremo Tribunal Federal (STF) que, no Brasil, tem o poder de dar a palavra final em qualquer assunto que chegue até a referida Corte Máxima de Justiça.

O Presidente da República, os Governadores, os Prefeitos, a Sociedade Civil, a Imprensa, os Partidos Políticos, a Igreja e os demais atores envolvidos têm liberdade de opinião e de ação, mas desde que não contrariem as decisões do STF. Tal limitação torna evidente que dentre todos os atores há um especial destaque para a Corte Suprema, na medida em que suas decisões não podem ser contestadas, estejam elas certas ou erradas no entendimento dos demais atores envolvidos. Todos, sem exceção, devem acatá-las, e o desequilíbrio de forças reside aí.

Assim, no caso do Brasil, podemos reconhecer a existência de uma relação de domínio e subordinação bastante evidente entre as forças envolvidas. Todas elas devem obedecer às decisões do STF, logo, sofrem

com a dominação decorrente das decisões do referido Tribunal e a elas estão subordinadas. A decisão do STF que conferiu plena autonomia aos Governadores e Prefeitos para a gestão da pandemia em seus respectivos territórios, com certeza, retirou do Governo Federal a possibilidade de centralizar o enfrentamento à pandemia, na medida em que teria que respeitar as decisões regionais e locais.

Neste sentido houve, no Brasil, uma grande batalha ideológica entre os atores envolvidos no enfrentamento à pandemia, situação que colocou à prova a correlação de forças existentes entre estes atores. De um lado, o Presidente da República, com a força de seu cargo e apoiado por uma legião de seguidores, sempre defendeu a inadequação do lockdown e a necessidade de se manter a economia do país em atividade. De outro lado, a maioria dos Governadores e Prefeitos, apoiados pela grande imprensa, defenderam a necessidade de implementação de lockdown, com o fechamento completo das atividades econômicas, de forma a limitar, radicalmente, a circulação de pessoas e a consequente propagação do vírus.

Julgar quem está certo é muito difícil e somente nos colocando no lugar dos outros é que poderemos avaliar a equidade e a coerência de cada posicionamento. Se por um lado a decretação de lockdown atende à recomendação da ciência, representada por médicos e cientistas, por outro lado, como imaginar um pai de família autônomo ouvindo de seus filhos que estão com fome e não poder sair para trabalhar? O que faríamos se estivéssemos nesta situação?

No Brasil, servidores públicos civis e militares continuaram a receber salários; pessoas muito ricas, com reservas financeiras sólidas, também puderam passar pelo lockdown sem maiores contratemplos. Porém é absolutamente necessário que reflitamos sobre a condição de

vulnerabilidade da maioria esmagadora da população brasileira, que não têm qualquer reserva financeira e trabalha para poder colocar alimentos na mesa de suas famílias.

Estas são as questões envolvidas. Não há certo e errado, pois são aspectos que nos remetem à uma profunda reflexão ética e moral. Fato é que muitas vezes as opiniões externadas por determinados atores envolvidos deixam de considerar as realidades reais vivenciadas pelas pessoas mais vulneráveis e que sofrem com as decisões tomadas pelos detentores do poder. A pandemia foi e continua a ser um dos maiores desafios vivenciados pela sociedade na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento atual, faz-se fundamental analisar as relações internacionais e a COVID-19, e após exaustivo estudo verifica-se que todos estão habituados à necessidade de políticas públicas para o combate ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que chegou ao Brasil por volta de fevereiro do ano de 2020 (G1, 2021), trouxe consigo mudanças significativas e impulsionou um contexto de grandes mudanças no Brasil e no mundo.

A pandemia, trouxe a necessidade de um novo olhar, direcionado às falhas que foram cometidas pelos governantes. Por certo, o Brasil não é um exemplo de eficiência no enfrentamento da crise, seja devido aos erros do governo, atrasos nas políticas públicas efetivas e, principalmente, uma falta de fé na vacina, questões sociais internas e externas.

Como bem relembra a constituição de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Os atores sociais envolvidos nesta conjuntura são: o

governo, a população afetada, os cientistas, os laboratórios, ministros da saúde, especialistas e as instituições sociais. Todos foram atingidos pela pandemia. Já o Estado tem um papel importante e significativo na mudança de cenário à medida que é ele que pode promover políticas públicas eficientes. O acesso à saúde para a população que vive nas periferias deve ser garantido à medida que foram essas as populações que mais sofreram com a Covid-19.

Vale lembrar que o STF conferiu autonomia aos Governadores e Prefeitos na gestão da pandemia, deixando o Governo Federal preso em algumas questões. O Estado tem um grande papel na formação de políticas públicas eficientes junto a diferentes atores, como a população, que tem um grande papel na formulação de políticas públicas. O Supremo Tribunal Federal envolveu-se com a pandemia na gestão da crise.

Os erros do governo aparecem principalmente por: falta de centralização do governo do Ministério da Saúde, falta de enfrentamento ao vírus, falta de investimentos na ciência, demora na vacina e outros. A crise mundial afetou a economia e principalmente o ânimo da população. As mortes subiram a níveis alarmantes. As relações internacionais dos países com o Brasil foram prejudicadas à medida que hoje se tem certo receio do povo brasileiro. O Brasil, devido aos casos de Covid-19 virou notícia no mundo todo.

Agora, o governo brasileiro precisa voltar a se relacionar em nível internacional com aqueles países que estão com a economia mais fortalecida, à medida que todos os países para crescer precisam de cooperação mútua. O cenário pós-pandemia irá mudar, logo, é necessário ficar atento a esta nova configuração. A conjuntura do país é intrincada e, com uma economia em crise, se evidenciam alguns problemas que antes não eram tão claros.

Este trabalho teve como objetivo explicitar as relações internacionais da Covid-19 especificamente no Brasil. E atingiu o objetivo a medida que abordou os atores, nacionais e internacionais, o evento, explicitando a Covid-19, o cenário nacional e internacional e as relações de força, que são representadas pelas esferas do poder público e os tensionamentos causados por conta da política.

A pandemia evidenciou problemas já evidentes no Brasil como a falta de proteção ao ser vivo, falta de direitos e principalmente a falta de investimentos direcionados à saúde. Levando em conta que o Brasil é um país com a maior extensão da América Latina, houve um descuido do Governo Federal em não unificar e centralizar os cuidados e combates à pandemia. A decisão do STF em repassar esta responsabilidade aos governos estaduais e municipais criou competições internas, com corridas de compras de vacina, como, por exemplo, ocorreu no governo de São Paulo.

Por outro lado, não se tem ideia da extensão dos problemas causados pelo Governo Federal. A falta de investimentos e as falas sobre o uso de vacinas do presidente afetou a população. Há também outras políticas públicas que foram lançadas neste período que possibilitaram uma ligeira alteração na economia, como foi o caso do auxílio emergencial.

O cenário, como podemos perceber, é complexo. A separação da população, das instituições e do Estado se mostrou clara neste momento, à medida que cada um dos setores se posicionou de uma forma, seja economicamente, seja respeitando as leis, etc. É representada pelos fatos que aconteceram no Brasil, neste período entre 2020 a 2021. Ainda se caminha a passos lentos, em comparação ao resto do mundo é até em relação à própria América Latina. Somente a união dos poderes, a união da sociedade civil e a união de todos os países garantirão uma melhora

rápida no cenário. Porém, como se pode perceber pelo trabalho aqui realizado é difícil unir todas as áreas. Vivemos um momento egoísta, quando os problemas humanos se evidenciam e a solidariedade falta.

Com este conjunto de informações levantadas, percebe-se que, num aspecto local, o Brasil está economicamente fragilizado, com a saúde debilitada, que torna a proteção à sociedade civil também debilitada.

A saúde é um direito da população estabelecido na Constituição em 1988 e é dever do Estado garantir isto acima de qualquer conjuntura e cenário possível que atrapalhe este desenvolvimento.

Enfim, como apresentado supra os mais diversos Eventos, Atores, Cenários, permitem analisar a Estrutura e Superestrutura chegando as posturas, decisões e ações políticas que afetam o Estado, a sociedade e a economia nacional, que somados a análise de conjuntura, a correlação de forças adquire uma importância fundamental, pois a pandemia foi e continua a ser um dos maiores desafios vivenciados pela sociedade na contemporaneidade e traz um novo olhar, necessário, no pós-pandemia que afeta as relações internacionais.

REFERÊNCIAS

BBC. **Bolsonaro é o único dos líderes do G20 sem vacina na Assembleia Geral da ONU.**

20 de setembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/20/bolsonaro-e-unico-dos-Residentes-do-g20-sem-vacina-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL de Fato. **Bolsonaro recusou vacina da Pfizer pela metade do preço pago por outros países.** 7 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/07/bolsonaro-recusou-vacina-da-pfizer-pela-metade-do-preco-pago-por-outros-paises>.

Acesso em: 20 de outubro de 2021.

G1. Na ONU, **Bolsonaro distorce dados sobre ambiente, economia e defende tratamento ineficaz contra Covid**. 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/21/bolsonaro-discursa-na-76a-assembleia-geral-da-onu-em-nova-york.ghtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

G1, Coronavírus chegou ao Brasil um mês antes do que se sabia diz estudo da Fiocruz. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/11/coronavirus-chegou-ao-brasil-um-mes-antes-do-que-se-sabia-diz-estudo-da-fiocruz.ghtml>. 11 de Maio de 2020. Acesso em 20 de outubro de 2021.

G1. Imprensa internacional repercute discurso de Bolsonaro na ONU. 21 de setembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/21/imprensa-internacional-repercute-discurso-de-bolsonaro-na-onu.ghtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

LIMA, Bruna. **R7 Brasília**. Michelle Bolsonaro toma vacina nos EUA e recebe críticas. 24 de setembro de 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/michelle-bolsonaro-toma-vacina-nos-eua-e-recebe-criticas-24092021>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

MACHADO, Renato. **Folha de S. Paulo**. Emails da Pfizer comprovam omissão da gestão Bolsonaro na busca por vacinas, dizem senadores da CPI. 21 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/emails-da-pfizer-comprovam-omissao-da-gestao-bolsonaro-na-busca-por-vacinas-dizem-senadores-da-cpi.shtml>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

MALTA, F. M. M. C. Resenha do Livro: Olhares Plurais – **Revista Eletrônica Multidisciplinar**, Vol. 2, N° 15, Ano 2016.

OLIVEIRA, Mayara. Metrôpoles. **Eduardo Bolsonaro compara Brasil a Talibã por não poder defender tratamento precoce**. 24 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/eduardo-bolsonaro-compara-brasil-a-taliba-por-naopoder-defender-tratamento-precoce>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

PRADO, Filipe. **ISTOÉ Dinheiro**. Na ONU, Bolsonaro defende tratamento precoce contra Covid e lista normas feitas antes de seu governo. 21 de setembro de 2021. Disponível

em: <https://www.istoedinheiro.com.br/na-onu-bolsonaro-defende-tratamento-precoce-contra-covid-e-lista-normas-feitas-antes-de-seu-governo/>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

RODRIGUES, Arthur. Folha de S. Paulo. **Declarações da gestão Bolsonaro contra a China afetam liberação de insumos de vacinas, diz Butanta**. 6 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/declaracoes-da-gestao-bolsonaro-contra-achina-afetam-liberacao-de-insumos-diz-butantan.shtml> Acesso em: 20 de outubro de 2021.

SFAIR, Angelo. **Pandemia aflora crise do multilateralismo e põe em xeque relações internacionais**. 06 de fevereiro de 2021. <https://paranaportal.uol.com.br/politica/pandemia-acelera-crise-do-multilateralismo/>

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. 34. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TERRA. **Bolsonaro volta a insinuar que China tem culpa por pandemia**. 5 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-china-tem-culpa-por-pandemia,cb85bfb18eade1bfde10ba706541587baqf1qdp9.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org